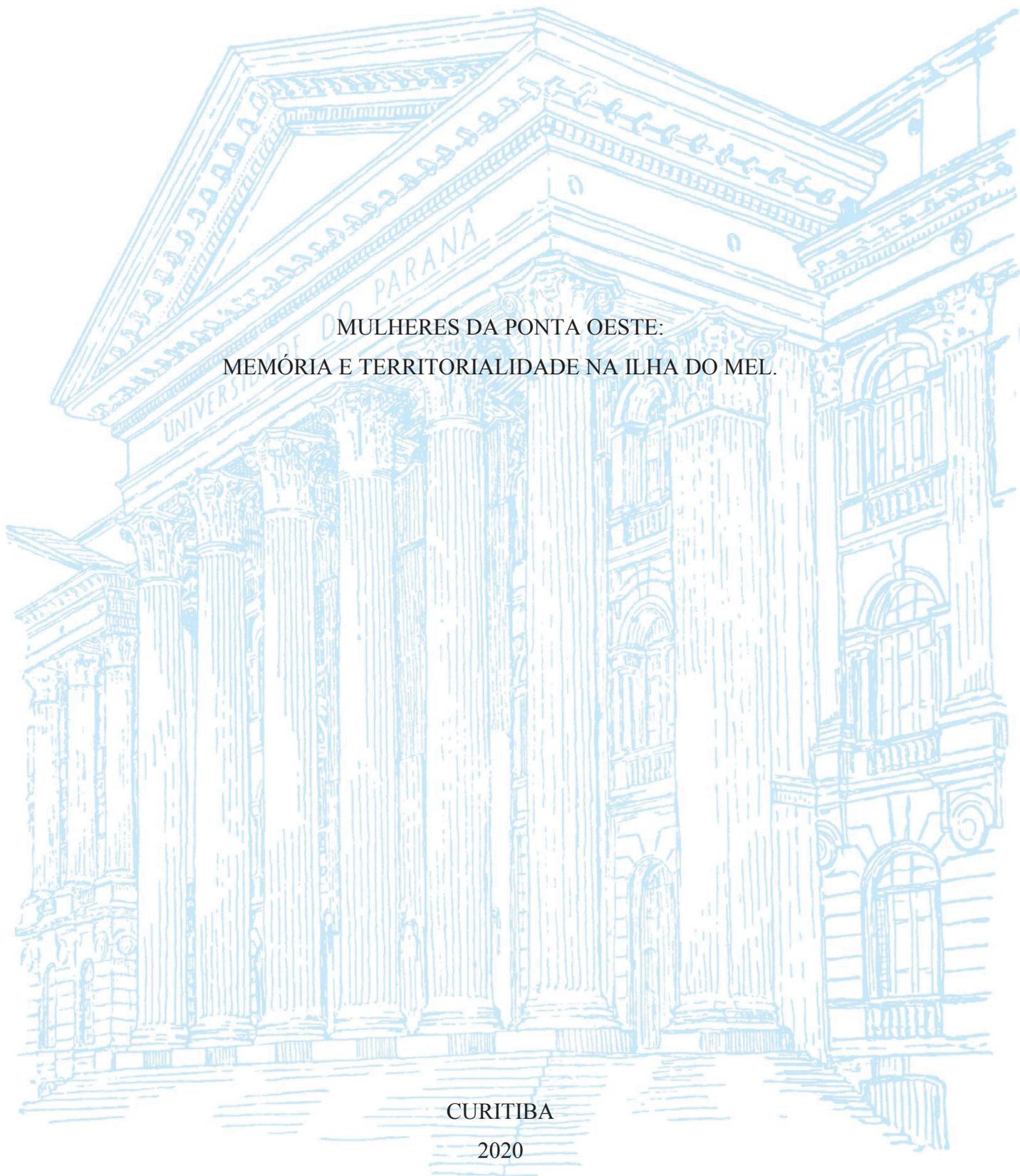


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENATA BEGUETTO PACHECO

MULHERES DA PONTA OESTE:
MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE NA ILHA DO MEL.



CURITIBA

2020

RENATA BEGUETTO PACHECO

MULHERES DA PONTA OESTE: MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE NA ILHA
DO MEL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Pacheco, Renata Beguetto

Mulheres da Ponta Oeste : memória e territorialidade na Ilha do Mel. / Renata Beguetto Pacheco. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes

1. Memória – Mel, Ilha (PR). 2. Comunidade da Ponta Oeste – Desenvolvimento territorial. 3. Conflito social. 4. Territorialidade humana. 5. Participação social.
I. Fernandes, Ricardo Cid, 1967-. II. Título.

CDD – 304.23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA -
40001016027P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RENATA BEGHETTO PACHECO**, intitulada: **MULHERES DA PONTA OESTE: MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE NA ILHA DO MEL**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO CID FERNANDES, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 19 de Fevereiro de 2020.

RICARDO CID FERNANDES
Presidente da Banca Examinadora

ROBERTO MARTINS DE SOUZA
Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

EDUARDO HARDER
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Às avós da Ponta Oeste e às minhas queridas Avós.

Em memória da minha querida Vó Lenira.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos em uma dissertação são necessários. Porém, acabam ficando aquém da disposição e da atenção recebidas durante a longa caminhada. Foram três anos de pesquisa e de bons encontros por mar e por terra. Para tentar fugir do clichê dessa sessão da dissertação, agradeço de forma breve as belas e intensas trocas que construíram essa pesquisa e sua pesquisadora.

Pela acolhida, agradeço à comunidade da Ponta Oeste. Agradeço especialmente à Dona Dircéia, à Dona Leonor e à Dona Leonir e também às suas famílias, pelo carinho, paciência, cuidado e inesquecível acolhimento. Levarei comigo, em meu coração, para sempre cada uma de vocês.

Agradeço, sempre ao Mestre Guina, Aguinaldo, por me insularizar e por me ensinar pacientemente a me descontinentar.

Agradeço ao Professor Eduardo Harder pela atenção e orientação, pela generosidade e pelas boas conversas. Agradeço também por ter me ajudado a aportar e a encontrar pessoas tão especiais na Ponta Oeste e por dividir comigo seus extensos conhecimentos.

Agradeço ao Professor Ricardo Cid Fernandes pela paciência, apoio, orientação e confiança. Por todos os começos e términos. E por me deixar ser quem eu sou. Obrigada, Cid, por iniciar os trabalhos e por abrir os caminhos.

Agradeço à Professora Ciméa Bevilaqua ao Professor Paulo Guérios pelos apontamentos e orientações importantes.

Agradeço ao Professor Marcos Silveira.

Agradeço ao Astrogildo Gomes de Melo e à Maria Fernanda Cherem por somarem seus conhecimentos a essa pesquisa.

Agradeço a minha família. A meu pai, pelos azimutes, paciente escuta e orientação e em especial, a minha MãeAna, minha principal leitora, olhos de lince em meus textos, que escrever é a tarefa mais difícil do mundo.

Agradeço ao Laurinho e à Marina. Pela paciência, pela boa companhia e pelos abraços necessários em tempos de dissertação.

Água, sal e terra.

Carne e osso:

Mar.

Uma baía inteira,

Insular.

RESUMO

Localizada na Ilha do Mel, litoral do Paraná, a comunidade da Ponta Oeste, vizinha do Porto de Paranaguá, teve seu território limitado por uma Unidade de Conservação Integral na década de 80, pelo estado do Paraná, medida que causou um conflito territorial. Por isso, falar sobre seus indivíduos é também falar sobre esse conflito presente até os nossos dias. Isso posto, a pesquisa propõe compreender as categorias de território e as soluções encontradas por essa comunidade para afirmar o seu saber-fazer, sua memória e identidade, a partir da etnografia das mulheres, produtoras de ostra e líderes da associação de nativos da Ponta Oeste, frente às pressões e aos impactos ambientais provenientes do Porto de Paranaguá e dos embargos infligidos pelo estado do Paraná a essa coletividade.

Palavras-chave: Unidades de Conservação da Natureza; Conflitos Socioambientais; Populações Tradicionais; Ilha do Mel; Maricultoras; Participação Social.

ABSTRACT

Located on Honey Island (“Ilha do Mel” in Portuguese) in Paraná state, neighbouring Port of Paranaguá, Ponta Oeste (“West End”) is known for being at the core of land. Its territory was limited by a protect área created in the 1980s by Paraná state government. In order to survey Ponta Oeste inhabitants, hence, one has to inspect the territorial conflict that remains to date. This research aims to understand the categories of territory and the solutions found by this community to affirm its know-how, its memory and identity, from the ethnography of women, oyster producers and leaders of the association of natives of Ponta Oeste against the pressures and environmental impact from the port of Paranaguá and the embargoes inflicted by the state of Paraná to this community.

Keywords: Conservation Units, Honey Island, Mariculturists, Social Conflict, Participation.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapa da Ilha do Mel situando suas localidades ou comunidades; as áreas de ocupação estabelecidas pelo IAP; a Estação Ecológica da Ilha do Mel, e o Parque Estadual. (Fonte: IAP,2019). p.22
- Figura 2: Mapa de localização da Ilha do Mel e suas comunidades em relação a Baía de Paranaguá. Fonte: (Fuzzeti e Corrêa, 2009). p.23
- Figura 3: Foto de família. Praia da Ponta Oeste. (Pontes Filho, Kluppel,2012). p.23
- Figura 4: Fotografia de residência Helena Lara Barbosa (na porta) parteira da comunidade p.41
- Figura 5: Fotografia de residência da Ponta Oeste (Pontes Filho, Kluppel,2012) p.41
- Figura 6: Fotografia do grupo escolar da Ponta Oeste (Pontes Filho, Kluppel,2012). p.41
- Figura 7: Residência de Dona Maria Malaquias Pereira. (Pontes Filho, Kluppel,2012). p.42
- Figura 8: Mapa esquemático situando as casas do povoado e as referências territoriais utilizadas pelos moradores. p.53
- Figura 9: Canais da Galheta, norte e sueste e em vermelho a localização da Ponta Oeste. (LAMOUR, 2000) p.57
- Figura 10: Rancho das ostreicultoras. Ao fundo navio graneleiro. p.88
- Figura 11: Ao fundo a cozinha e no primeiro plano o rancho e a canoa das ostreicultoras. p.88

- Figura 12: Ranchos de ostras no primeiro plano e ao fundo ranchos de pesca. p.88
- Figura 13: Dona Leonor, limpando uma tainha. p.89
- Figura14: Na imagem superior, criança brincando na canoa e ao fundo cultivos de ostra. Imagem superior, simulação de pesca na ponte. p.89
- Figura15: Ranchos de pesca da Ponta Oeste, à esquerda. À direita, Gabriel pescador tradicional. p.90
- Figura16: À direita Rede de pesca secando ao sol. À esquerda, moradias dos pescadores. p.90
- Figura 18: Imagem superior, maricultora com suas netas em seu rancho. Ao fundo plataforma da Techint. Imagem inferior, a draga em operação. p.91
- Figura19: À esquerda, ostras ainda sem limpeza e à direita ostras sendo limpas. p.118
- Figura 20: Dona Leonor, limpando as ostras retiradas do cultivo. Ao fundo, os cultivos. p.118
- Figura21: À direita Dona Leonor limpando as ostras no rancho e à esquerda, imagem sobre a técnica de limpeza dos moluscos. p.118
- Figura 22: Dona Dircéia cozinhando em sua cozinha p.119
- Figura 23: A esquerda, o filho de Dona Leonor servindo os turistas nos ranchos e a direita lanchas dos turistas aportados na praia da Ponta Oeste. p.119

Figura 24: Dona Leonor e seu Antônio retirando as ostras da canoa para p.119
preparar para lida no rancho.

Figura 25: Lanternas de ostra secando para serem limpas. p.120

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ADEA	Associação de Defesa em Educação Ambiental
APPA	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAOP	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural
EEIM	Estação Ecológica da Ilha do Mel
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ITCF	Instituto de Terras, Cartografias e Florestas
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
MPA	Ministério de Pesca e Aquicultura
ONG	Organização Não Governamental
LaID	Laboratório de Interculturalidades da Universidade Federal do Paraná / Litoral
PEIM	Parque Estadual da Ilha do Mel
SEEC	Secretaria do Estado da Cultura
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SFPA/PR	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Paraná
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

PRÓLOGO	9
I: Conflito e luta: uma ilha polissêmica.....	10
II: Justificativa Teórica.....	14
III: Conhecimentos, mundos e ontologias.....	15
IV: Mulheres, Ilhas e o estado.....	18
INTRODUÇÃO	21
I: Descrição da área de estudo: A Ponta Oeste.....	21
II: Do fazer etnográfico e seus métodos.....	26
CAPÍTULO 1: MEMÓRIAS, HISTÓRIA E DOCUMENTOS	33
1.1: O tempo dos antigos e o território da memória.....	35
Prancha de Fotos 1.....	41
1.2: Documentos: as vias da restrição.....	43
1.3: Identidade: entre a pesca e o estado.....	48
1.4: A lei e a draga: o território da Ponta Oeste.....	54
A draga.....	54
A lei.....	59
1.5: Percepção e organização do tempo.....	63
1.6: Considerações Finais.....	68
CAPÍTULO 2: CONSTRUÇÃO DE PESSOA, CONHECIMENTO E POLÍTICA	70
2.1: As mulheres e o cultivar de ostras e políticas.....	70
2.2: Os homens sozinhos e a pesca tradicional.....	74
2.3: A Estação Ecológica da Ilha do Mel, o conflito e os gêneros.....	77
2.4: A infância ilhéu, conhecimento e política.....	82
2.5: Considerações Finais.....	89
2.6: Prancha de Fotos 2.....	91
CAPÍTULO 3: MULHERES E OSTRAS	95

3.1: Ostra e memórias.....	95
3.2: Ostra e turismo	99
3.3: Ostra, conhecimento e território.....	101
3.4: Ostra e o Estado.....	105
3.5: Mulheres, cozinha, comensalidade e hospitalidade.....	113
3.6: Considerações Finais.....	120
Prancha de Fotos 3.....	121
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126

PRÓLOGO

Essa dissertação trata do conflito territorial e socioambiental vivido pela comunidade da Ponta Oeste, após a instalação da Estação Ecológica da Ilha do Mel e da implantação do Canal Sul, o canal da Galheta para os Portos de Paranaguá e Antonina, no litoral do Paraná. Para tanto, analisou-se o conflito por meio de uma etnografia das mulheres maricultoras e pescadoras da Ponta Oeste.

O vilarejo da Ponta Oeste, na Ilha do Mel, é território de trabalhadores e trabalhadoras do mar. Trata-se de pessoas que nasceram em uma Ilha, que emergiu do mar na entrada de uma baía-estuário, a baía de Paranaguá. Essas pessoas reconhecem-se como *nativos*¹, alcunha que marca suas identidades com relação aos *de fora*, aos outros, principalmente continentais. A Baía de Paranaguá, é então o lócus de uma socialidade insular. Uma baía que se comunica à Baía da Laranjeiras, de Guaraqueçaba e ao complexo estuarino Cananéia - Iguape, locais esses que guardam em suas salgadas águas as ilhas vizinhas à Ilha do Mel, como Ilha das Peças, Superagui, Ilha Rasa entre outras ínsulas, ambiente no qual ilhéus acabaram por tecer um longa e complexa redes de relações.

A Ponta Oeste, uma das primeiras comunidades da Ilha do Mel, hoje diminuta devido ao conflito territorial e socioambiental vivido nos últimos trinta anos, como visto nessa pesquisa, confirma o que Harder (2014) chamou de “polo de centralidade”, quando foram englobadas outras territorialidades das baías vizinhas pela via do parentesco ao longo do século XX. Isso posto, ilustra baías que comunicam, que trocam e reelaboram conhecimentos por meio de seus habitantes. É um ambiente de baía, cercado por verdadeiras cordilheiras que guardam em seu interior ilhas. Mas, ao contrário do que muitos argumentam, não há isolamento e descontinuidade. Há sim movimento e fluxo entre pessoas, animais e coisas.

Portanto, para se compreender o tema dessa pesquisa, devemos sobretudo levar a sério a forma como essas pessoas se relacionam com esse ambiente “marítimo-terra” que produz mais coisas no mundo do que formas produtivas de subsistência. São antes de tudo gentes do mar que tiveram seus conhecimentos de mundo, políticos e ambientais, forjados no modo insular de existir.

Nascer na Ilha do Mel pressupõe viagem (Diegues, 1998). Navegação. É crescer em um ambiente limiar, entre o seco e o molhado, o fundo e o raso, seca e cheia, perigo e segurança. É deixar a terra por mar para se chegar em terra novamente. Seja em terra-ínsula ou em terra-

¹ Palavras e textos grafados em itálico apontam na dissertação conceitos utilizados pelos nativos da Ponta Oeste. Já o uso de aspas ilustra as ideias e conceitos da pesquisadora e de outros pesquisadores.

continente. É ser “marítimo-terra”, é transitar entre um domínio e outro aprendendo a ler o mundo para que o deslocamento corriqueiro seja feito no mar. Ondas, ventos, marés, lua e sol conectam os homens e mulheres da Ilha aos seus objetivos, as suas próximas paragens. Um mover-se que carrega uma atenção para os movimentos do mundo e que acaba por tornar-se um saber ilhéu, uma avançada tecnologia desenvolvida para se garantir a vida, seja para conseguir o peixe ou a ostra de cada dia, seja para tecer redes de pesca, covos para ostras, seja para políticas *nativas*.

Diegues (1998) chama de insularidade a

consciência de um modo de vida particular, diferente das populações continentais, associada a um conjunto de representações e imagens que os ilhéus formaram a respeito de seu espaço geográfico-cultural, oriundas de sua insularidade....

A insularidade é então uma espécie de consciência da territorialidade ilhéu, é parte fundamento da identidade *nativa*. É o exercício constante de não se deixar a Ilha “continentar-se” mediante os desejos urbanos de desenvolvimento. É *a luta*, substantivo feminino, imperativo das mulheres pescadoras e ostreicultoras da Ponta Oeste que, de modo paciencioso e insistente, procuram soluções para as não resoluções, fronteiras e indeferimentos impostos pelas leis continentais aqui representadas por órgãos fiscalizadores ambientais e por políticas desenvolvimentistas.

I - Conflito e luta: uma Ilha polissêmica.

Uma Ilha é símbolo e significado. Diegues (1998) afirma que o mundo insular é um símbolo de muitos significados e conteúdos e que suas acepções transformam-se diante do tempo e da história, “mundo em miniatura, centro espiritual primordial, imagem completa e perfeita do cosmos, inferno e paraíso, liberdade e prisão, refúgio e útero materno.” (p.6) Diz ainda que uma Ilha é um “pedaço de terra no oceano”, símbolo do exótico, do último reduto do selvagem, paraíso que resistiu ao mundo moderno.

De fato, Ilhas são polissêmicas. A Ilha do Mel adquiriu tantos significados quantos símbolos à sociedade curitibana e paranaense. Totem do ambientalismo dos “bichos do Paraná”, ela também foi símbolo do desenvolvimento civilizatório que produziu planos diretores eurocêntricos, portos mundiais e políticas desenvolvimentistas, todos esses projetos de futuro e de modernidade planejados pelas elites paranaenses. Há, no entanto, uma ilha carregada de uma

semântica própria, é a Ilha do Mel dos *nativos*, é a Ilha de sua população, território da pesca e da roça, filhos e netos de caboclos, indígenas e escravos. É território “Ilha-baía”.

As múltiplas interpretações do continente sobre sua porção de terra e, por que também não, sobre suas gentes acabaram por causar muitos conflitos entre nativos e estado. Para dar conta desses conflitos, uso a metáfora do caleidoscópio como exemplo. Ao ser girado, a cada movimento, formam-se variadas combinações de figuras geométricas sempre diferentes, mas resultantes do mesmo conteúdo. Logo, a Ilha do Mel é o conteúdo de dentro do caleidoscópio, que ao ser girada por diferentes mãos assume distintos significados ou mundos possíveis.

Desde o início do século XVII, colonizadores, militares, desenvolvimentistas e ambientalistas, sendo que as últimas duas categorias de forma mais frequente, disputam narrativas sobre o que é a Ilha do Mel e sobre o que ela deve ser. Essas discussões nunca levaram, de fato, em consideração os nativos. Feito esse que até os dias de hoje deixaram marcas nos documentos oficiais e pesquisas acadêmicas. Objeto de inúmeras pesquisas, a ilha teve seus bichos, seu solo, suas águas, o lixo, seus turistas e suas pousadas abordadas. Muito pouco, porém, foi produzido a respeito de seus nativos e dos conflitos vividos por eles.

No vilarejo da Ponta Oeste, esse conflito torna-se mais pronunciado com a implantação do Canal Sul, o canal da Galheta para os Portos de Paranaguá e Antonina, na década de 70 e em seguida com a implantação da Estação Ecológica da Ilha do Mel, em 1982. Duas antagônicas políticas de estado que produziram uma diáspora naquela que foi uma das primeiras comunidades de pescadores da Ilha do Mel. As dragagens do canal sul para os portos foram responsáveis por diminuir estoques pesqueiros e levar até importantes espécies de peixe à extinção, como o caso do Parambiju². De outro lado, a estação Eco/lógica da Ilha do Mel sobrepõe o território ilhéu e, por meio das políticas conservacionistas de fiscalização, desmonta as estruturas públicas, como escolas e postos de atendimento de saúde, necessários à manutenção da vida ilhéu. Aos nativos que permaneceram, coube a *luta*.

A respeito do conflito territorial ou ambiental, alguns teóricos o definiram: Zhouri e Laschefski (2010) definem como conflitos ambientais e territoriais aqueles

em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial (...) Nesse sentido, os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais.

² Na Ponta Oeste também é chamado de *Bijupirá, Paramiju e Parambiju*. Nome científico: *Rachycentron canadus* (Linnaeus, 1766)

Já Muniz (2010), conceitua conflitos sócio ambientais

como sendo os conflitos que surgem a partir da disputa pelo acesso aos bens e serviços ambientais, ou seja, são conflitos que travados em torno dos problemas do uso e da apropriação dos recursos naturais; confronto entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum.

Ambos os autores citados definem os conflitos enquanto uma disputa entre diferentes atores a respeito dos bens naturais ou do que entendem como recursos naturais sobre um determinado território. Paul Little (2004), por sua vez, refere-se a “conflitos socioambientais como um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”. O autor ainda defende que uma abordagem antropológica a respeito desses conflitos permitiria mapear seus atores, funções e narrativas de modo que tornaria possível “enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado”.

A partir dessas análises o que vemos é que na comunidade da Ponta Oeste, o território é motivo de disputa entre estado e comunidade. Portanto, não é invisível ao Estado. As narrativas em disputa afirmam por parte dos nativos e questionam por parte do estado a legitimidade da comunidade enquanto originários daquele território. Tais disputas acabaram por recriar o modo dessas pessoas se relacionarem com seu território e com o próprio estado. Para além das definições de conflito explicitadas aqui, o que é preciso ressaltar é que essa dissertação tem o conflito territorial e socioambiental vivido na Ponta Oeste como pano de fundo e como marco temporal das formas e soluções para se continuar existindo enquanto pescadores e pescadoras tradicionais e enquanto maricultores e maricultoras.

Essa etnografia então não tem como foco principal o conflito em si, mas sim as pessoas que foram afetadas por normativas estatais e que tiveram suas vidas fortemente impactadas pela forma com o estado do Paraná propôs gerenciar a Ilha do Mel.

Dito isso, é preciso ressaltar que uma etnografia em contextos de conflito pede do etnógrafo ou etnógrafa uma série de escolhas para a elaboração das narrativas e descrições. No caso da Ponta Oeste, seus moradores, uns mais do que os outros, ainda são multados pelos órgãos ambientais. Isso ainda ocorre em toda Ilha do Mel, mas temi que minhas intenções de pesquisa pudessem ser motivo de retaliação às minhas interlocutoras e interlocutores.

As práticas dessas fiscalizações são constantes na Ilha do Mel e são entendidas pelos nativos como retaliações por parte do estado à comunidade que escolheu por permanecer no local, no caso da Ponta Oeste, ou como forma de demonstrar controle, no que toca os outros nativos. Sendo que a maioria dos nativos entende as autuações como sinônimo de “injustiça” ou de práticas de poder assimétrico por parte do Estado.

Por coincidência ou não, após o maior período de minha presença em campo, momento em que naveguei entre a Ponta Oeste e Encantadas todos os dias, levada por uma liderança de Encantadas, no dia seguinte a minha partida houve uma ação de fiscalização na Ponta Oeste. No mesmo período, me foi relatado que um dos funcionários do órgão fiscalizador perguntou à liderança que me conduzia se era de seu conhecimento o que se passava do outro lado oeste da Ilha. Além disso, outros fatos também me atentaram para a minha responsabilidade ética a respeito de meus dados de campo e com as pessoas com quem me relacionei para essa pesquisa; todas as lideranças comunitárias com quem conversei na Ilha do Mel foram autuadas por crimes ambientais. Não que as multas e autuações ambientais não sejam algo corriqueiro na Ilha, mas segundo os nativos, durante muitos anos até o afastamento de um dos fiscais, as multas e autuações serviram como forma de intimidação, como tentativas de prisões de nativos por desobediência das normas ambientais ou por desacato à autoridade.

Diante do exposto, a fim de proteger meus anfitriões e anfitriãs, alguns mapas sociais e de parentesco elaborados na pesquisa não foram expostos no trabalho, assim como optou-se por não publicar fotos a respeito das estruturas materiais da Ponta Oeste. Os mapeamentos que constam nesse trabalho também não contam com rigor metodológico da cartografia moderna, pois integram o texto com o objetivo de ilustrar análises aqui feitas e não de especificar localizações.

Acredito que a não exposição desses dados não impliquem no empobrecimento da dissertação. Reforço que tais decisões foram tomadas também mediante meu engajamento ético e político com a comunidade da Ilha do Mel, que assim como defendido por Albert (2015), trata-se de um compromisso, uma contrapartida social enquanto pesquisadora em contextos de conflitos que apresentam, ao meu ver, graves assimetrias de poder.

Como abordado por Bevilaqua (2003) o trabalho antropológico acaba por lidar com um “multiverso”, no sentido de que a pesquisa engendra uma multiplicidade de realidades que exigem níveis de consideração éticas que não devem, “portanto, ser reduzidos a uma “superfície plana Schuch (2018) apud Bevilaqua (2010). Por isso, durante a elaboração de toda a dissertação “microdecisões” (Bevilaqua, 2003) foram tomadas no sentido de proteger aqueles a qual essa pesquisa se refere. Acredito que essas decisões sejam parte do trabalho

antropológico e também necessárias em pesquisas que lidam com determinados contextos de conflito. Cabe somar a essa análise que, enquanto nós pesquisadores deixamos o campo e analisamos os dados no seguro “distanciamento etnográfico” nas seguranças de nossas casas, nossos anfitriões, interlocutores e amigos seguem suas vidas lidando com a dura realidade, capturada apenas em parte por nossos problemas e objetos de análises.

II - Justificativa teórica:

Uma sensação física me acompanhou todas as vezes que aportei na Ponta Oeste. Uma espécie de euforia e desconforto que acabaram por me colocar atenta aquele mundo. Era para mim a atmosfera da ilha. Os cheiros, os barulhos, as pessoas, a maresia e a umidade da mata acabam por criar uma atmosfera só encontrada ali. Comparo essa sensação à diferença de pressão que sentimos quando passamos pela serra do mar. O fato é que quando estou na Ponta Oeste, ela não passa. Essa sensação permaneceu comigo durante todos os dias de meus campos.

A euforia eu entendia que me transpassava pelos bons encontros que vivi ali, como pessoa e como pesquisadora. A especial acolhida por parte das maricultoras, as boas conversas com os pescadores, os deslumbramentos das cores que compõe os dias na Ponta Oeste e as relações entre os bichos e as pessoas, me conectaram a um mundo outro, ao que Viveiros de Castro et al (2019) chamou de antologia e que em breve irei qualificar. Arrisco dizer que na ausência de cachorros, os pássaros, em suas mais variadas formas, cores e espécies, compõe aquela socialidade da Ponta Oeste. Papagaios da cara-roxa como despertadores, quero-quero como segurança da praia, gaivotas e colhereiros como parceiros de pesca e socós como parceiros dos fazeres em terra, apenas sinalizam os fatos corriqueiros da vida do nativo da Ponta da Coroazinha.

Em contrapartida havia o desconforto. Era um assombramento que me devolvia à minha realidade de pesquisadora e principalmente às minhas obrigações éticas e políticas diante daquele universo e das pessoas que nele habitam. Era uma sensação passageira, um frio na barriga e a respiração alta e curta que duravam poucos segundos, mas percorria meu corpo de maneira física e intensa. Uma ansiedade contida e tratada com a teoria aplicada a essa pesquisa. Apenas em minhas chegadas em casa é que percebia que a escrita e a leitura poderiam dar conta de harmonizar as sensações de alteridade vivida em campo. Ainda sobre essas sensações, Viveiros de Castro et al (2019) acabou, de certa forma, auxiliando-me para melhor qualificá-las, ao afirmar que estamos, enquanto antropólogos, sintonizados com os poderes das populações que pesquisamos “e com as várias conexões complexas – algumas delas

crucialmente negativas – entre as diferenças de poder (política) e os poderes da diferença (ontologia)”.

Logo, arrisco aqui a fazer um paralelo entre a euforia e a ontologia enquanto possibilidade e privilégio de me relacionar com a Ponta Oeste em sua existência e com as pessoas em suas formas de se engajar no mundo. E ao desconforto enquanto uma alusão à política e suas decorrentes formas de construir, destruir, agir e reagir.

Ainda utilizo o pensamento de Viveiros de Castro et al (2019) no que acredito fazer parte do desconforto de experienciar essa pesquisa. Trata-se das descrições, ferramenta para a construção de verdades enquanto possibilidades descritivas, elaboradas pelo encontro entre mim e, aqui nessa dissertação, principalmente as mulheres da Ponta Oeste. Sobre isso Viveiros de Castro et al (2019) explica que:

Precisamos nos lembrar de que as descrições etnográficas, como todas as traduções culturais, envolvem necessariamente um elemento de transformação ou mesmo de desfiguração. Uma dada análise antropológica equivale a uma “equivocação controlada” (Viveiros de Castro 2004) que, longe de mapear de modo transparente uma ordem social específica ou uma totalidade cultural em outra, depende de “equivocos produtivos” (Tsing 2005), mais ou menos deliberados e reflexivos, para operar as traduções e comparações não apenas entre contextos, mundos e escalas diferentes, mas também dentro deles.

É nesse sentido de produzir “equivocos produtivos” que lancei mão da teoria de alguns autores para dar conta das descrições feitas nessa dissertação. Além do mais, devo informar que a etnografia escrita aqui foi feita para as pessoas da Ponta Oeste e da Ilha do Mel, e, espero, como mais um instrumento a engajar a luta de todos os dias dos ilhéus que batalham para afirmar seu território e a sua ilha, enquanto realidade possível.

Como já mencionado aqui, o conflito vivido pela comunidade da Ponta Oeste aparece nessa dissertação como pano de fundo (mas que também não deixa de ser uma questão central) para as estratégias e conhecimentos das maricultoras, as quais etnografei.

III - Conhecimentos, mundos e ontologias.

Para pensar as origens do conflito e ao mesmo tempo preparar o leitor para a etnografia das mulheres e seus fazeres políticos da Ponta Oeste utilizei as ideias de Arturo Escobar (2015) em seu artigo “Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”.

Nessa publicação, o autor descreve as lutas e engajamentos políticos das nações pluriétnicas enquanto parte de suas ontologias – “defesa de outros modelos de vida” -, e coloca

as estratégias de afirmação territorial, política e de autonomia, como parte de um fazer mais fundamental que seria a defesa pela vida. Escobar então compara ontologia à ideia de mundo. Logo, diante da existência da pluralidade étnica e, portanto, ontológica, o autor lança mão do conceito do “pluriverso”. Em contraponto a esse conceito da existência de outros mundos plurais, o antropólogo chama a “modernidade”, o capitalismo, o colonialismo como “Um mundo”. Esse seria o mundo que se apropria de outros mundos e de suas diferentes formas de se relacionar com a natureza, por meio da dicotomia entre natureza x cultura e todas as suas derivações.

Ainda sobre tais conceitos elaborados por Escobar, o autor soma a ideia de “pluriverso” /mundos ao que ele chama de “ontologias relacionais”. A esse termo o autor se refere da seguinte forma: *“uma antologia relacional define-se como aquela que nada (nem humanos e nem os não humanos) existem sem as relações que os constitui. Todos existimos porque tudo existe”* (p.93) (tradução minha) Sobre essa afirmação, o autor usa como exemplo o conhecimento aplicado e transmitido entre pares a respeito das técnicas para a construção de canoas e para navegabilidade. Feitas de selecionadas árvores, a artesanaria do processo já prevê as águas que essa canoa irá navegar e a quem e como irá servir. Logo há um imbricamento entre os conhecimentos da natureza, seu território e seus usos, além de suas formas de transmissões.

Isso posto, Escobar e seu conceitos de “mundos” aparecem nessa dissertação com a intenção de se mapear as assimetrias de poder e produção de mundos existentes na Ponta Oeste. De um lado, a ontologia nativa ilhéu e suas políticas de resistências e de outro o mundo do continente que se materializa pelas políticas coercitivas e pelos impactos do Porto, quase uma entidade. “O Porto” é na noção nativa o ente destruidor de mundos devido a suas campanhas de dragagem, portanto “Um mundo” de Escobar.

Ainda com a intenção de me aprofundar nesse mundo ontológico que encontrei na Ponta Oeste e para afastar-me da dicotomia natureza- cultura, utilizo alguns conceitos pensados por Ingold para descrever as complexas relações entre os moradores da Ponta Oeste, seus conhecimentos sobre seu território e seus fazeres políticos.

i) Ambiente

Ingold (2012) entende ambiente como “um domínio de emaranhamentos” de linhas de crescimento que se entrelaçam e desentrelaçam de forma contínua. Essas linhas são vidas, seres que crescem e compõem a textura do mundo. Ambiente então não é invólucro, membrana ou aquilo que circunda um organismo. Ele é a atmosfera, aberta e dotada de movimento composto por linhas porosas e permeáveis que se encontram no devir da vida. Essas linhas de

des(encontro) não são do mundo, mas estão no mundo e crescem *através de*. Humanos e não humanos, portanto, vivem *em* e não sobre o mundo.

O conceito de ambiente para Ingold não se trata de uma superfície envolta por uma camada, mas de linhas de vida que compõe um tecido que é dotado por movimento animado pela própria vida. O antropólogo então elabora seus conceitos centrado nos estudos de fluxos e linhas, que representariam para ele a onipresença da vida (Sawthuck, 2014). As vidas no mundo comporiam então imagens que remetem a tecidos, malhas e micélios.

ii) Criatividade

Ingold (2012) desenvolve seu conceito de criatividade, ainda seguindo suas ideias sobre linhas e fluxos. Para o autor “improvisar é seguir os modos do mundo à medida que eles se desenrolam, e não conectar, em retrospecto, uma série de pontos já percorridos”. Criatividade é então um “movimento para frente”, que ocorre nos movimentos de agora. Não se trata de algo a ser reproduzido, mas no itinerário. É o que se produz durante o caminho. Segundo o autor é “ler as coisas “para frente”, implica enfoque não na abdução, mas na improvisação” (Ingold (2012) apud Ingold; Hallam 2007, p. 3). Ingold afirma que “assim, como a planta cresce a partir de sua semente, a linha cresce a partir de um ponto que foi posto em movimento”, a imagem da semente e do seu caule remete aos estudos de linhas proposto por esse autor. O antropólogo cita as ideias de Deleuze e Guattari (2004) que, por sua vez, propõe que sigamos os fluxos, pois esses traçam caminhos por meio dos quais a forma é gerada.

iii) Mapas e histórias: Descobrir-caminhos.

No artigo “Jornadas ao longo de um caminho de vida – mapas, descobrir-caminho e navegação”, Tim Ingold (2005) faz uma crítica às formas metodológicas como são construídos mapas e cartografias. Para o antropólogo, mapas não são representações do espaço ou representações esquemáticas do mundo real, mas sim um processo de descobrir-caminhos, isso porque Ingold afirma que: “lugares não têm posições e sim memórias” e essas memórias seriam produtos de uma “região” entendida pelo autor como uma matriz de movimento, composta pelos itinerários vividos pelos seus habitantes. Portanto, “descobrir-caminho assemelha-se mais a contar histórias do que a utilizar um mapa”. Descobrir caminho é mover-se de um lugar para outra região por meio das histórias que os contextualizam.

IV - Mulheres, ilhas e o estado.

A “imaginação do Nacional”, segundo Galemba (2013) fortalece a ideia de que o Estado pode ser a única autoridade para determinar a lei dentro de suas fronteiras. Ao usar esse termo, a autora pretende ilustrar como esse discurso funda o Estado enquanto algo concreto, de poder coercitivo e organizador das relações e condutas sociais.

Segundo Talal Asad (2017), o termo Estado é usado em diferentes discursos. Nessa dissertação o Estado aparece ora como conservacionista, ora como desenvolvimentista; ao mesmo tempo que pode ser aquele que desenvolve e apoia os planos de futuro via projetos da Universidade e da Emater. Segundo (Serge, 2012) as margens, periferias e fronteiras, entendidas aqui como as populações tradicionais como as da Ponta Oeste, são lugares vistos pelos estados coloniais enquanto espaços vazios, selvagens e habitados por populações incapazes de gerir-se ou organizar-se. Portanto precisam ser domesticadas (Leirner, 2012).

Em sua pesquisa, Margarita Serje (2012) ao pensar o mito da “ausência de estado” nas fronteiras da Colômbia, descreve por que as margens são idealizadas dessa forma. Segundo ela, as periferias são mitificadas e transformadas em lugares nos quais se materializam nossos medos, e que não gratuitamente o Estado as escolheu para representar sua alteridade, pois seus sujeitos e paisagens incluídos neste contexto, veem-se desprezados simultaneamente no âmbito do selvagem, à margem da história e por isso subentendidos como fora do nacional. A autora ainda afirma que esses espaços podem ser imaginados como vazios, como terras incógnitas, mas só pela perspectiva colonial, já que por trás do “vazio” e da “ausência”, existem povoamentos de habitantes históricos que sempre estiveram lá, e cita Conrad (2004, p.11):

Os indígenas campesinos, escravos e habitantes dessas regiões se caracterizam assim como seres carentes e pobres, sem capacidade para pensar o futuro e nem para tomar decisões sobre seu desenvolvimento. Aos olhos das administradoras modernas (coloniais, republicanos e liberais) estes vazios no mapa representam uma tela em branco onde podem exercer um poder demiurgo. Trata-se de lugares e regiões onde se faz necessário instaurar novas ordens, para domesticá-los, fazê-los legíveis e anexá-los a ordem da “economia do mundo. (Tradução minha)

Logo, essas populações citadas por Serge (2012) e Conrad (2004)³ podem ser entendidas como “marginalizadas naturais”, são aquelas fundadoras de identidades nacionais (Das e Poole,

³ CONRAD Joseph, *El corazón de las tinieblas*, Santa Fe, El Cid Editores, 2004 [ed. original 1899].

2008); no caso brasileiro, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, sendo a última categoria a identidade que abarca a pequena coletividade da Ponta Oeste.

Para Das e Poole (2008), as margens são ao mesmo tempo lugares onde a natureza é imaginada como selvagem e incontrolada, são locais os quais o Estado está continuamente se reinventando para instituir sua ordem e sua forma de legislar. Tratam-se de periferias imaginadas enquanto locais naturais de pessoas consideradas insuficientemente socializadas por leis. As autoras ainda afirmam que o Estado se faz presente de diferentes formas por meio de seu “controle inquestionável”. Essas seriam também tecnologias de poder de uma pedagogia de conversão, pacificação ou administração das margens, seria como um modo de introduzi-las ou adequá-las às normativas estatais, colocando-as dentro da lei.

Segundo a perspectiva das autoras, porém, a margem não é estática;

Las poblaciones pueden existir sólo como entidades administradas en el imaginario del estado pero los habitantes de estos márgenes no son objetos estáticos: las formas de gobernanza, las relaciones sociales en torno a diferentes áreas de experiencia y los géneros culturales en los que el lenguaje cobra vida generan vías para entrar en estado biopolítico (...) (POOLE, DAS, 2008 p. 31)

As populações administradas pelo estado também elaboram estratégias políticas para reivindicar suas cidadanias, e essa forma de agência está profundamente ligada a sua experiência e modos de se relacionar com o estado, ainda que esse se apresente diante dessas circunstâncias como um estado biopolítico⁴.

Essas novas estratégias, mobilizações e engajamentos são articulados por sujeitos que resistem e criam estratégias de sobrevivência política. E ao resistirem, conseguem remodelar a normatividade inerente ao poder estatal. (Poole e Das, 2008 apud Palermo, 2015). Segundo as antropólogas, à medida que as margens se organizam e se posicionam contra as normativas do poder central, criam possibilidades de resistência e de reorganização política, reconfigurando as relações estatais por meio das práticas sociais. Desse modo, o Estado está sempre em construção ao reagir às forças provenientes da margem.

Logo, Das e Poole (2008) propõem um outro olhar para as relações estatais, olhar esse que se difere da ideia de um Estado único e de normativas rígidas e que perde sua força e poder

⁴ A prática do poder biopolítico decorre da exploração de um ambiente incomum ao poder soberano, fazendo com que o regime do poder se modifique. Se para o poder soberano a vida é de ordem periférica, ela é para a biopolítica de ordem central. Portanto, na biopolítica a vida é o próprio objeto do poder, o nascimento e a morte, dominar os modos como a vida ocorre e seus fenômenos é o objetivo desse poder. (FONSECA, 2012, p.26 apud SOUZA, 2013)

de gestão ao chegar em suas margens. Essa abordagem é interessante, pois apresenta as margens e suas populações também como produtoras de Estado e não somente moldadas por ele.

Logo, com o intuito de pensar as relações entre minhas interlocutoras, as pescadoras e maricultoras da Ponta Oeste e o Estado e o que ele, por sua vez, pode significar para os diferentes atores envolvidos nos conflitos entre Populações Tradicionais e áreas de preservação ambiental, lanço mão das ideias de Das e Pool. A ideia aqui é trazer a análise proposta pelas autoras para situar os projetos de futuro existentes na Ponta Oeste enquanto um lugar, também, de se produzir possibilidades de sobrevivência política e logo de cosmologia ilhéu.

INTRODUÇÃO:

O vilarejo da Ponta Oeste ou da Ponta da Coroazinha, como é chamado também por seus moradores, já foi o maior vilarejo da Ilha do Mel. O local era conhecido pela pesca farta e por suas festas. Até a década de 80, afamado como um núcleo de pescadores e pescadoras tradicionais. No entanto, a inauguração do canal Sul que dá acesso aos portos, somado a implantação de uma área de proteção ambiental na década de 80, sobrepôs o território da comunidade, o que incentivou a mudança de grande parte de sua população. Aos que ficaram, coube a luta pelo seu território. A recategorização proveniente das leis ambientais do estatuto sobre o uso do solo, ou do não-uso do solo, modificou por força da lei a dinâmica de vida dos pescadores e pescadoras artesanais que ali residiam e dos que ainda residem. Esse novo modo de viver é então produto das consequências de um conflito socioambiental gerado devido aos diferentes objetivos de uso social da terra por diferentes atores sociais.

Essa pesquisa se propõe a compreender as categorias de território e as soluções encontradas por essa comunidade para afirmar o seu saber-fazer, sua memória e identidade, a partir da etnografia das mulheres, produtoras de ostra e líderes da associação de nativos da Ponta Oeste.

I - Descrição da área de estudo: a Ponta Oeste

A Ilha do Mel localiza-se no Estado do Paraná, município de Paranaguá e está vinculada aos poderes de gerenciamento do governo estadual desde 1982, com a concessão de uso sob a forma de aforamento (Portaria nº 160 de 15 de Abril de 1982) (POLI SPERB & QUEIROZ TELLES, 2014). A Ilha está sujeita a um regime jurídico diferenciado e atualmente sob responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná (IAP)⁵, instituição vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) (HARDER, 2014),

A Ilha está subordinada ao estatuto do Zoneamento Ecológico e de Uso Público que a divide em duas categorias de Unidades de Conservação: uma Estação Ecológica que abrange

⁵ O Instituto Ambiental do Paraná tem como responsabilidade os aspectos normativo e deliberativo. Também fiscaliza as ações que venham a causar potencial dano ambiental na Ilha do Mel. Portanto, controla os limites das áreas de reserva, a extração de recursos naturais, os serviços públicos de saneamento, dentre outras, bem como desenvolvimento e execução de ações de educação ambiental direcionados à comunidade local e aos turistas. Quanto à gestão municipal, os serviços públicos de saúde, a educação fundamental e o saneamento básico estão aos cuidados do Município de Paranaguá. (SPERB e Telles, 2014)

95% de sua superfície e um Parque que abarca os 5% restantes. Prevê-se então toda uma jurisdição destinada à preservação e à proteção integral da Diversidade Biológica (IAP, 2016).

Em 1975, a Ilha do Mel foi tombada pela Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná e, em 2000, foi reconhecida pela UNESCO como um patrimônio natural da humanidade dando reconhecimento mundial a sua importância ambiental. (NASCIMENTO, 2015). Sua ocupação, consiste basicamente em duas áreas de Unidade de Conservação que contém quatro Setores de Ocupação humana⁶. As unidades de conservação são: a Estação Ecológica da Ilha do Mel (EEIM) e o Parque Estadual da Ilha do Mel (PEIM). Os Setores de Ocupação⁷ abrigam os vilarejos de Nova Brasília, Farol, e Vila de Encantadas que, segundo Sperb e Telles (2014), possuem maior número de habitantes, edificações e desenvolvimento turístico e os setores da Fortaleza, Praia Grande e Ponta Oeste são menos populosos, sendo que as últimas duas comunidades não são reconhecidas oficialmente pelo Estado (PARANÁ, 2006 apud TELLES; GÂNDARA, 2012). Ainda segundo Sperb e Telles (2014), as áreas de ocupação contabilizam apenas cerca de 5% do território da Ilha.

Portanto, a Ilha do Mel possui seis vilas⁸ com aproximadamente 98 pescadores. Nessas vilas os moradores dividem suas atividades econômicas com o turismo. Porém, há particularidades quanto a principal atividade econômica: Ponta Oeste (pesca), Praia Grande (turismo), Farol das Conchas (pesca no inverno e turismo no verão), Fortaleza (turismo), Brasília (pesca no inverno e turismo no verão), Encantadas (pesca no inverno e turismo no verão). (FUZETTI, 2009)

Com o turismo na Ilha do Mel, as comunidades da Ilha passaram a incorporar a sua economia local serviços como pousadas, comércios e passeios. O turismo além de se tornar um fato na vida da maioria dos nativos da Ilha, também passou a ser uma preocupação de ocupação do estado, motivando a salvaguarda do território da Ilha, tanto do ponto de vista ambiental como cultural.

⁶ Área no entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade de Conservação são denominadas Áreas de Ocupação ou Zona de Amortecimento. Essas estão, portanto, condicionadas aos termos existentes na Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000).

⁷ As vilas da área de amortecimento da Ilha do Mel possuem um rico passado histórico, tendo sido freqüentada por indígenas, piratas, missões jesuíticas e escravos. Em meados do século XX passou a consolidar-se como a vila dos pescadores. O aspecto geográfico, formando um grande arco voltado para o continente provavelmente proporcionou esta preferência por diversos ocupantes e freqüentadores ao longo da história (ESTEVEZ, 2004, p. 83 apud TELLES, 2007)

Morro das Encantadas e ao Oeste, na Ponta da Ilha, vê-se a Ponta da Coroazinha ou a Ponta Oeste. (FIGUEIREDO, 1954)

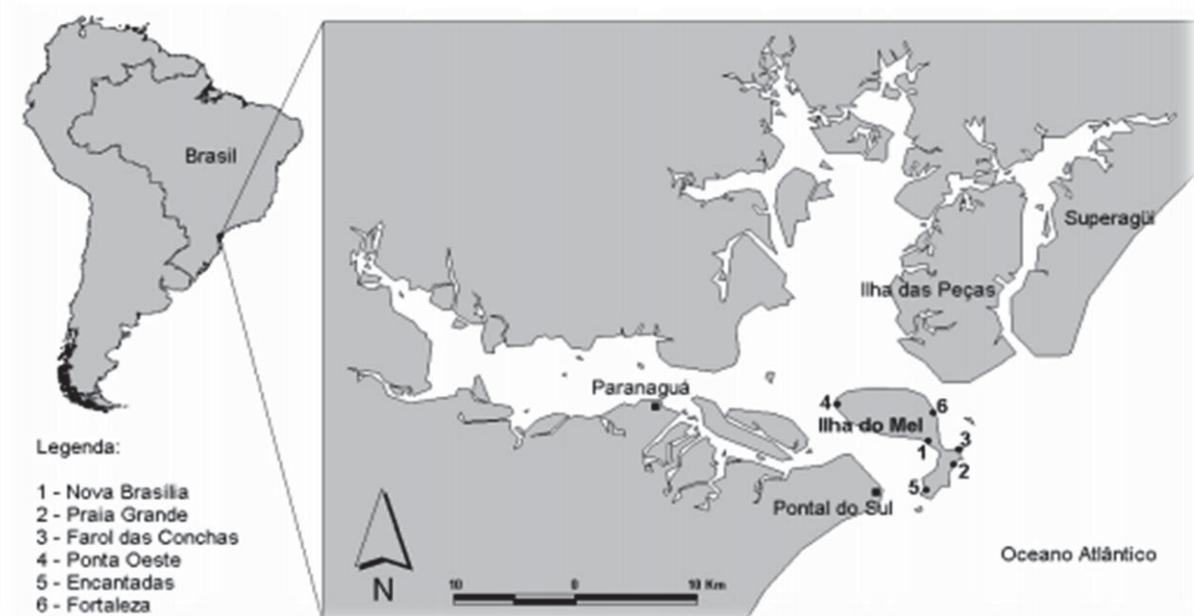


Figura 2: mapa de localização da Ilha do Mel e suas comunidades em relação à Baía de Paranaguá. Fonte: (Fuzzeti e Corrêa, 2009)

A Ilha do Mel está contida na área de abrangência do complexo estuarino lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá (HARDER, 2014). Por esse estuário, o litoral sul paulista se une à Baía de Paranaguá pelo Canal do Varadouro compondo um significativo conjunto de atributos ambientais e culturais, constituídos de cobertura vegetal original, praias, manguezais, restingas, ilhas e rios.

Trata-se de uma das regiões mais preservadas do litoral brasileiro e um dos ecossistemas costeiros mais produtivos do mundo (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017). Com mais de 100 quilômetros de extensão é pouco conhecido em sua grande diversidade cultural e foi uma das primeiras regiões a serem exploradas e colonizadas por portugueses e espanhóis no século XVI. Entre os povos e comunidades tradicionais que habitam essa região estão: índios guaranis, quilombolas, migrantes, caboclos e caiçaras (DIEGUES, 2004).

Devido a sua importância socioambiental e cultural a Ilha do Mel e sua população tem sido objeto de estudos de diferentes pesquisadores. Assim como já afirmado por Westphal (2014), nota-se que a Ilha faz parte de um vasto universo de pesquisas. Mediante levantamento bibliográfico, entre artigos, teses e dissertações, pesquisas de diferentes campos investigam os mais distintos temas, tais quais: o desenvolvimento do turismo em unidades de conservação, gestão de resíduos sólidos com enfoque no turismo, situação socioambiental e atividades

turística, erosão costeira, gestão ambiental, qualidade da água, impactos ambientais pós derramamento de óleo, implantação de novas tecnologias para produção de energia limpa, perfil e renda dos pescadores, fenologia de espécies botânicas além de etnografias sobre as vilas.

A bibliografia levantada também revela a percepção da academia a respeito da ilha e de sua população. Cabe salientar, porém, em acordo com Westphal (2014), que muitos dos trabalhos desenvolvidos acabam por esvaziar os significados das comunidades locais haja vista as descrições que parecem separar a ilha de seus habitantes. Essa forma de abordagem revela não só um discurso ambiental instituído sobre a ilha, como também uma maneira de pensar e de fazer ciência que revela a clássica chave de pensamento natureza versus cultura.

As narrativas encontradas a respeito da comunidade da Ponta Oeste deixam ao leitor as impressões sobre um conflito territorial entre uma comunidade tradicional de pesca artesanal e o estado. Ilustram também um campo de tensões dentro do universo de pesquisa (Little, 2004) que conjuga interesses e interpretações a respeito dos temas ambientais urgentes assim como o futuro da ilha.

Há poucos estudos sobre a Ilha do Mel que mencionam a comunidade da Ponta Oeste. Há pesquisas que nem mesmo a cogitam nas descrições sobre as populações da Ilha e, quando abordada, ela é apresentada de diferentes maneiras: a localidade é descrita como aquela que já foi a maior comunidade de pescadores da Ilha do Mel mas agora está “extinta” ou em “vias de desaparecimento devido ao seu “isolamento” em relação a outras vilas da Ilha. Em alguns trabalhos esse processo é justificado devido ao fato de a comunidade ser limítrofe a área de preservação implantada na ilha na década de 80. Há também descrições que apenas apontam o êxodo da população até seu “desaparecimento”.

À vista disso, constata-se que poucas são as pesquisas dedicadas inteiramente a essa comunidade⁹. Nesse quesito encontraram-se os trabalhos de PAIFER (2013), MOURA (2016), SOUZA (2013) e HARDER e FREITAS (2015) e HARDER (2014). sendo que o último aparece

⁹ Há também três documentários a respeito da Ponta Oeste: o documentário de Fernanda H. Torres “Mais a Oeste”, de 2010, após sua participação nas oficinas de direitos humanos, na Ponta Oeste, em 2007, coordenadas pelo Professor Eduardo Harder, O documentário ARGONAUTAS DA COROAZINHA: Direção: Eduardo Harder, Ana Elisa de Castro Freitas e Doglair Albini Júnior. Ilha do Mel: 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/103663865>. Acesso em: 15 Ago 2018 e ENVELHECER NA INVISIBILIDADE. Direção de Denise Kelm. Produtora Haver, 2019, 12 min. Todos esses trabalhos abordam o conflito vivenciado pela comunidade por diferentes perspectivas. Os trabalhos de PAIFER et al (2013) e SOUZA (2013) são monografias de conclusão de curso. O primeiro é da área de gestão ambiental enquanto o segundo é do direito. Já a pesquisa de MOURA (2016) trata de uma dissertação a respeito do levantamento da biodiversidade manejada pela comunidade e a importância desta prática na territorialidade da comunidade. HARDER (2014) por sua vez, em seu doutoramento, aborda os reflexos do tratamento patrimonial sobre os direitos culturais a partir do caso da Ponta Oeste e publica um artigo a respeito do esforço da coletividade da Ponta Oeste em manter sua territorialidade mediante os mecanismos adotados pelo Estado brasileiro para desterritorializá-la do local

como o principal autor, elaborando estudos sobre os direitos culturais e sobre as políticas de patrimônio sob o ponto de vista jurídico. Foi encontrado também um parecer técnico¹⁰ elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura, solicitado pelos próprios moradores da Ponta Oeste, na tentativa de provar sua história enquanto comunidade e de reivindicar seus direitos sobre sua territorialidade.

Portanto, o que importa nessa pesquisa é compreender, por meio da etnografia das mulheres ostreicultoras da Ponta Oeste, quais formas a comunidade encontrou e encontra para reafirmar seu território (Litle, 2003) diante das mais diferentes forças que operam em seu ambiente (Ingold, 2012) e que agem interferindo drasticamente em suas vidas e cotidianos (Das, Polle, 2008).

II. Do fazer etnográfico e seus métodos

Encontro-as dez anos antes, quando em um passeio de barco de Encantadas para Ilha das Peças. Noto duas mulheres pescando em uma canoa. A curiosidade sobre as mulheres pescadoras me leva a descobrir que são moradoras da Ponta Oeste. Uma vila situada a oeste da Ilha do Mel e que faz fronteira com a área de conservação. Na época eu trabalhava em uma cooperativa de barqueiros de nativos em Encantadas, não era de meu conhecimento nem a existência de mulheres pescadoras e nem da vila da Ponta Oeste. Eu estava concluindo minha graduação em biologia¹¹ e as pesquisas que li sobre a pesca, naquela época, a descreviam enquanto uma atividade exercida por homens, ao passo que poucas pessoas com quem conversei a respeito da Ponta Oeste sabiam da sua existência. Após o encontro, um amigo nativo de

¹⁰ PONTES FILHO, Almir; KLUPPEL, Cristina Carla. Parecer Técnico Ponta Oeste – Ilha do Mel. Paranaguá-PR. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2012

¹¹ Muito da biologia que aprendi em minha vida devo aos saberes desses barqueiros que me foi passado durante a navegação desses territórios outros. Em especial a Aguinaldo. Quando encontrei as mulheres pescadoras, estava me formando em biologia e a lógica preservacionista não me era estranha. Porém, durante minhas estadias na Ilha do Mel (durante dois anos passei o inverno em Brasília e o verão trabalhando em Encantadas), tive contato com as dificuldades que a comunidade local enfrentava para melhorar a estrutura das mínimas coisas. Pousadas cresciam, o Porto e a suas dragas cresciam e a população se queixava a respeito dos indeferimentos para a reforma de suas antigas casas, ou para montar a sede da cooperativa. Logo após minha graduação como bióloga, me especializei em análise ambiental, pelo setor de geografia da UFPR. Meu tema era a capacidade de suporte de uma estrutura de saneamento montada pelos nativos e idealizada por uma ONG de Curitiba na Ilha Rasa em Guaraqueçaba. No entanto, apesar do tema técnico, o que chamava a atenção eram os embargos ambientais e as estratégias dos nativos da ilha Rasa para lidar com as questões de saneamento do local. A Ilha Rasa fica a três horas do continente mar adentro. Possui quatro comunidades tradicionais em seu território. E uma história incrível de nativos que instalaram sua estrutura de abastecimento que corre o fundo do mar e o alto de uma serra cheia de onças. Apesar dos esforços dos moradores para a manutenção e a instalação do projeto de abastecimento, o sistema parecia ter perdido sua eficiência quando o senso da ilha extrapolou o planejado. Para além do sistema de saneamento, “os gatos” nas finas tubulações de pvc, revelaram a volta daqueles que tentaram a vida em Paranaguá, mas diante do desemprego voltaram para suas famílias e para a pesca tradicional em Ilha Rasa.

Encantadas, diante de minha curiosidade me disse brevemente que “lá não tem água e não tem luz”.

O interesse sobre as mulheres pescadoras me leva a descobrir que a descrição de meu amigo sobre a Ponta Oeste é resultado de um conflito territorial, já que a comunidade de pescadores e pescadoras tradicionais teve seu território sobreposto na década de 80 pelo Estado do Paraná por uma unidade de conservação da natureza.

Desde então serviços como fornecimento de energia elétrica ou água não são autorizados pelo estado e a maior parte de sua população deixou o local atrás de melhores condições de vida ou incentivados pelo estado sob a lógica de mitigação do empreendimento. Restam hoje apenas vinte e cinco pessoas que lutam para afirmar seu direito a esse território ancestral. Dentre elas, as três irmãs Pereira, mulheres pescadoras, ostreicultoras e líderes comunitárias, minhas principais interlocutoras nessa pesquisa. Conheci-as, agora pessoalmente, por meio do Professor Eduardo Harder em minha primeira ida à Ponta Oeste, em novembro de 2017, junto às turmas de gestão ambiental e artes da Universidade Federal do Paraná.

Houve mais três estadas em diferentes períodos do ano de 2018 na Ponta Oeste, sendo que a mais longa ocorreu no mês de julho, quando tive a oportunidade de ir até a comunidade todos os dias durante uma semana. No entanto, era julho, época de os moradores ficarem com suas famílias. Ciente disso e levando em conta que a estadia só possível em suas casas, escolho por alugar uma casa em Encantadas, porém essa opção me obriga a navegar para ir e para voltar todos os dias, o que aumentaram consideravelmente os meus custos de viagem. Foram dez dias de intensa e assustadora cerração em que nossa embarcação ficou temporariamente perdida no mar, por pelo menos duas vezes.

Essas experiências de navegação me colocaram em contato com a realidade marítima do morador insular. O tempo e os deslocamentos da vida são pautados pelos ritmos do mar. Suas marés determinam o fluxo das correntes marítimas e também as ações dos moradores, seja nas atividades da pesca, da maricultura, ou nos deslocamentos em mar ou nos afazeres em terra. Para se habitar esse universo, é preciso conhecê-lo, apreendê-lo nas suas mais variadas formas. Um tipo de conhecimento que é sentido e experimentado, e que vem da prática. Equilibrar-se em canoas, forçar o ritmo das remadas, observar a direção das ondas e marolas, entender os ventos e as correntes, a fim do pescar e do chegar em segurança em casa, foram também as experiências dessa pesquisa marcada pelas marés e pelos humores do oceano.

As outras duas permanências ocorreram em alguns dias no mês de maio e novembro, “mês das butucas”. Durante esse período, dediquei especial atenção a realizar descrições a respeito do cotidiano da vila, observando as atividades e conversando com os moradores.

Também foram gravadas entrevistas sobre diferentes temas, algumas tiveram formato mais direcionado, enquanto outras, sob autorização de meus interlocutores, foram conversas informais gravadas. As gravações abordam temas a respeito dos fazeres políticos, histórias do passado e as aulas sobre a pesca e o cultivo que me foram dadas por uma das irmãs Pereira.

Elaboraram-se etnomapas por meio de caminhadas e navegações guiadas a respeito do uso social do território e dos marcos territoriais importantes à comunidade. Esses deslocamentos mar e terra acabaram por flexionar diferentes conhecimentos sobre aquele ambiente. O próprio saber para deslocar-se, por mais simples que pareça ir de um ponto a outro, demanda saberes específicos. Por isso, essas cartografias do uso social foram construídas por mim a partir de desenhos orientados por integrantes da comunidade.

Há o conhecimento a respeito da vida que compõe o percurso: da identificação da fruta verde e selvagem que brota na trilha que o mato fecha, até as correntes marítimas que trazem à tona o lixo global que, quando conveniente, é integrado à vida material da Ponta Oeste¹².

Quanto às memórias, preenchem o ambiente com o que já se foi um dia e com o que ainda poderá vir a ser: uma forma de descrever aquela vida e que pauta os fazeres políticos. Trata-se do mover, do conhecer e do descrever, o que Ingold (2015) chama “estar vivo para o mundo”, um tipo de atenção que pautou, também, o fazer dessa pesquisa, seja pelos movimentos inerentes ao cultivo de ostra, seja pelos movimentos da própria vida que pulsa na Ponta Oeste.

No mais, participei um pouco da prática da lida da pesca e da ostra e seu cultivo. Atividades produtivas essas, que apesar de dividirem a mesma porção de praia e ocorrerem na mesma comunidade, revelam-se distintas em sua prática, no sentido técnico e em relação à forma de se relacionar com os outros seres e com aquele ambiente. As técnicas e as ferramentas necessárias à execução das tarefas e das habilidades ainda revelam estórias (Ingold, 2015)¹³ a

¹² Em um de meus campos, eu e meu parceiros saímos de canoa com o Seu Lauro, pescador tradicional da Ponta Oeste, para conhecer os cultivos de ostra que ficam mais a Oeste e o antigo campo de futebol, o “Campo”. Seu Lauro apoiou sua canoa no mangue que escondia o alto barranco que tínhamos que subir para chegar até o local. Ao chegar nos deparamos com uma bela vista da Baía de Paranaguá e da mata que hoje é entendida como área da Estação Ecológica da Ilha do Mel. O campo fica cerca de dois metros acima da linha do mar. De lá era possível ver os cultivos de ostra e pelo menos duas famílias de botos caçando as tainhas que também rondavam o cultivo. Quando estávamos voltando para a canoa, Seu Lauro avistou algo embrenhado no mangue. Ao chegar lá descobrimos que era uma porta de geladeira que muito provavelmente o mar trouxe. Seu Lauro então pega a porta e coloca na canoa. Voltamos para casa caminhando pela beira do mar e carregando debaixo do braço a porta da geladeira. Enquanto caminhávamos Seu Lauro nos explica que tinha esperança que a porta se encaixasse na velha geladeira que fica no quintal, deitada, atrás da cozinha. Ela está quebrada, mas ainda serve para segurar a temperatura do gelo. Ao chegarmos em nosso destino, a porta se encaixa direitinho na geladeira do quintal. Seu Lauro, então, com um sorriso no rosto nos fala “Ô aí, deu certo a porta que o mar trouxe”.

¹³ Ingold (2015) fala a respeito da ferramenta e a técnica: “para um objeto contar como ferramenta deve ser dotado de uma estória, que o profissional deve conhecer e compreender afim de reconhecê-lo como tal e usá-lo adequadamente. Consideradas como ferramentas, as coisas são as suas estórias” (p.102) Esse é o caso das redes

respeito das relações de camaradagem, de parentesco e da forma da construção do conhecimento.

Ainda no que toca a participação dessas atividades, eu optei por utilizar como método a abordagem utilizada por Sautchuk (2007) que analisa, em seu doutoramento, a pesca enquanto modo de construção de pessoa em uma vila de pescadores no Amapá. O autor sugere que a análise da técnica com um viés antropológico deve ter o cuidado de guiar-se pela percepção nativa e pelo diálogo sobre seu entendimento e não limitar o fazer etnográfico ao processo descritivo.

Ainda que a técnica e a noção de pessoa não sejam os temas centrais dessa pesquisa, participar e experimentar das práticas técnicas inerentes a atividades do cultivo de ostras e da pesca tradicional elucidou questões quanto às relações da organização social do trabalho e da comunidade.

Durante a permanência em campo eu, minha família e minha pesquisa fomos afetuosa e generosamente acolhidos pelas mulheres e pelos outros moradores. O fazer etnográfico então ganhou novas particularidades à medida que meu marido, que possui grandes interesse pela culinária e pela pesca, acabou também absorvido pela pesquisa devido ao vínculo criado com as irmãs. Sempre de prontidão, Lauro acabou sendo integrado às pequenas tarefas do cultivo, da pesca, da cozinha e do cotidiano da Ponta Oeste. Enquanto fazia algumas entrevistas com outras pessoas da comunidade, era comum vê-lo em volta de Dona Dircéia que cozinhava. Curioso, Lauro tentava desvendar os segredos sobre as deliciosas receitas culinárias tradicionais da família Pereira. Comum também vê-lo levando ou buscando lanternas de ostra, ajudando a puxar e limpar as redes de pesca e ajudando a organizar os quiosques que receberiam os turistas.

A presença dele no campo me despertava para os meus próprios fazeres metodológicos. Meus campos eram organizados por tópicos que deveriam me orientar e orientar, se pertinente, as entrevistas e conversas. No entanto, com a participação de Lauro pude também me inserir quando conveniente nas atividades que ele executava, o que me proporcionou a ajudar em algumas atividades práticas e a participar de conversas que ele estava tendo com outras pessoas da Ponta Oeste.

Em um dos meus campos, minha filha Marina também esteve presente. A partir dela pude observar mais de perto como as crianças, netas e netos dos moradores da Ponta Oeste, se

de pesca, dos barcos e das lanternas de ostra. Os artefatos utilizados no labor marítimo contam histórias desde o momento de seu feitiço até o seu uso e compartilhamento. Além do mais, essas ferramentas são utilizadas por coletivos de pessoas que partilham diferentes formas de utilizarem e as dividirem e, portanto, produzem conhecimentos de mundo.

relacionam com a pesca, com os cultivos de ostra por meio das brincadeiras. A possibilidade da perspectiva infantil também trouxe à tona os planos de futuro, a continuidade da Ponta Oeste.

Ao passo que as idas ao campo ocorriam, uma série de questões de cunho metodológico e do universo da própria pesquisa foram se apresentando. A primeira delas foi a compreensão, por meio das narrativas das pessoas da Ponta Oeste, do conflito socioambiental experienciado por elas. O conflito estava e está ali o tempo todo e aparecia e aparece nas histórias das casas, dos pássaros, da comida, do peixe e da ostra. E mais, a implantação da área de preservação seguida da ativação do canal sul para o porto, não só demarcou as memórias individuais e coletivas, e as formas de fazer e produzir as mais diferentes coisas, como também demarcou as relações interpessoais.

Essa pesquisa, então, trata de pessoas que tiveram suas vidas modificadas por um empreendimento estatal e por isso se fez necessário também compreender as forças que compõem e movem esse conflito.

Houve uma aproximação¹⁴ do método proposto por Little (2004) que sugere que pesquisas antropológicas que tratam de conflitos socioambientais devam lançar mão de uma “etnografia multiator”, capazes de mapear os atores sociais “fantasmagóricos” que não estão presentes fisicamente no sítio do conflito, mas que exercem uma influência nele à distância”. O autor afirma ainda que

Outro elemento fundamental nesse tipo de etnografia é a identificação dos interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais e do território, seguido por um levantamento das interações entre cada um dos atores sociais dentro da arena política. O etnógrafo deve identificar também os distintos discursos em choque e suas respectivas bases de legitimidade cultural e política, sejam elas explícitas ou implícitas. Um passo seguinte consiste na análise dos atores sociais e na descrição das suas distintas cotas de poder. (p.93)

Levando os apontamentos de Little em conta, o campo se estendeu pelo continente à medida que comecei a participar de algumas reuniões em Curitiba, com diferentes instituições, como o CAOP, a Defensoria Pública e com a empresa responsável por elaborar o atual Plano Diretor da Ilha do Mel. Essa abordagem trouxe para a pesquisa particularidades sobre o lugar de “luta” não só da Comunidade da Ponta Oeste como também de outras comunidades da Ilha, além de elucidar um pouco de quais outras formas o estado também participa, agora em sintonia com a afirmação de direitos dessas populações.

¹⁴ A aproximação ao método proposto por Little ocorre nessa pesquisa a fim de mapear os atores e seus discursos que compõem o conflito vivenciado e descrito pela comunidade da Ponta Oeste. Mas se afasta à medida que autor propõe um método etnográfico no qual o conflito é o tema a ser abordado e não as pessoas

Essa opção metodológica de estender a busca por dados em outras instituições fez com que as relações criadas em campo ganhassem novos aspectos. Se antes as conversas se pautavam pelo convívio do aprendizado dos fazeres do cultivo de ostra, da pesca e do conhecimento sobre aquele ambiente, ou seja, sobre como é ser um habitante da Ponta Oeste, agora, com as participações nessas reuniões, as conversas ganham outros tons haja vista a troca de impressões a respeito dos acontecimentos políticos: a complexa discussão sobre a implantação do novo Plano Diretor, a instalação de novas áreas de preservação na ilha e as novas configurações políticas do porto.

O novo e dinâmico cenário das políticas de estado que rodeiam a ilha hoje, parece em certa medida repetir os acontecimentos da década de 80. Do continente sopram rumores a respeito de um grande plano de desenvolvimento que irá sobrepor a Ilha como um todo, ora pelas políticas abrasivas da expansão do Porto ora pelas medidas conservacionistas que reverberam nas linhas centrais do Plano Diretor.

No meio dessa grande tormenta política que se forma, há a população nativa da Ilha que, ao seu modo aciona os seus para compor um novo mutirão, agora para uma atuação política.

É diante dessa perspectiva que percebo a urgência do posicionamento político dessa pesquisa, pois os problemas de minhas anfitriãs, em alguma medida ora são também meus.

Bem explica Bruce Albert, ao propor um pacto etnográfico:

Em primeiro lugar, evidentemente fazer justiça de modo escrupuloso à imaginação conceitual de meus anfitriões, em seguida, levar em conta com todo rigor o contexto sociopolítico local e global, com qual sua sociedade está confrontada; e, por fim, manter um olhar crítico sobre o quadro da pesquisa etnográfica em si. (KOPENAWA; ALBERT, 2016. p.520)

Para além de um pacto, Bruce propõe uma metodologia de implicações éticas, que nessa pesquisa acaba por reverberar no modo de estar na Ilha, na Ponta Oeste e no processo de escrita (Strathern, 2018). É preciso posicionar-se (Haraway, 1988¹⁵) e estar atento para o mundo

¹⁵ O feminismo de Haraway, aqui se apresenta a partir da noção de conhecimento situado elaborado pela autora, que por sua vez, lança mão da metáfora do olho ocidental, o olho de Deus - infinito, como aquele que tudo vê e que produz uma ciência genderizada e ocidental. Segundo Haraway “a visão é sempre uma questão do poder de ver - e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização”.

Trata-se, portanto, de uma crítica a ciência ocidental que produz mundos, produtos desse olhar que hierarquiza, masculiniza e coloniza “realidades” outras. Em contra ponto ao olho que tudo vê, Haraway propõe o conceito de conhecimento *situado*, pois segundo ela “apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva.” Esse modo de olhar para o mundo, não seria pequeno, fechado por se tratar de um olhar menos amplo, muito pelo contrário, seria responsável por abrir o olhar. Isso porque, segundo a antropóloga

(Ingold, 2015), como bem mostram as mulheres que hoje cultivam ostras e organizam e cultivam fazeres políticos.

Portanto, o caminho metodológico dessa pesquisa acabou contando com diferentes teorias. Diferente dos métodos das ciências biológicas, o que se construiu aqui está longe de constituir uma verdade ou propor uma equação que traga resultados a serem aferidos. Nessa pesquisa, o método esteve antes de tudo nas relações com as pessoas e nas suas perspectivas de mundo. Humanos e não humanos compuseram esse ambiente-campo no qual diferentes teorias foram utilizadas com o intuito de amplificar esse encontro com as mulheres maricultoras e suas epistemes.

Nesse sentido há uma aproximação dessa pesquisa com a análise crítica proposta por LAW (2004, p.143)

O método não é, e nunca poderia ser, inocente ou puramente técnico. Se é um conjunto de moralismos, então estes não são garantidos por uma realidade que é fixa e dada, pois o método não "reporta" algo que já está lá. Em vez disso, de uma forma ou de outra, torna as coisas mais ou menos diferente. A questão é como fazer as coisas diferentes e o que fazer. (...) O método, então, inevitavelmente produz não apenas verdades e não-verdades, realidades e não-realidades, presenças e ausências, mas também acordos com implicações políticas. (Tradução minha)

Por tanto, para Law o método não é puramente um conjunto de procedimentos para relatar uma realidade, o método a qual Law se refere é performativo e engajado e produz realidades por meio das escolhas feitas durante a trajetória de pesquisa. Ele é criativo e possui implicações políticas.

Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (p.21)

Para a autora, o conhecimento situado é feminista pois seria a política e a ciência da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo para Haraway tem a ver com a visão dupla, de tradução sempre interpretativa, crítica e parcial. Isto posto, o conhecimento situado ofereceria possibilidades de conexões e inesperadas aberturas, sendo que “O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular”. É por meio das ideias de Haraway então que focalizo as experiências vividas por essas mulheres em um mundo descrito até agora como masculino por ser composto pela pesca, o mar e a política. Suas formas de se relacionar com esses domínios apresentam aqui saberes que descontroem o olho ocidental da ciência e da política e apresentam estratégias inventadas por elas para reinventar seus modos de existir. Trata-se de uma forma de elas estarem no mundo e de uma responsabilidade etnográfica no que toca o ato de descrever e olhar para essas pessoas, para essas mulheres.

CAPÍTULO 1: MEMÓRIAS, HISTÓRIA E DOCUMENTOS

Meu nome é Ivo Pereira, nascido dia 4 de julho do ano de 1931, natural da Ilha do Mel, da Ponta Oeste. No tempo antigo nós éramos bem libertos aqui, bem liberto, podia plantar, podia colher, podia pescar, tínhamos incômodo nenhum. Mas agora a privação é muito grande né. A gente lembra das coisas passadas, das festas que havia, do divertimento que tinha, fandango, baile essas coisas (...) caminhando todo esse tempo, chegamos a idade da escola com 7 anos, com 12 anos terminamos a 4ª série do primário depois parou de estudar, convivendo com o velho na pesca, convivendo com o velho na lavoura plantando mandioca para ajudar sempre na alimentação porque peixe era bastante mas era pouca venda, tinha que levar em Paranaguá, dava bastante trabalho, até fomo indo até chegar a idade de 20 anos fui para o exército, voltei do exército, continuei na pesca, na lavoura também 22 anos, agente sempre morando aqui na Ilha do Mel, tivemos 4 filhas e continuamos na Ilha do Mel, depois como diz, por motivo de necessidade, duas necessidades: primeiro porque a esposa era muito enferma né, daí tivemos que ir para Paranaguá, segundo porque ele fizeram o quarto ano primário com o professor e depois não tinha mais como estudar aqui, então esses foi os dois motivos que agente parou em Paranaguá né. Mas no tempo certo, peguei um serviço, esse serviço mais o tempo do meu trabalho foi na ilha do Mel né, visitando as casas, era um serviço de saúde, visitando as casas colhendo amostras de sangue para o exame de Malária, a gente trabalhou com comercio 16 anos também e foi levando a vida assim, até chegar agora na idade de 76 anos né, mas sempre na Ilha do Mel, sempre nessa terrinha boa aqui. Então são essas coisas que a gente recolhe do passado (Fala de Seu Ivo no documentário “Os Argonautas da Coroazinha, 2014)

A história oral da Ponta Oeste, tal como é contada hoje pelos seus moradores, remete a duas temporalidades que conectam passado e futuro. O *tempo dos antigos* é relacionado ao “tempo liberto”, ao tempo de liberdade em que muitas das práticas sociais do pescador tradicional da baía de Paranaguá eram permitidas. Hoje, pelas leis ambientais, não são mais.

Esse primeiro marco temporal narrativo é vinculado ao parentesco, na medida em que são memórias mobilizadas pelas narrativas das pessoas mais velhas a respeito das lembranças de seus avós e pais, muitos já falecidos. Portanto, de modo semelhante a etnografia do baixo Urubamba com os Piro feita por Gow (1991) a história na Ponta Oeste também aparece por vias do parentesco.

Seguir as lembranças que a mim e a outros pesquisadores foram contadas¹⁶, é uma forma, de assim como propôs Gow (1991), contar a história do Vilarejo e das pessoas da Ponta Oeste de seus pontos de vista. Essa opção analítica é bem-vinda pois o que se encontra nos documentos oficiais são mapas e documentos sobre os colonizadores e sobre as intervenções

¹⁶ Muitas das histórias contadas pelos nativos a mim também foram contadas a outros pesquisadores. As memórias do falecido Seu Arthur Pereira, parecem fundamentais para se contar e entender o passado da Ponta Oeste. Seus relatos são rememorados até hoje pelos seus filhos e são fundamentais para se compreender o passado da Ponta Oeste e da Ilha do Mel, principalmente a respeito da presença militar. Suas memórias também são relatadas em Harder (2015) e Pontes Filho, Klupple (2012).

do estado sob a ilha e sua população, ao que parece, são poucas as etnografias a respeito da cultura das comunidades da Ilha do Mel.

No que se refere ao povoado da Ponta Oeste, sua história nos documentos oficiais é marcada pelo discurso do estado, pós conflito territorial, que parece se esforçar para mobilizar categorias de desenraizamento da comunidade da Ponta Oeste. Além disso, são operados por agentes do estado noções de aculturação que tem como efeito deslegitimar a busca pelos direitos dessa população insular.

Isto posto, a intenção aqui é descrever por meio das lembranças narradas em campo, como as pessoas da Ponta Oeste ou Ponta da Coroazinha contam suas histórias sobre o passado na vila. Para isso, a abordagem de Guérios (2008) baseada em Halbwachs está alinhada a essa pesquisa na medida em que os relatos expostos aqui apresentam uma perspectiva individual de seus narradores sobre os acontecimentos da vida na Ponta Oeste. Portanto, não se trata de uma versão “oficial” do passado transplantada as noções de memória coletiva, mas da descrição de lembranças de diferentes pessoas da Ponta Oeste, que por sua vez, ocupavam e ocupam diferentes posições dentro daquela organização social. Sobre isso Guérios (2008) aponta que:

É possível redefinir a tarefa de uma “Sociologia da memória” a partir da própria leitura de Halbwachs: trata-se de, ao invés de definir como objeto uma “memória coletiva”, cuja conceituação será sempre problemática, tomar como objeto a exploração dos constrangimentos sociais que operam sobre uma pessoa quando ela se refere a seu passado — ou, em outras, enfocar as condições sociais de produção das lembranças. (p.371)

No decorrer desse capítulo, há, então, memórias de infância contadas por mulheres, hoje líderes e maricultoras e há lembranças de homens pescadores tradicionais. Compõem também as narrativas, rememorações de pessoas mais velhas já falecidas ou que já deixaram a Ponta Oeste, mas que foram importantes a organização social local.

Considerando que a idade média da população atual é de 65 anos e que são eles os interlocutores dessas histórias, as narrativas rememoradas das vivências de seus avós e pais nos colocam diante de aproximadamente um século de reminiscências. As roças, o desenvolvimento econômico local, o auge populacional do povoado, a fartura da pesca, os mutirões e as festividades como o fandango são os principais temas dessas memórias. Essas atividades são aquelas que, segundo as narrativas, caracterizaram o modo de vida do pescador artesanal da Ponta Oeste até os dias de hoje.

Apesar de não haver mais essas práticas sociais, são elas que acabaram por definir o jeito de fazer as coisas e de se relacionar na vila. A camaradagem, a solidariedade, as formas

de se fazer política dentro da vila e com o Estado são frutos das relações de saberes com o território de mar e terra, de um conhecimento construído ao longo de gerações que possuíam uma íntima relação com aquele ambiente (Ingold, 2012). Esse mesmo marco temporal também é descrito no trabalho de Martins (2018) ao pesquisar o fandango no litoral paulista e paranaense. O tempo dos antigos citado pela pesquisadora, assim como na Ponta Oeste, é caracterizado pelos fandangos e pelos mutirões feitos no passado. Com o tempo, essas práticas passaram a ser reinventados no seu modo de existir e de produzir coisas no mundo, principalmente realidades políticas.

É pela narrativa “dos antigos” que as histórias sobre a construção da prisão da Ilha das Cobras são contadas. Na década de 30, devido à proximidade geográfica entre a Ponta Oeste e a Ilha das Cobras, seu Arthur Pereira era responsável por comunicar às autoridades a chegada de naufragos foragidos à praia da Ponta Oeste. A travessia era arriscada, pois o fugitivo deveria alcançar a praia da Ponta Oeste a nado em um canal conhecido por ser território de tubarões tintureiras. É dessa época também as lembranças das primeiras proibições do estado pelo uso do território marítimo, pois com a construção da prisão da Ilha das Cobras, a pescaria em seus arredores passou a ser proibida. (HARDER; FREITAS, 2015).

Na década de 40, uma outra proibição é lembrada pelos moradores. Ainda como efeito da Segunda Guerra Mundial, não era permitido acender lamparinas nas casas e nem para atividade pesqueira noturna. A fim de evitar o risco da prisão por desobediência às ordens militares, a vila da Ponta Oeste permanecia no escuro durante as noites. É nessa mesma década que se é percebido o aumento do fluxo de navios no antigo canal norte que propiciava mais atividade mercantil aos Portos de Paranaguá e Antonina. (HARDER; FREITAS, 2015)

1.1 O tempo dos antigos e o território da memória.

Para além das memórias que jogam luz sobre as primeiras delimitações e demarcações de ordem do estado, são relatadas também as lembranças do cotidiano vivido em terra, no interior da ilha. As idas “ao centro da mata”, hoje a Estação Ecológica da Ilha do Mel, são lembradas. Para buscar a caixeta, a árvore comum no litoral do Paraná, muito utilizada na pesca pela sua densidade e maleabilidade, os homens iam para dentro da densa floresta que circunda o vilarejo até os dias atuais. Era preciso conhecer a árvore, entender de suas qualidades materiais e orgânicas para derrubá-la, puxá-la até a praia e esculpi-la a machado e formão para da árvore extrair a canoa que seria utilizada nas pescarias. A canoa então ficaria pronta dentro de três a quatro meses de muito trabalho.

Os mutirões de pesca também são rememorados principalmente pela família Pereira. Consta da narrativa dos filhos de Seu Arthur Pereira que o pai organizava os mutirões para a pesca da tainha que durava os três meses de inverno. Para isso, somavam-se esforços a outras famílias de pescadores. Segundo relatos dos filhos de seu Arthur, essa época é lembrada pelo trabalho árduo, mas também pela alegria, pois ao final das jornadas de labuta era de bom grado o organizador do mutirão oferecer aos seus camaradas um bom fandango, festividade essa que ainda é rememorada por outros moradores da Ilha, pelos bons bailes da Ponta Oeste.

Ainda quanto aos relatos sobre a pesca da tainha *no tempo dos antigos*, é dito que no início a captura acontecia na praia da Ponta Oeste, *mas com o tempo começou a fracassar*. Assim Seu Arthur e toda a sua família se juntaram à família de Vó Maria, do vilarejo da Praia Grande, onde juntos passaram a *pescariar* tainhas. No entanto, o *fracassar da pesca*, agora nos arredores dos mares de Brasília, motivam seu Arthur a procurar novos locais para a captura do peixe. Segundo as irmãs Pereira, os três meses da temporada da pesca da tainha passou a ser feita em compadrio junto a outras famílias *no Superagui*. Dona Dircéia Pereira conta que:

Naquela época, isso eu era pequena, eu lembro, eu tinha o que...eu acho que uns 4 anos mais ou menos. Eles tinham que tirar uma canoa, que naquele tempo podia é claro, então eles tiravam, cortavam a árvore lá', faziam a canoa e aí tinha que trazer. Então era feito o mutirão, eles chamavam todo o pessoal e iam buscar a canoa (...) também tinham pessoas de fora. Aí o que acontecia, vinha, aí depois tinha o almoço né, porque sempre eles iam bem cedo (para dentro da mata buscar caixeta), tinha o almoço e a noite tinha o fandango. E assim, também eles plantavam roça. Meu pai até plantava a roça, mas na hora de colher ele ia ao pessoal para ajudar né, para fazer a farinha e tudo mais...e depois eles dividiam e forneavam e tinha o fandango e o baile

É dessa relação de compadrio na pesca que as roças também se fortaleciam. Uma das filhas de Seu Arthur, Dona Leonor, revela que nessa época os patriarcas das famílias também trocavam espécies de mandioca para aumentar as garantias de sucesso do plantio na época de colheita.

A prática da roça, portanto, era bastante importante às famílias da Ponta Oeste e da Ilha do Mel como um todo. Eram as pequenas plantações de subsistência que garantiam a comida na mesa quando o pescador não conseguia voltar com os peixes para casa. Nas roças plantavam-se mandioca, arroz, melancia, abacaxi entre outras coisas. Era comum àquela época ter criações de pequenos bichos, como porcos e galinhas. (PONTES FILHO; KLUPPEL, 2012)

Em 1954, José Carlos Figueiredo publica sua tese denominada “Considerações sobre a Geografia da Ilha do Mel”. O estudo descreve a Ponta Oeste, também chamada de a Ponta da Coroazinha, como um povoado composto por pequenas casas de madeira cobertas por telhas,

dispostas de modo disperso, mas acompanhando a linha da praia. A situa próxima a embocadura do Rio do Hospital até o Rio do Cedro.

O autor ainda menciona um censo realizado no ano de 1950 por uma autoridade policial da Ilha do Mel, que contabilizou 513 habitantes, sendo que na Ponta Oeste e seus arredores havia 185 pessoas, logo, o maior povoado da Ilha até aquele momento. Figueiredo descreve a localidade como um povoado com estruturas de serviços, com venda de alimentos não produzidos no local, sendo que dos cinco estabelecimentos comerciais existentes na ilha, dois estavam na Ponta Oeste. Lá também existia uma sede policial e uma capela, a de São Pedro. Ainda contabilizou 41 habitações, número menor somente que o povoado da Fortaleza, que já possuía casas de veraneio (PONTES FILHO; KLUPPEL, 2012)

Em 1953, a família Castanho¹⁷ deixa o Superagui para morar na Ponta Oeste e em 1967 mais oito famílias fazem o mesmo percurso: deixam a Ilha do Superagui para somar forças à atividade pesqueira na Ponta da Coroazinha. É nesse momento que são lembrados os últimos mutirões para a lida da roça (HARDER; FREITAS, 2015) e a construção do primeiro *grupo* escolar de 1º a 4º série na Ponta Oeste. (PONTES FILHO; KLUPPEL, 2012)

Memórias dos irmãos Pereira dão conta que a Ponta Oeste também era chamada de Ponta da Coroazinha devido a um pequeno banco de areia ou barra em forma de coroa em frente ao vilarejo. Esse pequeno depósito de sedimentação natural servia de orientação para a navegação e era tido como um bom local para a pesca, principalmente a do camarão que, na Ponta Oeste, eram famosos pelo bom tamanho. A fartura de peixes e os grandes camarões da Ponta da Coroazinha que pediam por mais mãos para pescá-los também são mencionados por Figueiredo (1954).

Em 1970, a antropóloga Marília Kraemer, em sua dissertação “Malhas da Pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais da baía de Paranaguá” realiza um levantamento sobre a pesca artesanal em duas comunidades da Baía de Paranaguá: Prainha (hoje, o mar de dentro de Encantadas) e Amparo. Nessa pesquisa, ao descrever as condições de isolamento da comunidade da Prainha, Kraemer a compara com a Ponta Oeste;

A Prainha é um local isolado não só do continente, mas também dos outros locais da Ilha. Seus habitantes dificilmente vão ao Forte ou ao Farol ou mesmo à Ponta Oeste onde há um grande núcleo de pescadores(...). (p.58)

¹⁷ A família Castanho e a família Pereira se aproximam por via do parentesco, pois a filha mais velha de Arthur Pereira casa-se com Seu João Castanho, o professor da Ponta Oeste.

A pequena passagem que faz referência à Ponta Oeste, somada às informações já levantadas nesse texto até agora, oferece uma possibilidade de visualizarmos a Ponta da Coroazinha no *tempo dos antigos*. Um povoado de pescadores tradicionais, no auge de seu crescimento populacional que possuía suas práticas culturais garantidas pelas atividades de pesca e da roça e que era descrito como “um grande núcleo de pescadores”. Neste período, segundo relatos, estima-se que havia na Ponta Oeste cerca de 80 famílias de pescadores. (HARDER; FREITAS, 2015)

Porém, é nessa mesma década que o povoado da Ponta da Coroazinha começa a passar por importantes transformações: o canal norte de acesso aos Portos de Paranaguá e Antonina é transferido para o canal da Galheta, o canal Sul; o fluxo de embarcações de grande porte impacta os estoques pesqueiros acessíveis à população da Ponta Oeste. Se antes eram fartos, agora passaram a ficar escassos. Há relatos inclusive do desaparecimento de espécies de peixes, antes comum nas redes do pescador da Ponta Oeste. Seu Gabriel conta que ajudava seu pai na pesca desde os seus treze anos,

Agente matava umas pescadinhas amarela de lanço aí. Ô na época nós pegamos 1.200 quilos, mas pescadinha aquela da malha sete sabe, mas ali no meio (apontando para praia) tinha outros tipos de peixe também(...) Já ouviu falar no Piramiju? Ô aquele dava muito! Aqui era um ninho, acabou tudo aqui....badejo ai ô. Ô fazia cozido dele. Um dia meu pai...se eu falar vão dizer que é história de pescador que é mentira. Meu pai pegou 11 no espinhel, chegou a boiar o espinhel(...) Ele tem tamanho para 50 quilos, quarenta, vinte e poucos quilos, tem uns pequeninhos também. Ele é preto e branco, bem gordo, Sumiu!

Junto a esses fatos, somou -se o advento da pesca industrial praticada em mar aberto com traineiras cujas embarcações capturavam os cardumes de peixes antes mesmo que pudessem entrar na baía de Paranaguá. (HARDER; FREITAS, 2015)

Ainda segundo Dona Dircéia Pereira,

O pescado fracassou, isso porque, veja bem (...) a abundância de peixe foi até 85, depois quando o canal passou, porque era canal norte né, quando passou pelo sul, aqui pela galheta, aí já começou a fracassar e começou a diminuir, diminuir.

Acredita-se que tudo isso tenha motivado o início do primeiro fluxo migratório da Ponta Oeste para outras localidades, muito embora o senso realizado em 1980 revele que o vilarejo continue sendo o mais populoso da Ilha do Mel, pois nesse período contabilizam-se 211 habitantes distribuídos em 43 habitações, sendo que apenas uma era de veranista. Ainda segundo o mesmo levantamento, estima-se que havia em média cinco pessoas por habitação, chegando a haver o registro de até 11 pessoas na mesma casa. Os números a respeito da

composição etária da população até aquele momento demonstram uma população jovem, pois é registrado o número de 87 crianças de 0 a 14 anos, portanto 47% da população local. (idem)

Esse índice ilustra as narrativas contadas pelos meus interlocutores, pois segundo eles um dos motivos que levaram a partida de muitas famílias para Paranaguá, nesse período, era a falta de estudo para seus filhos. Segundo o relatório da SEEC¹⁸ e Harder e Freitas (2015), a escola instalada em 1967 é reconstruída pela prefeitura de Paranaguá em 1985, agora em alvenaria. O *grupo*, como os moradores o chamam, ofereceria ensino somente de 1º a 4º série e foi desativado no início dos anos 90. As outras estruturas comerciais e de atendimento à população local também foram desativadas pouco a pouco. Às famílias que cuidavam de seus enfermos, restou a partida para Paranaguá a fim de se garantir atendimento de saúde nos hospitais e postos da cidade.

Ainda em 1975 a Ilha do Mel passa a ser um bem tombado pelo Estado do Paraná, tanto pela sua importância ambiental como cultural. Em 1982, é criada a Estação Ecológica da Ilha do Mel pelo Estado Paraná, que segundo Harder e Freitas (2015) delimitou a área do povoado a 31,7763 hectares, restringindo a área de uso do território e impondo normas e proibições quanto à prática da roça e à reformas e construções de moradias.

É durante o processo de implantação da Estação Ecológica, no início dos anos 80, que a Ilha do Mel deixa de ser gerida pelo Patrimônio da União e passa a ser de responsabilidade do Estado do Paraná e gerida pelo antigo ITCF (Instituto de Terras, Cartografias e Florestas).

Ainda segundo Harder e Freitas (2015), a notícia da criação do Parque sobre o território da coletividade de pescadores não causou alarde a eles ou mudança significativa em seus cotidianos, uma vez que nunca foram informados ou comunicados sobre a implantação da área de conservação, seus objetivos e consequências.

É, portanto, no final da década de 70 e no início dos anos 80 que a população da Ponta Oeste reduzir consideravelmente. Os baixos rendimentos da pesca somados agora a forte supervisão do Estado sobre os moradores; a ausência de políticas públicas voltadas para o bem-estar local e a ausência de fornecimento de energia e de água provocaram a mudança de muitas famílias para outras localidades. Durante a implantação da área de proteção ambiental algumas famílias ainda foram removidas para outras regiões, dentro e fora da Ilha do Mel. (HARDER, 2014)

¹⁸ PONTES FILHO, Almir; KLUPPEL, Cristina Carla. Parecer Técnico Ponta Oeste – Ilha do Mel. Paranaguá-PR. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2012

A nova ordem imposta às formas de viver dos pescadores e pescadoras tradicionais locais, aos *nativos* como se auto identificam, devido a sobreposição do território, impôs também um estado de precariedade que motivou uma diáspora da comunidade tradicional que já foi a mais populosa da Ilha do Mel. Aos poucos que ficaram ou retornaram coube a *luta* por esse território.

Os novos contornos jurídicos sobre as normativas de uso do solo, pós instalação da Estação Ecológica da Ilha do Mel, começam então a aparecer como “pano de fundo” das narrativas da memória coletiva da comunidade da Ponta Oeste, afinal são as novas definições jurídicas que produzem tais mudanças em suas vidas. As décadas de 80 e 90 marcam a temporalidade da *luta* e mobilizam as histórias do conflito territorial que ali se instaurou.

Relatos de desmanches de casas, multas por crimes ambientais referentes a pequenas reformas e tentativas de prisão passam a ser lembrados com frequência pelas pessoas que continuaram na Ponta Oeste. É de se notar pelas narrativas das pessoas a recorrência dos conflitos entre a instituição ambiental fiscalizadora do Paraná e a população da Ponta Oeste.

O tema das autuações trata, em sua maioria, da materialidade necessária à vida do morador da Ponta Oeste, ou seja, trata das suas casas, das tentativas de reformas dessas casas, e, portanto, das “reconstruções” necessárias à manutenção dos modos de vida do pescador tradicional da Ponta Oeste. A materialidade, portanto, têm nas moradias um dos gatilhos das memórias relacionadas ao conflito, ao acionar e relacionar o passado e o futuro. As casas de madeira que ainda resistem em pé, com as suas ripas coloridas modificadas pelo ambiente ou as reformas feitas ilegalmente acabam descortinando as memórias da morada do *tempo dos antigos*, do tempo *liberto*. *A casa de meu pai, a casa de farinha, a casa que desmanchou com o tempo* são signatárias do tempo de *luta*, de (re)construir os modos de vida e de um lugar seguro para viver o porvir.

O conflito gerado pelos atos do estado do Paraná no processo de desterritorialização fizeram com que a Estação Ecológica da Ilha do Mel se tornasse um divisor de águas nas memórias de quem mora no vilarejo da Ponta Oeste. É o *parque ambiental* e sua instauração que motiva a diáspora das pessoas, a separação das famílias, a demolição das casas, o fechamento das estruturas sociais que atendiam a população, as multas, as parcerias institucionais, a organização social de fins políticos como a associação de moradores, o turismo de pequena escala, a pesquisa e a reconstrução de agora.

“ (...) É isso que até hoje nós conservamos, nossa união, e eu prego muito isso e aqui na Ponta Oeste para mim é tudo, aqui é minha vida por isso que eu continuo lutando por isso aqui (...) e espero um dia ver meu sonho realizado, pescador que sempre batalhou por isso aqui continue tendo sua liberdade de pescar, de poder ter onde

limpar seu pescado” (Fala de Dona Dircéia no documentário “Os Argonautas da Corozinha,2014”

PRANCHA DE FOTOS 1.



Figura 3: Foto de família. (Pontes Filho, Kluppel,2012)



Figura 4: Fotografia de residência Helena Lara Barbosa (na porta) parteira da comunidade (Pontes Filho, Kluppel,2012)



Figura 5: Fotografia de residência da Ponta Oeste (Pontes Filho, Kluppel,2012)

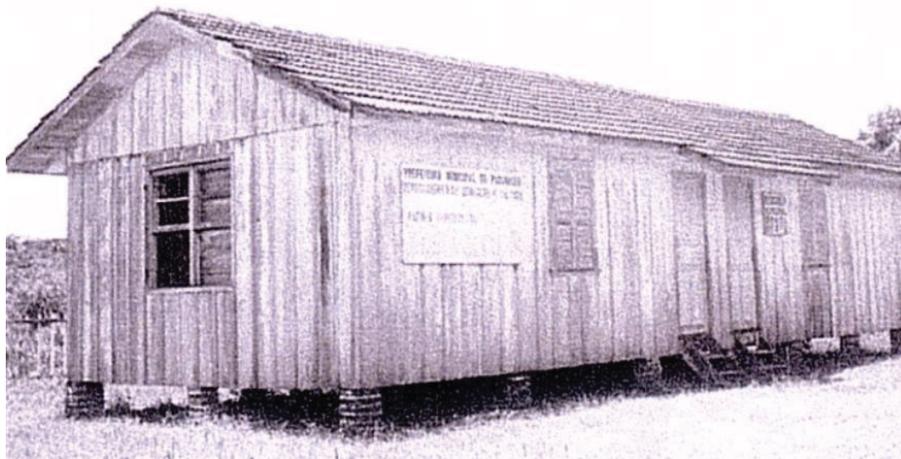


Figura 6: Fotografia do grupo escolar da Ponta Oeste (Pontes Filho, Kluppel,2012)



Figura 7: Residência de Dona Maria Malaquias Pereira. (Pontes Filho, Kluppel,2012).

1.2 Documentos: as vias da restrição

A sobreposição desse território¹⁹, de suas leis e direitos também criou memórias e narrativas de ordens estatais sob forma de relatórios e relatos institucionais. Na década de 70, a pesquisa de Kraemer (1978) apresenta a narrativa de um servidor público que trataria de esclarecer, já naquela época, a norma proibitiva das construções e reformas das casas.

Há uma orientação no Serviço de Patrimônio da União que dificulta a ocupação de terrenos. A razão apresentada para isto, é o fato da Ilha ser considerada território estratégico do ponto de vista do País. Argumenta-se ainda que se pretende dificultar a especulação imobiliária desordenada e sem controle no local. Não há água em quantidade razoável, não há planejamento urbanístico para o local. Desta forma está proibida pelo Serviço de Patrimônio da União a construção de novas instalações ou qualquer tipo de construção na Ilha do Mel, seja para pessoas de fora, seja para os próprios pescadores que lá residem. Quem já possui casa no local pode reformá-la, mas não construir outra. A justificativa do SPU para esta atitude em relação aos pescadores é que caso venham a ter o direito de construção e ocupação do terreno, poderão vendê-lo a terceiros, iniciando um processo de especulação (p.56)

Se antes o controle do território da ilha apresentava restrições de herança militar, devido à localização da ilha na entrada da Baía de Paranaguá e, portanto, a proteção da Baía, os novos contornos políticos revelariam que a Ilha do Mel sempre foi um território em disputa. Sua localização e riqueza natural a conjugaria em interesses de diferentes perspectivas. Nas décadas de 70 e 80, o processo de salvaguarda da Ilha traria à tona os interesses de outros segmentos da sociedade paranaense como ilustra Harder (2014) em seu doutoramento.

O autor joga luz sobre a história do processo de patrimonialização da Ilha do Mel, tanto em seu aspecto cultural quanto ambiental e sobre o campo de forças políticas que disputavam o destino da Ilha. Harder revela que a transmissão da Ilha do Mel ao Estado do Paraná pela União Federal, em 1982, ocorre mediante exigências de preservação do meio ambiente no que toca ao equilíbrio ecológico, a proteção da fauna e da flora e dos bens tombados, além da execução de um plano turístico e de urbanização para ilha.

Assim, as condições administrativas impostas ao Estado do Paraná pela União para a manutenção do contrato de cessão seria o cumprimento das exigências de cunho

¹⁹ Devo aqui traduzir ao leitor o que entendo como “sobreposição territorial”, ao descrever o conflito existente entre a comunidade da Ponta Oeste e o estado do Paraná. É de minha compreensão que o território da comunidade em questão ultrapassa as medidas previstas nos mapas e documentos estatais. O território da comunidade da Ponta Oeste não é só feito de terra. Ele é composto pelo mar, pela praia, pela floresta – *o centro da mata* - e pelo vilarejo. Uma territorialidade, portanto, que extrapola a noção de território empregada pelo estado do Paraná, para delimitar as relações desses ilhéus com o seu território. A sobreposição, no meu entender, seria então as noções de território empregadas pelo estado e impostas sobre o território da Ponta Oeste.

socioambiental. Logo, a não efetivação desse compromisso anularia o acordo. (idem) Tais recomendações, segundo o autor, teriam sido motivadas pelos seguintes fatos: durante a década de 70 e 80 cinco propostas de planejamento da Ilha do Mel são apresentadas: a primeira do escritório de Muller Procopiak Arquitetos em 1970, e outras duas propostas em 1975, sendo que uma do escritório do arquiteto Jaime Lerner e outra de Rubens Mainster²⁰ que seria reapresentada pelo próprio arquiteto em 1980. A última proposta, apresentada também em 1980, era do escritório de Ayrton Lolô Cornelsen, que inclusive tinha apoio da “Ward Associates the London”, empresa essa que já havia executado empreendimentos em Sydney, Miami, Londres, Bahamas, Ilha da Madeira, Açores e Curaçao. (HARDER, 2015)

Contudo, para esse projeto, Cornelsen envia solicitação de aforamento de toda a Ilha do Mel ao Serviço do Patrimônio da União em nome da empresa inglesa, e segundo consta, a Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR) se manifestou de forma favorável à implantação desse complexo turístico de cunho internacional na Ilha do Mel. (idem)

Todos os projetos tinham como objetivo pensar “o futuro” da Ilha do Mel e, portanto, submeteriam a Ilha e sua população a importantes mudanças. O projeto do escritório de Muller Procopiak idealizou um sistema viário com uma via principal no sentido norte-sul e vias nas zonas residenciais. Havia também a previsão da construção de edifícios na orla. Já Rubens Meister propôs um zoneamento habitacional baseado em classes sociais, nos quais os nativos da ilha seriam alocados em uma zona residencial de classe “c”. Também eram previstos acessos marítimos e aéreos, além de “*lojas típicas e restaurantes*”²¹ e comercialização de *souvenirs* da cultura local. O arquiteto propôs ainda a criação de parques de exibição aquática e da “vida primitiva dos nativos”. Já o Plano de Lolô Cornelsen, segundo parecer da Comissão do Litoral, citado pelo autor, desconsideraria a existência dos nativos. Apesar de propor uma Colônia de Pescadores, os moradores locais da Ilha só seriam transferidos caso desejassem, o que leva a Comissão a interpretar que caso os *nativos* não desejassem integrar o plano, não receberiam qualquer tipo de apoio. (HARDER, 2015)

Todas as propostas de “Plano Diretor” também chamados de “planos de aproveitamento turístico” não foram concretizados, mas o Plano de Lolô Cornelsen parece ter desconsiderado

²⁰ Rubens Meister foi engenheiro e professor da Universidade Federal do Paraná, além de ser referência na arquitetura modernista paranaense e responsável pelo projeto e execução do Teatro Guaíra, o Centro Politécnico e o Teatro da Reitoria da UFPR, além da Rodoferroviária de Curitiba, Meister também participou na elaboração do Plano Diretor de Curitiba de Alfred Agache em 1943, o engenheiro foi professor de Ayrton Lolô Cornelsen (HARDER, 2014)

²¹ Harder (2014) faz a descrição dos Planos diretores e utiliza aspas para mencionar os termos utilizados pelos planos. Portanto, a utilização de aspas nesse parágrafo se manteve afim de ilustrar os conceitos que se tinha na época sobre os moradores da Ilha.

completamente a existência dos moradores locais, motivo pelo qual recebeu muitas críticas da Comissão Especial para Estudos de Ilhas do Litoral Paranaense. Essa comissão foi criada em 1980 pelo na época Governador do Estado, Ney Braga, e seria responsável por propor providências às ilhas do Paraná, em especial a Ilha do Mel e Superagui, e por valorizar o patrimônio cultural e natural, além de normatizar o uso e ocupação do solo. (idem)

Em 23 de maio de 1980 o Serviço de Patrimônio da União divulga um edital voltado para exploração econômica da Ilha do Mel. A abertura desse processo de consulta e os rumores sobre um Plano Diretor de investimentos internacionais mobiliza a opinião pública e segmentos sociais ambientalistas, além de parlamentares de Curitiba e do litoral, todos contrários ao projeto. Diante da pressão pública, o Estado do Paraná assume o contrato de cessão da ilha (HARDER, 2014)

Ocorre então o tombamento pelo Patrimônio Histórico da Ilha do Mel em 1975 e a Estação Ecológica da Ilha do Mel é instituída em 1982. Ao que tudo indica, a salvaguarda cultural e ambiental da Ilha surge como resposta às especulações imobiliárias e turísticas que cercavam a Ilha do Mel naquela época.

Outra pista a respeito do tombamento da Ilha do Mel encontra-se na série “Paisagens Paranaenses”. Trata-se de um livro de fotografias da Ilha do Mel feitas por Helmuth Erich Wagner, publicado pela Secretaria de Estado da Cultura em 1989. (CURITIBA,1989) Nessa publicação há uma série de poemas e textos descritivos sobre a história e a geografia da Ilha do Mel. Em uma dessas passagens há alguns escritos elaborados pelo já falecido, o célebre Professor João José Bigarella, na época Presidente da Associação de Defesa em Educação Ambiental -ADEA. O conteúdo dos textos eram os seguintes:

A presença do homem na Ilha do Mel vem perturbando cada vez mais o ambiente natural, suporte das vidas vegetal e animal características das paisagens de restinga, morros e costões rochosos. A preocupação com os aspectos ecológicos da ilha levou a Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA) a propor seu tombamento, culminando com a criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel, sob os cuidados do ITCF (Instituto de Terras, Cartografias e Florestas) e da Polícia Florestal. Apesar de todo o esquema conservacionista dos órgãos responsáveis pela preservação, a ilha continua sofrendo sérias interferências de pessoas inescrupulosas que danificam ou invadem e ocupam ilegalmente áreas protegidas. Tanto as faunas marinha como silvestre, outrora tão ricas, encontram-se empobrecidas. Sua reconstituição depende muito do desempenho preservacionista da Reserva Ecológica (p.98)

Em outro trecho o Professor Bigarella, ao descrever a história da Ilha do Mel, relata como o Mar de Dentro sofreu com a desordenada ocupação em comparação a outras localidades da ilha;

Em parte, o Balneário foi reconstruído nos moldes antigos. Entretanto, em outros locais de acesso mais fácil, pelo Mar de Dentro²² ocorreu uma ocupação desordenada e poluidora, cerceada em grande parte pelo “tombamento” e posterior transformação em Reserva Ecológica. Apesar de muito já ter sido feito, a Ilha do Mel necessita de proteção urgente, antes que venha a ser descaracterizada nos seus ambientes físicos, biológico e sócio-cultural (p.108)

E por fim Bigarella termina o seu texto fazendo menção a um possível Plano Diretor que preveria as áreas de ocupação da Ilha destinadas à população nativa e para os veranistas. Este plano estabeleceria diretrizes para a preservação do patrimônio natural da Ilha. No entanto, pelas informações obtidas até agora não é possível precisar a qual plano diretor o professor se referia.

De qualquer maneira, nota-se que a Ilha do Mel era um espaço (Ingold,2015) em disputa e atraía a atenção de planos de desenvolvimento de diferentes ideologias pela localização e importância ambiental. As descrições feitas por Harder (2014) a respeito dos planos diretores demonstram que não havia uma preocupação em se ter um entendimento sobre o que era a população ilhéu da Ilha do Mel, reservando para ela a prestação de serviços que seriam oferecidos na Ilha para a elite que ali se instalaria. Tratava-se, na sua maioria, de planos de desenvolvimento com características higienistas.

Segundo entrevista do arquiteto e professor Paulo Cesar Braga Pacheco, os planos desenhados para a Ilha do Mel, ocorridos ao longo desse período, parecem refletir um momento de mudança na arquitetura paranaense, uma transição entre o funcionalismo e o modernismo humanista europeu. Segundo Pacheco, os planos da Ilha pareciam ser baseados em razões funcionalistas frias, destinadas em sua maioria a atender as necessidades imobiliárias e turísticas²³.

Se por essa perspectiva, os planos de desenvolvimento previam construções em concreto e desenvolvimento do turismo, defendia-se o oposto pelos segmentos ambientalistas envolvidos nos debates do futuro da Ilha.

Pelas palavras do Professor Bigarella, reconhecido pela sua militância ambiental em uma época em que essas preocupações ainda não faziam parte das pautas políticas, o tombamento e salvaguarda da Ilha eram necessários para a sua preservação ecológica, e,

²² Na época, segundo o mapa que consta na mesma publicação o “Mar de Dentro” localizava-se voltado para o continente, no istmo da Ilha, na área que hoje compõe Brasília. É válido ressaltar que a expressão “Mar de Dentro” é utilizada por todos os moradores da Ilha, seja em Brasília ou Encantadas, pois situa a porção oeste da Ilha voltada para o continente.

²³ Segundo entrevista com o Professor Paulo Pacheco a respeito das descrições feitas por Harder sobre os Planos Diretores da Ilha do Mel.

portanto, serviriam como ferramentas para mitigar e evitar os novos processos de antropização da Ilha do Mel.

Apesar de o Plano Diretor citado pelo professor cogitar os nativos, percebe-se que a sua militância voltada para a implantação da área de preservação da Ilha, ao que parece, também não levava em conta a cultura local. Sabe-se que os movimentos conservacionistas são pautados pelas teorias da ecologia e que muitas das correntes dessa disciplina têm como objetivo o equilíbrio dos sistemas ecológicos, que, por sua vez, compreendem a existência dos seres humanos como perturbadores de um sistema que deve se manter em equilíbrio.

Se observarmos os acontecimentos descritos aqui e o que ocorre hoje na Ilha do Mel, chega-se à conclusão de que a lógica conservacionista pautou as ações e as práticas discursivas do estado a respeito dessa comunidade e seu território. As ações para a desterritorialização dessas pessoas são relatadas na seguinte passagem nos relatórios do “Plano de Manejo – Parque Estadual Ilha do Mel“(IAP,2018):

As famílias começaram a se retirar do local a partir de 1980 e 1982, com o cadastro socioeconômico realizado para efeito da implementação da Estação Ecológica da Ilha do Mel. Nessa época, se iniciou a pressão política para retirada dos antigos moradores, sendo alguns presos por não aceitarem a situação imposta, período em que começaria o processo de migração de parte das famílias para Paranaguá, estendendo-se até 1992. (p.2.88)

O site do IAP apresenta uma segunda versão sobre a população da Ponta Oeste, ao informar ao público a respeito da Ilha do Mel:

O povoado da Ponta Oeste, que chegou a ser o maior da Ilha do Mel há cerca de 15 anos atrás, abriga atualmente doze famílias que utilizam esporadicamente o local como ponto de pesca. A partir de 1980 os moradores da Ponta Oeste foram gradualmente abandonando a região. A maioria transferiu residência para Paranaguá ou para outros povoados da Ilha (principalmente Nova Brasília). As pessoas que continuam no local são em sua maioria famílias de antigos pescadores que ainda possuem suas casas nesta área. A região da Ponta Oeste limita-se diretamente com a área da Estação Ecológica, inexistindo no momento uma pressão antrópica evidente vinda dos eventuais habitantes do antigo povoado, porém, limitações à futura construção de novas casas (principalmente de pessoas de fora) devem ser impostas, visando garantir a proteção efetiva desta Unidade de Conservação. (grifos meus)

Já a prefeitura de Paranaguá em seu site institucional não menciona a existência da Ponta Oeste, ao apresentar a Ilha do Mel.

A Ilha do Mel tem aproximadamente 95% de sua área composta por ecossistemas de restinga e Floresta Atlântica, o que a elevou à categoria de Estação Ecológica em

1982. Em março de 2002 foi criado o Parque Estadual da Ilha do Mel com uma área de 337,84 hectares. Seus principais atrativos são o Farol das Conchas, a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres e a Gruta das Encantadas. Dos seus 2.700 ha, apenas 200 têm permissão de uso - o restante é reserva ecológica (tombada pelo Patrimônio Histórico em 1975, é administrada pelo Instituto Ambiental do Paraná desde 1982). O turista dispõe de pousadas e pequenos restaurantes. A ilha tem cinco vilarejos: Fortaleza, Nova Brasília ou Brasília, Farol, Praia Grande e Encantadas. Não há ruas ou estradas, só trilhas. A implantação de geradores de energia elétrica, em 1988, deu início a atitudes que hoje se transformaram em preocupação pela preservação da ilha e sua principal atração: a natureza.

Esses são os discursos produzidos a respeito desse conflito territorial, fruto de diferentes interesses sobre esse território. Portanto, uma análise “multiator”, como sugere Little (2004), possibilita a compreensão da complexidade local situando os fazeres políticos das mulheres produtoras de ostra e líderes da associação de nativos da Ponta Oeste. Compreender as categorias de território e as soluções encontradas por essa comunidade para afirmá-lo é compreender o mundo visto de dentro da Ilha, uma cosmologia que entende não só a Ilha do Mel, mas a Baía que a circunda enquanto casa, abrigo e ambiente. E não como um local que é importante por ter como conteúdo os “recursos naturais escassos” interessantes para aqueles que não sabem o valorar.

1.3 Identidade: entre a pesca e o estado.

Como já dito aqui, a Ponta Oeste também é conhecida pelos seus habitantes como Ponta da Coroazinha devido a um pequeno banco de areia ou barra em forma de coroa em frente ao vilarejo. Segundo relatos dos moradores, desde o tempo dos antigos, este pequeno depósito de sedimentação natural, serve de orientação para a navegação e já foi tido como um bom local para a pesca, principalmente a do camarão.

As boas condições para a pesca marcaram o território de forma geográfica, identitária e foram responsáveis por atrair famílias de outras ilhas para a Ponta da Coroazinha nos anos 70. Essas famílias passaram a integrar a população local, que até o início da década de 80 ainda tinham na pesca e nas pequenas roças os recursos necessários e abundantes para a manutenção de suas vidas.

A pesca, portanto, é uma atividade mobilizadora de uma das identidades acionadas pelo o morador da Ponta Oeste até os dias de hoje. Isso porque a produção local, sempre foi vinculada ao mar, seja pela atividade da pesca herdada dos pais ou pelo cultivo de ostras, produção essa que surgiu na última década como alternativa para lidar com as limitações territoriais impostas

pelo estado. Por isso, a Ponta Oeste hoje é território de pescadores tradicionais e de pescadoras-maricultoras.

A roça foi uma prática comum até os anos 80 na Ponta Oeste. Hoje, os nativos identificam-se como pescadores, pescadoras e pescadoras – maricultoras e se identificam como filhos e filhas, netos e netas de pescadores – lavradores – os que tinham a lida da roça. Nos dias de hoje, as descrições feitas pelos moradores dão conta da roça como uma atividade do passado, praticada pelo seus pais e avós e alguns ainda os descrevem como pescadores que cuidavam da roça.

As irmãs Pereira contam que seu pai era pescador e que a roça era uma atividade para poder ficar mais tempo na Ilha, para evitar os deslocamentos até Paranaguá, que naquela época eram feitos em canoas a remo e a vela.

Eles tinham tudo, eles plantavam e pescavam. Mas acho que meu pai se entendia mais como pescador...porque assim eles tinham a lavoura de subsistência para não ter que ir para Paranaguá sempre (...)então a farinha, principalmente a farinha, o feijão essas coisas assim, era pouco mas tinha.

Dona Leonor Pereira, se lembra dessas viagens feitas em família. Todos os irmãos dentro da canoa do pai que era guiada principalmente pelas marés. Se lembra também de dormir em Paranaguá enquanto o pai esperava a maré certa para partir para a Ponta Oeste, as viagens tinham como destino vender o pescado e buscar suprimentos para a família. Já seu Gabriel Ferreira conta que sua avó Diná e sua tia avó Albertina trabalhavam nas roças da Ponta Oeste

Ela nasceu aqui, minha vó tinha roça aqui. Cê precisava ver, elas carregavam um fecho de lenha na cabeça assim, na cabeça assim (leva as mãos à cabeça mostrando a forma de carregar), andando assim ô. Só na cabeça, eles traziam bacia cheia de batata, de aipim. Mas era lá de longe que eles traziam perto lá da piçarra (apontando em direção ao vilarejo de Brasília). De lá, eles vinham pela praia, todo dia eles iam para roça, todo dia. Era trabalho, era duas irmã, sempre trabalhando na roça. A mãe dela também, o pai dela...eles sempre tinham roça.

Com a implementação da Estação Ecológica da Ilha do Mel as roças são definitivamente proibidas. Gabriel comenta que não se sente incomodado com a Estação Ecológica que faz divisa com o seu território, mas afirma que a área de conservação impactou nas vidas de quem vivia na roça.

Fazia diferença (a estação ecológica) para a minha falecida avó que tinha roça aí, então para ela fazia diferença, que era mais para o centro do mato né. Mas para mim

como eu não planto, não gosto, para mim tendo um lugarzinho de morar para mim tá bom.

A família Pereira ainda guarda na memória os plantios de café sendo derrubados pela fiscalização do órgão estatal ambiental.(Harder) Pelas narrativas locais, nota-se, que após a instituição da Estação Ecológica e suas leis de não uso territorial, a pesca acabou se tornando uma prática exclusiva até o surgimento dos cultivos de ostra em 1990.

Então é possível afirmar que terra e mar compõem dois domínios particulares e fundadores da identidade da Ponta Oeste – roça e pesca. As transformações políticas e históricas da comunidade fizeram com que as atividades ligadas ao mar renovassem um conjunto de práticas que, por sua vez, acabam por apontar um contexto de saberes locais que revelam uma relação com o nexos histórico -nacional e a forma nativa de produzir fazeres políticos.

Ainda no que toca as formas de produção da Ponta Oeste, Cristina Adams (2000) fez um levantamento bibliográfico a respeito das pesquisas que acabaram por cunhar o termo “caiçara” para designar as populações costeiras do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Logo, aquelas que se relacionavam de forma mais próxima a Mata Atlântica desde o processo colonizador dessas regiões. Para ela, essas populações eram pescadoras - lavradoras e suas formas de se relacionar com seus territórios não as faziam ou fazem conservacionistas naturais, como alegam alguns pesquisadores. Para Adams essas populações passaram a se relacionar de forma mais próxima com o mar apenas após a chegada do barco a motor entre as décadas de 1930 e 1950. Advento esse que teria iniciado a tradição marítima que reordenaria os modos de vida e os referências culturais dessas populações.

Diante disso, o que pode-se sondar é que se no passado o barco a motor motivou a conquista de novos territórios pesqueiros e o abandono da roça pelas populações “caiçaras” (Adams, 2000) na Ponta Oeste, apesar do barco a motor as roças ainda pareciam ser práticas importantes ao vilarejo e só deixaram de existir devido as implicações jurídicas provenientes da legislação ambiental que se aplicou ao território após a instauração da Estação Ecológica nos anos 80.

As proibições sobre os tipos de uso do território da Ponta Oeste acabaram por originar a associação da comunidade local a “Associação dos Nativos e Pescadores da Ponta Oeste – Ilha do Mel”, que tem como objetivo principal salvaguardar o território e garantir o bem estar da população, tema que será melhor abordado nos próximos capítulos, mas que por agora ilustra as identidades mobilizadas pela população para organizar seus projetos de futuro.

Como pode-se perceber, na Ponta Oeste *moram pescadores e maricultores nativos*. Ser “nativo” também é uma categoria de auto identificação utilizada não só pelos moradores da Ponta Oeste como por outros moradores de outras comunidades da Ilha do Mel. É comum ouvir que “fulano também é nativo”, trata-se, portanto, de que essa pessoa nasceu na ilha do Mel.

Sabe-se que a população da Ponta Oeste é composta por gerações de famílias que nasceram no local e por outras famílias que se mudaram para o vilarejo em decorrência da pesca e que lá estão até os dias de hoje. Essas famílias migrantes de outras ilhas também são reconhecidas e se identificam como nativas. A participação na força de trabalho os introduziu em um sistema de vínculos que garantiam e reforçavam a lida da pesca e dos mutirões, ou seja, das ações que hoje são lembradas e são descritas como a cultura local. Nesse sentido, ser nativo em Ponta Oeste é principalmente uma categoria de pertencimento, de uma origem em comum, seja territorial ou laboral.

Essa categoria é importante pois ela também demarca fronteiras e relações dentro da Ilha do Mel. Se ser nativo é pertencer a Ilha²⁴, e morar dentro dela, “Os de fora” é a categoria que identifica as pessoas que não nasceram na ilha e no caso da Ponta Oeste, que não fazem parte de um sistema de relações que as situa dentro das organizações sociais que foram e são importantes para a comunidade local.

Na Ponta Oeste é comum ouvir essa expressão quando se especula sobre os barcos e pessoas não identificadas na praia, costuma-se dizer que “aquele barco é de fora” ou que é “alguém de fora”. Pode ser uma referência ao turista embarcado que para comprar ostras, alguma visita recebida por algum morador, alguma pessoa não identificada que caminha pela praia ou os próprios pesquisadores que volte e meia aportam na Ponta Oeste.

Já no restante da Ilha do Mel, “os de fora” são aqueles que possuem casas de veraneio e pousadas na ilha ou os turistas que se demoram a ir embora, geralmente por estarem trabalhando na ilha, principalmente durante o verão.

A categoria “de fora” se bem analisada revela diferenças nas dinâmicas dos vilarejos da ilha. Se para o restante dos moradores das vilas da Ilha do Mel, “ser de fora” relaciona-se a constante presença de estrangeiros na rotina dessas comunidades, na Ponta Oeste marca apenas

²⁴ Telles e Gandara (2012), citam os relatórios do Instituto Ambiental do Paraná PARANÁ (1996, p. 96). que por sua vez descrevem as características identitárias da comunidade da Ilha do Mel da seguinte maneira: “apresenta dois grupos sociais distintos e bem definidos de moradores fixos: nativos e pessoas de fora. Os nativos são pessoas nascidas na ilha ou nas imediações, geralmente conservam o biótipo característico das populações litorâneas do Estado, além de ainda apresentarem laços culturais e relações de parentesco marcantes. O segundo grupo é denominado como os de fora, pessoas não nascidas na ilha que ali se estabeleceram, principalmente em busca de sossego e com a finalidade de trabalhar no comércio (bares, pousadas e restaurantes). Cita-se ainda um terceiro grupo social na ilha, representado pelos veranistas com casa na ilha, que frequentam o local esporadicamente”.

a presença rápida e passageira de alguma pessoa, mesmo da própria ilha. Isso porque devido ao conflito territorial existente ali, não é possível construir novas casas ou mesmo reformar as já existentes. O turismo hospedeiro²⁵ não é uma prática autorizada pelo estado, portanto, não existem locais para se pernoitar no vilarejo que é composto somente pelas casas dos moradores, não havendo nenhuma pousada ou estrutura semelhante.

Por isso, se algum estrangeiro, mesmo que nativo, aportar na Ponta Oeste logo será motivo de breve especulação pelos moradores. Há de se sondar as intenções dessa pessoa; se é visita de alguém do vilarejo, se é turista das ostras, se é algum agente do estado ou apenas alguém de passagem. Uma atenção que os moradores carregam, um estado de alerta apreendido por aqueles que tem um território cobiçado, fiscalizado e vigiado pelo estado, que por sua vez, procura marcar esse território como uma terra proibida, até mesmo para os seus nativos.

O “ser de fora” na Ponta Oeste também é ser nativo. Segundo as narrativas dos moradores a categoria “de fora” já foi aplicada diversas vezes pelos fiscais do estado a própria população. Desde a implantação da Estação Ecológica da Ilha do Mel na década de 80, as narrativas proferidas pelo estado colocam em xeque o pertencimento das famílias de pescadores da Ponta Oeste a esse território. São noções do que seria um nativo mobilizadas por uma ideia de pureza e originalidade, noções essa que permeiam discursos desterritorializantes e de aculturação por parte do estado. É de entendimento de alguns desses seguimentos estatais que essas pessoas não são “nativas”, “são de fora”, ou só utilizam o local como base de pesca, como “pousiu”.

A mobilidade inerente à existência dessa população de pescadores, tema que ganhará mais atenção nos próximos capítulos, é utilizada pelo estado como argumento fundamental para forjar essas categorias de desenraizamento. Trata-se uma noção de pertencimento à ilha, do que é ser um “nativo” para o estado, logo esse critério acaba por ordenar quem é e quem não é da ilha, quem tem e não tem direitos. Por isso, o conflito territorial experienciado pelos moradores durante os últimos 30 anos, também tornou necessário e fundamental afirmar de diferentes formas que se é “nativo” da Ponta Oeste.

²⁵ Nos dias de hoje a Ilha do Mel recebe turistas interessados em aproveitar a beleza cênica, o sossego e as praias que também oferecem a prática de surf (Dos Santos Junior, 2006). Sabe-se que o turismo na Ilha do Mel é descrito desde o início do século XX quando a Ilha era muito procurada pelas abastadas famílias de Curitiba durante as temporadas de verão (Paraná, 1986 apud Sperb, 2014). No entanto, durante a Segunda Guerra Mundial o turismo na Ilha foi proibido e a Ilha se tornou uma ‘Zona de Guerra’ devido sua localização estratégica para os militares. (Paraná, 1996 apud Sperb, 2014). As décadas seguintes à Guerra, o turismo foi quase inexistente. Em 1966, ocorre a inauguração da estrada que de acesso ao litoral paranaense. O turismo então começa a se desenvolver na Ilha e nos principais balneários do litoral do Paraná. O início da década de 1980 marca um considerável aumento no fluxo de turistas na ilha devido a implantação de energia elétrica em parte da Ilha do Mel (Kim, 2004; Athayde & Tomaz, 1995 apud Sperb, 2014). É também durante as décadas de 1980 e 1990 que muitas pessoas de classe média alta, migram para Ilha do Mel e acabam por instalar comércios e pousadas. (Kim, 2004).

Apenas os nativos da Ponta Oeste saberão contar as histórias que inauguraram seu território, apenas eles entendem as demarcações territoriais feitas pelo uso social de suas terras e mares. Os pés de Guanandi, o Campo, o Chops²⁶, a Cede, a Coroazinha, as antigas trilhas que existiam no *centro da mata*, o lidar com as butucas entre tantas outras referências do território e da memória que só fazem sentido ali.

Ser da Ponta Oeste também é fazer parte de uma família. No início dessa pesquisa, em meus primeiros contatos com o campo muito me preocupou a sensação de estar falando apenas com uma família. Por mais que caminhasse dentro do pequeno vilarejo, acabava conversando ou conhecendo alguém *da família*. Conforme os campos ocorriam é que me dei conta que tratava-se de uma identidade inerente as pessoas da Ponta Oeste. Isso porque as relações de trabalho, seja da roça ou da pesca, criaram um tipo de sociabilidade que, por sua vez, era organizada pelo parentesco. Ouve-se histórias que quando contadas revelam relacionamentos duradouros. Muitos dos moradores, hoje na faixa dos 60 anos, contam de suas infâncias e fazem referência uns aos outros, seja no tempo do *grupo* ou da puxada de rede na praia.

Além disso, a pesca no tempo dos antigos, é descrita como uma atividade familiar. Onde mulheres e crianças participavam da puxada da rede ainda nos primeiros raios de sol da manhã. Dona Leonor Pereira, conta que sente saudades de ver a praia cheia de crianças das famílias da Ponta Oeste brincando e se preparando para a puxada da rede, ainda de madrugada. O senhor Gabriel Ferreira, ao se lembrar de sua avó, das roçadas e da sua antiga casa afirmou: “Aqui tudo é família”.

²⁶ Segundo as Maricultoras, “Chops” era o sobrenome de um antigo morador europeu da Ilha do Mel. Após sua partida da Ilha o seu sobrenome acabou por ser usado para referenciar uma parcela da territorialidade da Ponta Oeste.

1.4: A lei e a draga: o território da Ponta Oeste.

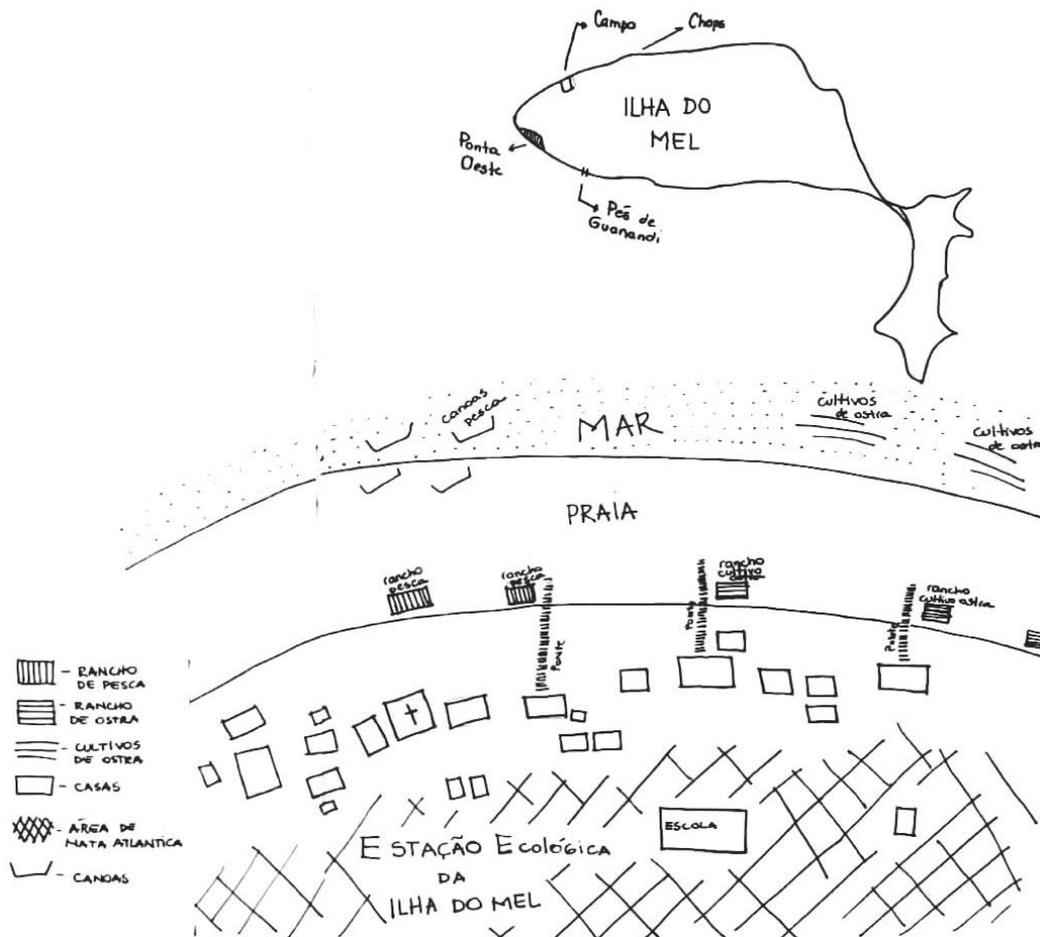


Figura 8: Mapa esquemático situando as casas do povoado e as referências territoriais utilizadas pelos moradores.

- A draga.

As modificações do território da Ponta Oeste estão relacionadas aos movimentos do mar e aos movimentos das políticas de estado. O formato da vila e da praia sofreram influência e foram moldados pelas dinâmicas de maré, que de modo mais direto, alterou principalmente a configuração da praia. Mas se as marés alteraram a morfologia desse território, o Porto, seus navios e as dragagens constantes em frente à praia da Ponta Oeste, modificaram o fundo da Baía Paranaguá, que por sua vez, influenciou as dinâmicas das marés. Em consequência disso, o assoreamento e a erosão da costa da Ilha do Mel são notados e descritos de modo detalhado pelos nativos da Ilha do Mel, da Ponta Oeste, por alguns pesquisadores e descritas nos relatórios do IAP.

Seu Lauro, morador da Ponta Oeste, a pedido das irmãs Pereira, me levou para conhecer o Campo, o antigo campo de futebol que recepcionava os campeonatos de futebol dos times das

ilhas da Baía de Paranaguá. Antigamente era possível acessá-lo por trilhas que compunham o antigo vilarejo, porém nos dias atuais, por causa da Estação Ecológica, as trilhas foram cobertas e fechadas pelo mato, motivo pelo qual é mais fácil chegar ao antigo campo de futebol pelo mar, de canoa. Enquanto costeávamos a praia pelo mar, seu Lauro me mostrava os barrancos no mangue. Taludes altos de terra e areia que desgrudaram da ilha e caíram no mar. Para seu Lauro, a dragagem era e é responsável pelo novo formato que vem moldando a Ilha e diminuído aquela porção da praia da Ponta Oeste. Ele me explica que o canal da Galheta sai da Ilha, de mesmo nome, que fica em frente ao vilarejo de Encantadas, segue em frente à praia da Ponta Oeste, até “virar” na Ilha das Cobras e acessar o cais do Porto em Paranaguá. Ele me conta que o canal do Porto chega a ter doze metros de profundidade, profundez mantida pelo intermitente trabalho das dragas, que tem como função garantir a flutuação necessária dos calados dos navios.

Seu Lauro então me explica como a dragagem funciona: A draga tem um aspirador gigantesco que é arrastado no fundo do mar durante o seu deslocamento. Esse aspirador então puxa toda a areia do fundo da Baía e o deposita dentro da draga. O aspirador, puxa a areia e todos os bichos “de fundo” que estiverem em seu caminho. Areia e bichos são carregados para as comportas da draga, em outras palavras, guarda dentro dela toda a biota do fundo da baía. Após ela finalizar seu trajeto dentro do canal, todo esse extrato de vida que vive no fundo da Baía é despejado “lá fora, para lá do Mar de Fora de Encantadas”.

Essa descrição me foi contada por diferentes moradores da Ponta Oeste e da Ilha do Mel, a draga toma proporções metafóricas e trágicas para os nativos da Ilha, as descrições a tratam como um mal agouro que tem poderes de modificar a Ilha em seus mais diferentes âmbitos.

Dona Leonor me conta que durante um dia de trabalho na praia, os moradores notaram algo boiando de forma estranha no mar, com a ajuda da maré, logo o motivo da curiosidade “acostou” na praia. Tratava-se de um badejo, um peixe grande que costuma morar nos costões rochosos submersos pelo mar. Para surpresa de todos o peixe ainda estava vivo, mas com um grande talho na cabeça. Uma ferida profunda com o formato de uma linha seca e reta. Em outra ocasião, me foi descrita a aparição dos “peixes decapitados”. Os nativos contam que a maré trouxe para a praia muitos peixes mutilados. Para Dona Leonor e os moradores, os peixes foram vítimas da draga e de suas grandes hélices.

Os pescadores da Ponta Oeste também relataram que durante as pescarias outros camaradas de pesca contaram que lá onde ocorre o despejo da draga, no Mar de Fora de Encantadas, está cheio de peixe. Logo concluíram que a draga carregou a fertilidade do fundo da baía, que ficava em seus territórios de pesca, e a despejaram no alto mar, “lá fora”.

Um grande amigo meu, Aguinaldo, nativo do vilarejo de Encantadas, me confidenciou que toda a areia que parou no Mar de fora foi trazida pela draga. De fato, havia muito tempo que eu não ia para Encantadas, mas quando vi a praia do Mar de Fora fiquei espantada com tamanha mudança em um espaço de tempo de dez anos. A praia parecia estar pelo menos três vezes maior do que da última vez que havia estado lá. A área de praia cresceu tanto, que uma grande floresta de restinga se pôs entre a praça de alimentação do local e o mar. A vegetação é tão densa que ganhou trilhas demarcadas pelo IAP e no ano de 2017, segundo os nativos de Encantadas, iniciaram as discussões para a transformação, também, em área de proteção ambiental pelo mesmo órgão estatal, mesmo à revelia dos ilhéus. A possível demarcação da nova área de proteção, em cima do território nativo, em um de seus desdobramentos, culminou com o fechamento da Praça de Alimentação, lugar caro aos nativos por sediar as festas típicas e os pequenos restaurantes familiares, comércio esses que era responsável por parte da renda de algumas famílias nativas de Encantadas.

Assim como para Seu Lauro, Dona Leonor e para o resto dos moradores da Ponta Oeste, Aguinaldo não tem dúvida “a draga está comendo o mar de dentro da Ilha” e a areia cuspidada por ela, seguindo a analogia de Aguinaldo, está fazendo a Ilha crescer para os lados do Mar de Fora.

Durante minhas jornadas aos campos dessa pesquisa, encontrei também colegas pesquisadores que dividiram comigo algumas linhas e hipóteses de pesquisa. Esse foi o caso da colega Maria Fernanda Cherem, que atualmente está concluindo seu doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Maria Fernanda pesquisa o ordenamento territorial do litoral do Paraná e suas formas de desenvolvimento, com ênfase no processo das dragagens do canal da Galheta e nos impactos das populações pesqueiras tradicionais locais. Ela me conta que também ouviu dos nativos da ilha teorias em consonância com o que foi relatado pelos moradores da Ponta Oeste e de meu amigo de Encantadas.

A ela foi relatado o desaparecimento de tocas de peixes e crustáceos que tem como habitat os costões rochosos submersos da Ilha do Mel. Os nativos afirmam que as últimas dragagens do porto, foram responsáveis por aterrar, encher de areia, essas tocas que costumam abrigar badejos, garoupas, lagostas entre outros seres que habitam os costões rochosos das praias da Ilha do Mel.

A ela também foi relatado pelos olheiros, ou seja, os pescadores que costumam vigiar a entrada da tainha na praia, a preocupação com a pesca da tainha²⁷ que é feita na praia do Miguel, no vilarejo de Encantadas durante o inverno. Para eles, a dragagem é responsável pelo aumento do volume de areia na laje, submersa pelo mar, na praia do Miguel. Os pescadores alertam que caso continue ocorrendo essa deposição de areia, ela poderá interferir diretamente na pesca da tainha, pois fará com que os cardumes desviem da praia, inviabilizando a pesca. Maria Fernanda aponta ainda, que o acréscimo da área de praia no Mar de Fora e na praia das conchas também é descrito pelos nativos como consequência da dragagem e termina nossa conversa afirmando que durante o seu campo notou divergências entre as lideranças nativas da Ilha. No entanto, os impactos da draga são um ponto em concordância entre todos eles.

Em seu doutoramento, Lamour e Soares (2007) apud Lamour (2007) revela que as dragagens da Baía de Paranaguá²⁸ tiveram início em 1930, quando ainda eram utilizados os canais norte e sueste para o acesso dos navios a Baía de Paranaguá. Na época a dragagem foi feita com o intuito de aprofundar os canais em 8 metros. Em 1968, com a crescente tecnologia e com o aumento dos navios, os canais foram novamente dragados, agora para garantir a profundidade de 10 metros. Porém, no ano de 1972 a autoridade portuária (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina -APPA) decidiu por dragar mais uma vez esses canais. O objetivo agora era chegar à profundidade de 12 metros. Foi durante essa campanha de dragagem que foi descoberta a existência de maciços rochosos submersos. A remoção dessas rochas seria demasiadamente custosa e acabou por inviabilizar o empreendimento no canal norte e sueste.

²⁷ A pesca da tainha na praia de Encantadas na Ilha do Mel é reconhecida como um patrimônio histórico e cultural pelos moradores da ilha e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Mais informações em: IPHAN. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A pesca da tainha na Ilha do Mel: territorialidade, sociabilidade e técnicas. Curitiba: Superintendência do IPHAN no Paraná, 2012.*

²⁸ Assim como os nativos, alguns pesquisadores também elaboraram teorias a respeito das mudanças do formato da ilha nos últimos anos. Na área de geologia encontram-se as pesquisas de Angulo (2006) e Lamour (2007). Ambos, estudaram os processos de deposição e retirada de areia na Baía de Paranaguá e nos entornos da Ilha do Mel. Na linguagem dos geólogos, trata-se das dinâmicas de sedimentos da desembocadura do complexo estuarino de Paranaguá (CEP). Essas pesquisas, para além de possuírem alguns pontos de consonância com as teorias dos nativos da Ilha do Mel no que diz respeito a dragagem e seus impactos, também revelam mais uma perspectiva, dentre algumas que já foram apresentadas aqui, sobre a Ilha do Mel. Apesar de as duas perspectivas, tanto a nativa como a dos geólogos, especularem sobre os efeitos da draga e as mudanças do formato da Ilha nos últimos anos, a forma de construir e elaborar essas leituras de mundo são obviamente diferentes. Angulo et al (2006) e Lamour (2007), referenciam a Ilha do Mel por estar na entrada da Baía de Paranaguá, nos termos usados pelos geólogos e biólogos, “na desembocadura do Complexo Estuarino de Paranaguá”, por ser vizinha do canal portuário constantemente dragado, o canal da Galheta, e por fazer parte de um fenômeno chamado por eles de “dêlta de maré vazante”. Essas pesquisas tratam de sedimentos, deltas de maré, correntes, trem de ondas, batimetria, entre tantas outras palavras estrangeiras ao nosso entendimento para dar conta das mudanças físicas e morfológicas notadas nas praias da Baía de Paranaguá e de suas Ilhas. Apesar de construídas em diferentes epistemologias, geólogos, oceanógrafos e nativos chegaram a uma possível conclusão em comum: a dragagem de fato afeta a Ilha do Mel.

Porém, é nesse mesmo ano que APPA decide pela abertura de um novo canal, o canal sul, o Canal da Galheta. Sua abertura foi concluída em 1974.

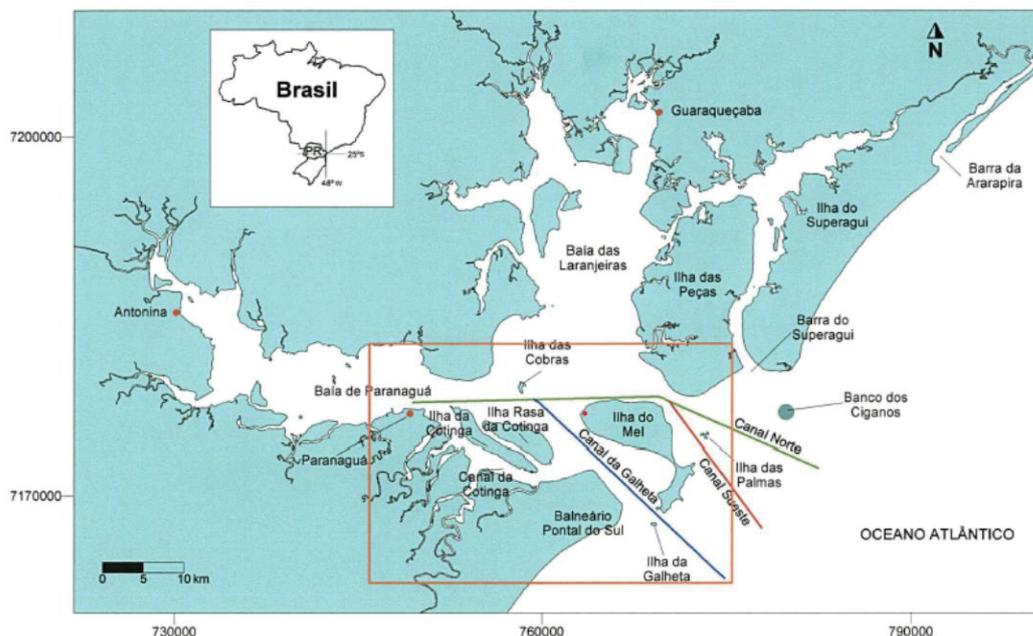


Figura 9: Canais da Galheta, norte e sueste e em vermelho a localização da Ponta Oeste. (LAMOUR, 2000)

Nota-se então que o fundo da Baía de Paranaguá vem sendo remexido a pelo menos 60 anos. De 1930 aos dias de hoje inúmeras campanhas de dragagens foram feitas para garantir a manutenção do antigo canal e do atual canal, o Canal da Galheta. Em sua dissertação Lamour (2000) apresentou, de forma inédita, os dados dos relatórios da APPA a respeito do histórico das dragagens²⁹. O autor também apresentou alguns números interessantes para se construir uma noção a respeito das possíveis interferências feitas àquele ambiente (INGOLD). Nos anos de 1995 e 1996 foram dragados do setor externo do Canal da Galheta 650.600m³ de sedimentos, segundo a APPA. Em 1998 entre maio e o outubro, Lamour (2000) apud Lamour e Soares (1998) estimaram que 3.093.426m³ foram dragados do mesmo canal para a manutenção de seu aprofundamento. No setor externo (localizado na entrada da Baía de Paranaguá) para abertura

²⁹ Em sua pesquisa Lamour (2000) levantou nos documentos da APPA o histórico das dragagens desde a abertura do canal da galheta até o ano de 1998. O autor revela a cronologia das dragagens do canal externo (localizado fora da baía de Paranaguá) e do canal interno (localizado dentro da baía de Paranaguá) da galheta. Referente as dragagens do canal externo, contam as seguintes informações: entre junho 1972 a março de 1974, foram realizadas dragagens para o aprofundamento do canal em 9 metros. Em abril de 1974 e maio de 1975, o canal foi novamente dragado para se atingir a cota de 12 metro de profundidade. Em junho de 1976 e janeiro 1977, foram realizadas dragagens para o alargamento do mesmo canal. Em outubro 1979 e abril de 1982, foram realizadas dragagens para a conservação dos taludes e manutenção das sobrelarguras do canal. Entre abril de 1984 e julho de 1990, foram feitas 11 dragagens de finalidade não descritas nos arquivos. Em 1991, 92 e 93 foram realizadas novas dragagens no canal. Já o setor interno também foi dragado gradativamente até a sua abertura completa em 1975. Em 1984 ele voltou a ser dragado, em abril de 1993 mais dragagens foram feitas sem descrição de localização nos arquivos, em 1994, 95 e 96 o canal interno da galheta passou por novas dragagens. Em 1998 mais dragagens foram feitas entre maio e setembro.

do canal foram retirados 5,4 milhões de m³. Desde então, o volume do canal foi aumentado progressivamente até alcançar 11,1 milhões de m³, o dobro de seu tamanho inicial. (LAMOUR, 2000).

O geólogo Rodolfo José Angulo et al (2006) afirma que as mudanças de formato da Ilha do Mel podem ser resultado da intensa atividade de dragagem do canal da Galheta e de seu descarte em locais não apropriados. O pesquisador ainda sugere que as dragagens dos canais dos portos de Paranaguá e de São Francisco do Sul, podem ser também responsáveis pelos eventos de erosão e deposição de sedimentos que tem afetado o Mar da Ararapira em Superagui, evento também aludido por Bazzo(2010) em sua etnografia sobre a relação dos moradores de Superagui com o seu território. As mudanças em decorrência da dragagem na praia do Miguel, relatada pelos nativos de Encantadas, também foram tratadas por Oliveira (2016) em sua monografia de conclusão de curso em oceanografia.

Os novos formatos da Ilha do Mel expõem as frágeis relações as quais esse ambiente e seus seres estão expostos. As correntes das águas da Baía de Paranaguá transportam os sedimentos que foram desprendidos do leito oceânico pela draga e os acomodam em lugares inesperados da Ilha. As novas feições da insula moldam também as formas de se relacionar com esse território volátil. A cada dragagem, os fazeres políticos territoriais de seus habitantes também são transformados. Os seres habitantes dos costões submersos e os cardumes de peixe, não só alimentam o ilhéu como também indicam as novas formas de se posicionar pela proteção daquele território³⁰.

- A lei.

O território da Ponta Oeste, para além dos nocivos impactos da atividade portuária, também é moldado pela natureza jurídica do conflito ali experienciado. Diferente da primeira vez que eu

³⁰ Em 15 de novembro de 2004, o navio Vicuña, de nacionalidade chilena, explodiu duas vezes e espalhou milhões de litros de óleo e metanol no mar quando estava atracado no Porto de Paranaguá, no terminal da Catalline, durante a operação de descarga do combustível. Devido à explosão, quatro dos 28 tripulantes morreram. (Anibal. F et al ,2016 apud Klos, 2016) O navio transportava 11,2 mil toneladas de metanol, 1,24 mil toneladas de óleo combustível, 150 toneladas de óleo diesel e 26 toneladas de óleos lubrificantes (IBAMA/IAP, 2005 apud Matuella, 2008) Com a explosão, foi derramado para as águas da Baía de Paranaguá 291 mil litros de óleo diesel e lubrificantes, além de uma quantidade de óleo Bunker C, que apresenta alta viscosidade e uma amplitude de hidrocarbonetos com C9 até C36, além de conter 1,46% de enxofre, 89 mg/L de níquel e 73 mg/L de vanádio (CEM, 2005 apud Matuella,2008). Segundo Matuella (2008) o local mais atingido da Baía de Paranaguá foi a praia da Ponta Oeste. Em seu mestrado esse autor revela, além dos grandes impactos socioambientais infringidos a população local da Baía de Paranaguá e a comunidade da Ponta Oeste, que a praia da Ponta da Coroazinha teve sua área diminuída devido as características do óleo que aderiu nas finas areia da praia que foram levadas pelo mar. O Vicuña já foi mencionado pelos moradores da Ponta Oeste mais de uma vez, e pretendo em breve trazê-lo ao texto final da dissertação.

a vi, sentada na casaria do barco de passeio, nos dias de hoje já é possível ver algumas casas na orla da praia entre a densa vegetação da Estação Ecológica da Ilha do Mel. As mudanças da configuração da vila, ou seja, sob o posicionamento e condição material das casas no território, são tributárias das relações jurídicas entre o estado e os nativos.

Durante essa pesquisa me chamou a atenção o fato de alguns mapas da Ilha do Mel presentes em pesquisa não referenciarem a Ponta Oeste. Em “Paraná Mar e Costa”³¹ um importante levantamento a respeito da pesca tradicional no litoral do Paraná, há uma série de mapas que situam diversas informações a respeito do litoral. Em nenhum deles consta a Ponta Oeste. A ausência dessa informação me faz buscar mais mapas da ilha em diferentes áreas de estudo. É nessa busca que descubro o que parece ser o primeiro registro cartográfico da Ponta Oeste feito em 1930. O mapa aparece na coletânea organizada por Soares e Lana (1994) e foi feito pelo Ministério da Marinha e tem como título “ Barra e Porto de Paranaguá”, o cabeçalho ao lado esquerdo do documento revela que o levantamento foi feito em 1915 por engenheiros da L.F de P.R e C do Ministério da Aviação e Obras Públicas. O mapa revela os primeiros traços urbanos de Paranaguá, os relevos da serra do mar paranaense e ilustra a Ilha do Mel com o formato que hoje conhecemos e aponta no extremo oeste da insula a descrição:” Ponta da Coroazinha”. O achado acaba por ilustrar como nos últimos 40 anos a jurisdição do estado sobre esse território, feito os movimentos das marés, alteraram a organização do vilarejo.

Como já dito aqui, com a implementação da Estação Ecológica o território dos pescadores e pescadoras passou a ser delimitado a 31 hectares como previsto na “Zona de Ocupação” do Relatório n. o2, de julho de 1981, confeccionado pela Comissão Especial para Estudo das Ilhas do Litoral Paranaense e que definiu o primeiro Plano de Uso para a Ilha do Mel.(PONTA OESTE, 2017) Somado a demarcação das terras vieram também as proibições quanto as formas de uso social do local. (Harder e Freitas, 2015). No entanto, é no ano de 2009, em decorrência da reformulação da Lei Estadual 16.037/2009, que rege o zoneamento e a gestão da Ilha do Mel que o povoado da Ponta Oeste é subtraído para 1,6 hectares.

É nessa pequena parcela territorial que hoje se situa o vilarejo. As casas, então, estão espalhadas mata a dentro, de forma mais ou menos linear. Nos dias atuais existem 22 casas, contando com a igreja e o “grupo escolar”, que atualmente servem de moradia para alguns moradores que perderam suas moradias para “o tempo” ou não possuem autorização para reforma e construção.

³¹ CASTELLA, R. M. B. et al. Paraná mar e costa: Subsídios aos ordenamentos das áreas estuarina e costeira do Paraná. Curitiba: PNMA II, 2006.

A igreja parece estar em frágil condição estrutural, com rachaduras amplas e profundas em suas paredes, mas é a “casa do primeiro santo vivo”, como fala gracejando seu morador. A maioria das casas são de madeira e apresentam em sua materialidade as marcas do tempo. Algumas estão em condições bastante precárias, enquanto outras, ainda se mantêm em pé devido as muitas manutenções.

O “tempo” ao qual os moradores se referem ao falar das casas remete, na maioria das vezes, a impossibilidade da manutenção da vida humana estabelecida pelas leis ambientais. Por isso “o tempo” que decompõe as moradias é o que chamo de “tempo de conservação”. Uma analogia as Unidades de Conservação da Natureza que acabam por se apoderar do “tempo” da vida dos que são da Ponta Oeste. As casas, portanto, são de grande importância para se entender a história, o conflito vivido e as relações daqueles que são da Ponta Oeste. O posicionamento das moradias no território parece ser, em alguma medida, signatárias das relações de pesca e de parentesco construídas ao longo do tempo. Isso porque parentes e camaradas de pesca costumam ser vizinhos. Há inclusive o caso de dois pescadores que trabalham e moram juntos. Ambos são divorciados de suas mulheres, mas dividem a mesma moradia e os petrechos de pesca. A configuração das casas, então, pode ser entendida como, digamos, a configuração material das relações. O mesmo pode ser dito quanto a organização espacial dos ranchos de pesca e de ostra que ficam à beira da praia. Cada rancho aponta para um núcleo de trabalhadores, que por sua vez são vizinhos e ou, provavelmente, parentes.

As casas da Ponta Oeste ainda apontam outras relações. Há pescadores que ainda moram na mesma casa, que eram de seus pais. Como herdeiros, foram fazendo a manutenção possível, de forma que a casa de hoje não corresponde mais a casa original, mas continua sendo a casa dos pais. Essas são as casas de madeira que mesclam materiais e diferentes técnicas de marcenaria para continuarem em pé. São as casas que em algum momento pararam de ser reformadas ou pela não autorização da fiscalização ambiental para reformas ou por seus donos não possuírem recursos financeiros para tal.

Há ainda o caso das casas que foram herdadas, caíram e foram reconstruídas muito próximas a casa original. Em alguns casos, a ruína da antiga casa pode acabar virando uma extensão da casa nova, mas servirá agora, para guardar a vida do trabalho, portanto, redes, boias, tintas e outros petrechos de pesca. A maioria das casas novas subiram mesmo sem a autorização do órgão ambiental fiscalizador. Diante da demora das respostas por parte dos agentes estatais, alguns moradores já enfrentando suas velhices, escolheram por subir suas casas mesmo de forma ilegal.

A maioria das casas são feitas de madeira, das poucas novas as muitas antigas. As únicas estruturas de alvenaria são a igreja que é feita de pedra e a escola e as cozinhas das maricultoras que são feitas de tijolos. Essas planejadas e construídas em duas partes diferentes. Há a cozinha de alvenaria que foi construída primeiro e o avarandado de madeira que é construído depois, chamado por elas de salão. Há cozinha é a menor parte da estrutura como um todo. Ou seja, a maior parte é do salão.

Nota-se então que os materiais das construções revelam diante de sua duração a disposição dos moradores para se negociar e enfrentar a fiscalização. A alvenaria de tijolos das construções recentes parece ofender mais a fiscalização do que as estruturas de madeira. Talvez por serem mais fáceis de serem desmontadas pelo órgão fiscalizador, como já ocorreu no passado.³²

Como já mencionado aqui, a disposição das casas e seus materiais também dão conta das relações sociais do vilarejo. Mais ao sul do território do vilarejo ficam as moradias dos pescadores tradicionais, ali há casas mais simples de apenas dois cômodos; cozinha e quarto. É nessa localidade também que se encontram os, chamados por mim, de “pescadores sozinhos”. Trata-se de pescadores que ficam na Ponta Oeste sempre sozinhos. Alguns são casados, mas quando estive lá raramente vi suas mulheres que costumam ficar em Paranaguá. Suas casas são maiores do que as dos pescadores divorciados, que possuem casas de um ou dois cômodos, todas de madeira. O lado oposto do vilarejo é o lugar de moradia das maricultoras, que possuem as cozinhas e podem em determinadas épocas contar com o trabalho dos compadres pescadores que moram mais perto a elas.

Essa divisão do território mediante as relações sociais ali existentes marcadas pelas duas formas de se relacionar com o mar – a pesca e o cultivo de ostra – não é exatamente clara, mas fica mais nítida quando em conversa com os “pescadores sozinhos” eles situam suas vizinhas como “comerciantes” devido a venda das ostras para os turistas. Para eles, elas não são pescadoras, apesar de reconhecerem que essas mulheres pescam ou já pescaram. E é por esse motivo que eles acreditam que elas costumam ser os maiores alvos da fiscalização. Segundo esses pescadores, os fiscais do órgão ambiental já os comunicaram que não autuam pescadores, portanto eles. Mas autuam “as comerciantes” por não serem reconhecidas pelos fiscais como pescadoras.

³² Com o intuito de não expor os moradores, essa sessão do texto não contará com fotos das casas aqui descritas.

Essa dicotomia implantada pela fiscalização fica clara nos autos processuais, nos quais é possível notar que essas mulheres e líderes já foram multadas diversas vezes, sempre sob a alegação de reforma e crimes ambientais.

Apesar da divisão constatada aqui, também é possível perceber que essa dicotomia não chega a fragmentar a comunidade da Ponta Oeste. É possível notar que eles se reconhecem enquanto integrantes de uma mesma família e que trabalham de modo cooperante na praia. Mas fica evidente que a territorialidade da Ponta Oeste e suas socialidades também são marcadas pela fiscalização do órgão ambiental e pela forma de abordar e tratar os moradores. Sendo as condições materiais que compõe suas vidas e moradias critérios balizadores de quem será multado ou não.

As normativas jurídicas de cunho ambiental também marcaram o território mais ao sul do vilarejo – “nos pés de Guanandi”. Lá é possível identificar dentro da mata fechada o local das casas dos moradores que deixaram a vila nos anos 80. Onde antes haviam as casas, hoje é possível ver a regeneração do que os ecólogos chamariam de mata secundária em meio ao que restou das fundações das casas. Esse trecho da vila é entendido como o “início”, o “começo” do território da Ponta Oeste e ele é demarcado pelos moradores pela presença de duas grandes árvores secas que ficam à beira da praia dentro do mangue. São “os dois pés de Guanandi” que só podem ser reconhecidos mediante a descrição nativa. O mesmo ocorreu ao norte, o Campo, como é chamado o campo de futebol, hoje, deu lugar ao mato e compõe a Estação Ecológica, única referência palpável ao estrangeiro desavisado sobre a história daquele território e suas pessoas. A localização da antiga sede que atendia os nativos com serviços públicos mora na memória dos moradores, mas não deixou pistas físicas no território, a mata também a cobriu.

A Ponta Oeste hoje possui abastecimento de água por poços artesianos. A sua implantação foi organizada pelos moradores, já que o estado não integrou a comunidade ao plano de abastecimento de água da ilha. A maioria das casas possuem geradores que fornecem energia apenas em curtos períodos de tempo, pois são ligados quando a luz do sol se põe. Vista de cima, pelas imagens de satélite, percebe-se apenas algumas casas. Os dois troncos secos de Guanandi, referenciados pelos moradores, marcam a populosa vila do “tempo dos antigos” hoje, só pode ser mapeada pela memória de quem já andou nas suas trilhas.

1.5: Percepção e organização do tempo

Para elucidar como as atividades na Vila se organizam, descrevo um dos dias em que estive na Ponta Oeste:

O dia começa cedo. Nas primeiras horas da manhã as ostreicultoras tomam o café com o pão e o leite condensado caseiro preparado no dia anterior. Elas conversam enquanto olham pela janela da casa que em seu enquadramento revela os primeiros movimentos dos pescadores na praia. A conversa fala sobre quem está para ir para Paranaguá e quem está para voltar. Os que precisam ir à cidade saem bem cedo e geralmente de carona com algum pescador que precisa ir à cidade comprar algo ou ir no médico. Com a maré certa o tempo de viagem é menor. Por fim as irmãs terminam seu café e cada uma das duas mulheres se direcionam aos seus afazeres. Dona Dircéia caminha em direção a sua cozinha, que fica algumas casas ao lado, enquanto Dona Leonor vai à praia limpar as ostras que tirou das lanternas do cultivo na tarde anterior com seu camarada de trabalho, Antônio. Enquanto isso, na ponta da praia os pescadores artesanais também estão começando seu dia de trabalho. Alguns limpam ou fazem reparos em suas redes enquanto outros aproveitaram a maré da manhã para colocar ou buscar as redes de espera. A praia é o lugar de socialização, do trabalho do cultivo e da pesca. As duas atividades ocorrem simultaneamente, mas possuem ritmos diferentes. Enquanto se ouve os motores das canoas se distanciando no horizonte, Dona Leonor e Seu Antônio continuam a limpar as ostras no ranchinho na beira da praia. Mas a atividade pode ser posta de lado caso algum turista chegue em uma lancha ou de jets skys. Como é inverno e dia de semana, é provável que o movimento não seja grande. Perto do horário do almoço, a paisagem muda, a luz prateada da manhã agora da lugar ao sol, o mar que estava liso agora está encrespado por causa do vento e até a sua cor muda. O vento traz algumas nuvens que projetam sua sombra nas águas. Mas os pescadores garantem que não haverá chuva, o vento ainda é nordeste. Vê-se alguns pescadores, aqueles que não saíram para pescar. Estão dentro do mar com água na altura dos joelhos. Estão lanceando. Se derem sorte, algum peixe será servido no almoço. Dona Leonor se ausenta do quiosque enquanto Antônio continua o serviço, ela se ausenta para preparar o almoço que será servido para seu camarada de trabalho e para os vizinhos pescadores que se aproximaram atraídos pelo cheiro da comida no fogão. Dona Leonor vai até a praia e chama Antônio para almoçar os camarões que comprou da traineira de Guaratuba quando foi buscar as lanternas no cultivo, no dia anterior, perto do campo. Ela reclama que os camarões são pequenos, que a traineira não teve sorte na pesca. Eles almoçam e vão terminar o serviço na praia. Durante a tarde, na praia ainda há alguns pescadores trabalhando nos ranchos. Seu Zé e Laercio estão arrumando duas antigas canoas de madeira. As tarefas do cultivo já foram cumpridas, por isso a atenção das mulheres do cultivo se volta para casa. Dona Leonor alimenta seus patos, galos e galinhas, enquanto Dona Dircéia passa o café e frita pasteis de banana em sua cozinha. Alguns pescadores estão no fundo de suas casas, Cico aproveita para consertar a mobília da casa, parece estar martelando gavetas de madeira. Laercio agora está lidando com a caixa d'água. Enquanto a arruma, alguns camaradas seguem dando sugestões sobre qual seria o melhor modo de fixá-la. No final da tarde as pessoas voltam à praia. Alguns pescadores estão voltando do mar, outros estão sentados conversando nos ranchos. Um burburinho toma conta da praia, são centenas de papagaios de cara-rocha voando de modo desajeitado no céu, vêm aos pares e trios. Parecem conversar entre eles. Segundo os moradores, os papagaios são como os socós que moram na árvore do fundo da casa de Cico, "são um casal e vivem para sempre juntos", os trios são os filhotes acompanhando os pais. estão vindo da Ilha Seca e Rasa para dormir na mata, na estação Ecológica da Ilha do Mel. Dona Leonor, como de costume, está varrendo a praia, o movimento e as conversas duram até o pôr do sol que se põem na Serra da Prata em frente ao vilarejo Ponta Oeste. Aos poucos as pessoas voltam às suas casas. Com a noite chegando, os geradores de luz, um a um, vão sendo ligados. Os motores em coro acendem as luzes das moradias e avisam que chegou a hora da novela e do jornal. Aproveita-se a energia para tomar banho quente, para ligar as geladeiras, frizeres, a bomba dos poços artesianos que abastassem as

casas com água, recarregar a bateria dos celulares e de lanternas. Ao final da novela, a quietude e a escuridão voltam a Ponta Oeste. É possível apenas ouvir um ou outro gerador ligado até mais tarde, geralmente os das casas que estão recebendo suas famílias. Nesse dia em especial, os pescadores que ficam mais ao sul da praia receberam alguns camaradas de Paranaguá, durante a madrugada é possível ouvir a música e as conversas dos homens se divertindo. A madrugada cai e às quatro horas da manhã o Romano, galo de dona Leonor, sempre pontual, cacareja. Às seis horas da manhã, o dia na Ponta Oeste recomeça com o barulho da revoada dos papagaios da cara rocha. Sempre barulhentos, mas nessa manhã, mais do que o de costume, avisam que “entrou o vento”. Estão tentando voar de voltar para a Ilha Rasa e Seca contra as fortes rajadas de vento. Dona Leonor prepara o café e olha pela janela os primeiros movimentos da vida lá fora. O novo dia se inicia com um forte vento sul que “encrespa” o mar. O céu e o mar rapidamente escurecem. Dona Leonor nota os veleiros sendo varridos na baía pela força da ventania. Preocupada liga para filha que deveria chegar na hora do almoço e pede para adiar a visita pois “o vento sul caiu”. Ainda com o semblante preocupado, olha pela janela para a praia e faz um comentário sobre os pescadores que foram para o mar. O dia vai ser de virada de tempo.

O dia descrito acima, descreve a rotina de um dia de inverno na Ponta Oeste. A intenção é demonstrar como o tempo é organizado e entendido pela comunidade local. As marés determinam o tempo do trabalho, na terra e no mar, e o tempo dos deslocamentos. Para se lidar com o cultivo de ostra, segundo as mulheres ostreicultoras, é preciso que a maré esteja “parada”. Por isso, a retirada das lanternas de ostra costuma ocorrer de manhã bem cedinho e no final da tarde, que é o momento que a maré está mudando e que há uma corrente oposta ao sentido da vazante. Já para a pesca, esse é o momento de sair para o mar para se jogar as redes de espera. Durante as marés não favoráveis para as atividades no mar, privilegia-se as atividades em terra: alimentar as criações, fazer a manutenção da casa ou dos petrechos de pesca.

A maré também determina os deslocamentos, assim como as condições climáticas. A depender de para onde se quer ir, espera-se a maré favorável para sair. Geralmente, para se ir para Paranaguá, deve-se sair bem cedinho, com o “mar dormindo ainda”. Com a maré a favor se chega mais rápido a cidade ou volta-se mais rápido para casa. Quando há compromissos na cidade com a hora marcada, como consultas médicas e os cultos da Igreja³³, os moradores, quando em boas condições marítimas e climáticas, aproveitam a maré da manhã para ir à cidade. Quando o mar não está bom, tenta-se sair com um ou mais dias de antecedência, se assim o mar permitir, para se chegar a tempo ao destino desejado. Pode acontecer também, caso não se tenha

³³ A Ponta Oeste possui uma igreja que hoje serve de moradia para um dos pescadores. Ela foi construída na década de 70 com pedras que eram trazidas da Ilha das Peças. Segundo Celina, a igreja foi construída principalmente pelas mulheres da Ponta Oeste. As pedras foram trazidas de canoa pelos homens que dedicados a pesca acabaram por não participar da construção. Celina se recorda da participação de pelo menos quatro mulheres desde o preparo da maça até o assentamento das pedras. Essa igreja era católica. Havia anteriormente uma outra igreja, construída em madeira, que foi desmontada e levada de barco para ser montada em Paranaguá e que segundo os moradores se mantém em funcionamento até os dias de hoje. Nos dias atuais, os moradores vão a Paranaguá para os cultos das igrejas evangélicas.

nenhuma carona para Paranaguá, de os nativos caminharem até a praia de Brasília para pegar as barcas que fazem a travessia para Pontal do Sul e Paranaguá. A caminhada dura cerca de uma hora e é feita pela beira do mar e por alguns trechos de mangue. Deslocamento esse que só é possível se feito na maré certa.³⁴

Dito isso, percebe-se que o tempo do relógio, com exceção ao funcionamento dos geradores, remete as atividades cidadinas que para serem cumpridas dependem do ciclo de marés, que por sua vez é controlado pelos ciclos lunares. Da mesma forma ocorre a orientação pelos dias que parecem marcar os eventos na cidade.

As condições climáticas associam-se aos meses que determina o tempo do trabalho. Durante os meses de inverno, as chegadas de frentes frias e nevoeiros são mais comuns do que no verão. É no mês de julho que as maricultoras aproveitam para atender as lanchas e jet-skis que aportam na praia atrás das ostras. É tempo de férias escolares por isso o movimento desse tipo de embarcação volta a ter um pequeno aumento. Já os pescadores estão se organizando para a pesca da tainha, que na Ponta Oeste, pós instalação da Estação Ecológica, não tem mais a puxada da rede com olheiros e com as famílias envolvidas, como ocorre em alguns locais da própria Ilha do Mel e no litoral sul do Brasil. Os pescadores com quem conversei dizem não possuir renda suficiente para adquirir as grandes redes necessárias para essa pesca.

Durante o verão a Ponta Oeste recebe muitos turistas atrás das ostras. As maricultoras e alguns nativos que conversei contam que a praia fica lotada de lanchas e jet-skis de turistas. Eles aportam na praia para passar o dia e aproveitar as águas calmas da Baía de Paranaguá. É nesse momento que as ostras são mais vendidas. Os pescadores artesanais, quando conseguem bons resultados com a pesca, também tem algum lucro com a venda do pescado devido ao turismo, tanto na praia da Ponta Oeste como em Paranaguá.

O inverno e o verão, devido à época das férias escolares também marcam a rotina da Ponta Oeste. É nessa época que os moradores recebem suas famílias e que por esse motivo o vilarejo costuma ficar um pouco mais movimentado. É durante esse período que a mais crianças na praia. Netos e netas, bisnetos e bisnetas passam as férias com os avós. É possível ver crianças brincando no mar e sendo introduzidas pouco a pouco na lida da pesca e da ostra.

Durante a temporada de verão, há também o período das mutucas ou butucas. Mais especificamente em novembro, as vorazes moscas hematófagas tomam conta da praia da Ponta Oeste aos milhares. Devido a presença das insaciáveis mutucas as atividades ao ar livre ou na praia do vilarejo reduzem o ritmo. Tanto maricultoras como pescadores artesanais revelam que

³⁴ Segundo Dona Leonor esse deslocamento por terra até Brasília é feito também para votar na época das eleições.

essa época é um período ruim para se trabalhar, além do mais, o turismo também é prejudicado pela presença dos insetos e por isso em Ponta Oeste, esse período do ano marca uma categoria temporal local.

Uma simples e curta caminhada fora da proteção das telas das casas se torna uma verdadeira tortura. Acompanhei algumas tarefas dos pescadores e das maricultoras nos dias de mutuca. As atividades são feitas enquanto o corpo tolera os ataques ferozes das moscas que são atraídas pelo barulho e pelo movimento. É digno de nota que após o entendimento do comportamento do inseto quanto a essas características, vive-se um dilema: reagir ou não as moscas. Isso porque o ser, humano ou não, que está a sofrer com as múltiplas e simultâneas picadas instintivamente defede-se movimentando o corpo bruscamente. Os cachorros e gatos tentam comê-las e se coçam sem parar, nós humanos nos estapeamos e nos coçamos a todo instante e são exatamente esses movimentos que parecem atirar ainda mais as mutucas. Segundo os moradores não existe repelente que de conta dos ataques, nada parece as espantar, pelo contrário notei que os repelentes comuns comprados nas farmácias parecem chamá-las. Mesmo durante os banhos de mar esses insetos fazem pequenos enxames em cima da cabeça do banhista. O couro cabeludo e o rosto, propositalmente as únicas partes não submersas na água do mar, são atacados por esses bichos. Por isso, mesmo em pleno verão ilhéu, que costuma ultrapassar os trinta graus, é normal e recomendável que se cubra com roupa a maior parte do corpo possível.

Diante disso, prefere-se fazer o máximo de coisas ao ar livre durante o período da manhã, horário em que esses insetos são menos ativos. Nessa época é comum ver as pessoas dentro de suas casas durante o dia, com portas e janelas vedadas por telas, protegendo-se do enxame. Os bichos também se escondem. As “patos sentinelas” de Dona Leonor, que costumam sempre ser ativos e encrenqueiros, passam o dia abrigados de baixo da casa de sua dona. Cães e gatos sofrem com os ataques das mutucas, muitos acabam por morrer devido a tamanho stress. Na primeira vez em que estive na Ponta Oeste, por coincidência era “tempo de mutuca”. Notei que em toda vila e na praia, diferente dos outros vilarejos da Ilha, tinha somente uma cachorrinha. Era nítido, que apesar das tentativas de seu dono de protege-la dos ataques dos insetos, ela estava sofrendo, assim como todos nós, com as picadas. Quando voltei na estadia seguinte a cachorrinha havia morrido, passei a desconfiar então ser esse o motivo de não se ter muitos cães e gatos. E os que tem, apenas uns poucos, os mais selvagens, sobrevivem ao ataque das mutucas.

Os pescadores também contam que mesmo em alto mar as moscas atacam, que há histórias de tripulantes dos navios ancorados na frente da Ponta Oeste sobre a dificuldade de

permanecer durante essa época naquele local da Baía. Vi também turistas desavisados voltando às pressas com as sacolas de ostra para as embarcações. Mas para o alívio de todos, junto com o cair do sol a mutucas vão embora. Por isso é durante a noite que os nativos aproveitam para ficar fora de casa.

O tempo das mutucas e a experiência dos “de fora” com o inseto, fizeram com que os estrangeiros à Ponta Oeste elaborassem algumas teorias a respeito dos moradores da Ponta Coroazinha. Já ouvi comentários de que os moradores deixaram o local por causa desses bichos, ouvi também que só se confirma quem é realmente nativo da Ponta Oeste se esse permanecer a temporada toda de mutucas na vila, ainda há quem diga que são imunes as picadas.

1.6 Considerações finais.

Na Ponta Oeste, o tempo dos antigos é o território da memória. Lembranças de infância que foram demarcadas pela implantação da Estação Ecológica da Ilha do Mel que, por sua vez, moldou um modo de ser e (re)existir que compõe um universo insular em um mundo em violenta transformação. É então por meio das ideias de Gow (1991) e de Guérios (2008) que tento abordar a história dessas pessoas, valorizar uma narrativa contada por elas que revela não só como o povoado da Ponta Oeste era organizado antes dos 80, mas como essas pessoas viram e lidaram com as transformações que vieram e continuam a vir do continente, seja por meio da atividade do porto e suas dragagens, seja pelas leis conservacionistas que tentam moldar seu território até os dias de hoje, pós implantação da Estação Ecológica da Ilha do Mel.

É por essa história feita de memórias da Ponta Oeste que percebo a existência de duas temporalidades que são marcadas pelas consequências da instauração da área de preservação no território dos pescadores e pescadoras ostreicultoras da Ponta Oeste. O *tempo dos antigos* e o *tempo da luta*, passado e presente, então, tecem uma rede de relações que negociam hoje o fazer político das mulheres da Ponta Oeste.

Esse engajamento, chamado por elas de *luta*, diz respeito a estratégias de se firmar um território e uma história que até os dias de hoje tentam ser ressignificados pelos órgãos de cunho ambiental do estado do Paraná. A história da Ponta Oeste, pois, tornou-se motivo de disputa entre o estado e seus moradores. Esse conflito e suas versões foram abordados aqui por meio das ideias de Little (2004). Essas narrativas, então, revelam uma ilha polissêmica, que possui tantos significados como interesses, mas que são conjugados de maneira assimétrica pelo estado do Paraná. Apenas os nativos da Ilha e da Ponta Oeste saberão contar com detalhes sobre como a Ilha muda de formato com as dragagens e de como essas campanhas *decapitam peixes*.

Para entender esse saber, sigo as ideias de Ingold que ajudam a identificar uma atenção e um conhecimento fundado no movimento do mar, do território e da pesca que hoje também fomenta fazeres políticos não só pela Ponta Oeste, mas por toda a Ilha do Mel.

CAPÍTULO 2: CONSTRUÇÃO DE PESSOA, CONHECIMENTO E POLÍTICA

2.1: As mulheres e o cultivar de ostras e políticas

Assim como afirma Ingold (2015) o conhecimento é uma atenção construída nos específicos processos da vida, feita de improviso e entendida como um “movimento para frente”. Para ele, o conhecimento da vida é elaborado “no agora”, processo esse chamado de criatividade pelo autor. Trago aqui esse conceito a fim de traçar um paralelo sobre o que venho chamando (Strathern, 2018) até agora de estratégias para firmar territórios. A intenção é tentar descrever por meio de categorias nativas como esse conceito opera e é entendido por essas mulheres que também atuam como lideranças da comunidade local.

Cabe colocar aqui que o que eu conceituo como estratégia é entendido e denominado por elas como “luta”. Trata-se das formas de tratamento dadas por elas às incoerências jurídicas produzidas pelo estado pós instauração da Estação Ecológica, que, do ponto de vista nativo, produzem as injustiças as quais os moradores vêm sendo submetidos nos últimos 30 anos.

No entanto, apesar dos termos “estratégia” e “luta” serem comuns para referenciar um conflito, um embate ou até mesmo uma guerra, o modo de produzir luta por essas mulheres segue o caminho oposto. A “luta” é produto de uma *criatividade* (Ingold, 2015) que é fundada no conhecimento sobre o ambiente “marítimo-terra” que compõe o ser ilhéu e é *inventada* (Wagner, 2018) a cada instante, em cada conversa, no pensarem projetos ou questionarem uma multa. Essas mulheres acabam por elaborar diversas maneiras ou recursos (Wagner, 2018) para articular conhecimentos de *mundos* distintos (Escobar, 2015) para garantir os direitos da comunidade sobre aquele território. De especulações sobre peixes decapitados à elaboração de licitações, “a luta” é construída por elas e por seus conhecimentos de mundo.

Essas linhas de conhecimento construídas nos caminhos, no movimento da vida (Ingold, 2015), seja na pesca livre da infância, seja no costumeiro movimento de estar em Paranaguá e estar na Ponta Oeste entre licitações e ostras, uma espécie de atenção, de conhecimento se construiu. Diria ser uma forma feminina de olhar e experienciar o mundo que acaba por inventar um elaborar políticas e conhecimentos multisituados. É essa leitura de mundos (Escobar, 2015) feita por elas que parece reelaborar os marcos sociais do tempo dos antigos. Os tradicionais mutirões para a pesca e roça, a acolhida à parceiros de trabalho, o continuo e constate retorno para a casa fundados no labor da pesca, aparecem nos dias de hoje nas maneiras de criar relações e os projetos de futuro.

Sabemos que os mutirões e o arregimentar de novas famílias à pesca da Ponta Oeste são narradas por meio das memórias dessas mulheres sobre seu Arthur Pereira, um dos patriarcas da comunidade da Ponta Oeste. Seu Arthur é mencionado por algumas pessoas da Ponta Oeste enquanto uma liderança que organizava a vida social na Ponta Oeste. As relações com o exército durante a segunda guerra mundial, a iniciativa de procurar por famílias para a lida com a pesca e a boa lida para a venda dos peixes em Paranaguá o fazem ser lembrados pela sua expertise política. Da mesma forma, Seu Ivo também é lembrado pelas maricultoras enquanto detentores de conhecimento e parecem fazer parte de um entendimento sobre o que é ter conhecimento sobre as coisas da vida e para a vida. Seu Ivo, assim como Seu Arthur, é lembrado pelo conhecimento de uma esfera política, a que organiza as pessoas em prol da coletividade. Uma das principais características mencionadas por elas a respeito desse homen, é a calma diante das situações mais conflituosas. Em uma de nossas conversas, Dona Dircéia afirma: “No tempo de Ivo a luta era mais fácil”, uma referência à forma e à facilidade que seu Ivo tinha de acalmar os ânimos quando os conflitos com o IAP se tornavam iminentes.

Portanto, “o buscar conhecimento” é uma categoria fundadora do fazer político dessas mulheres e parece ser intrínseca ao modo de se pensar a vida política na Ponta Oeste desde os tempos dos antigos. Se esses homens estavam atrelados ao conhecimento e a política na Ponta Oeste no passado, nos dias de hoje a política e o conhecimento são mobilizados por essas mulheres por mutirões de parcerias políticas que mobilizam temas que foram fundados na mobilidade inerente ao pertencer a Ponta Oeste. Se antes estar lá e cá ocorriam nos domínios da pesca, hoje esse movimento também produz política.

Além disso, o fazer político dessas mulheres também se torna ontológico ao seu próprio modo exatamente por se tratarem de mulheres da ilha, pescadoras, maricultoras e pensadoras dos projetos políticos que ali ocorrem porém em contextos dados como masculinos, tais quais o mar, o porto, o conhecimento e a política.

As lembranças da infância de meninas, por exemplo, sempre a mim contadas à beira das mesas fartas e postas com muita generosidade, nos faz imaginar o que é ser e nascer mulher na Ponta Oeste: Dona Leonor conta sobre a lembrança que tinha das pescarias noturnas no tempo de sua infância, quando todos participavam dos arrastos feitos na praia. Por isso, ao nascer do sol todas as famílias da Ponta Oeste estavam na praia, mulheres e crianças participando do puxar da rede e da “despesca” dos peixes. Ela lembra também de participar da pesca noturna com o seus pais. Dona Leonor revela que gostava tanto de ir pescar de noite que seus pais a levavam, enquanto seus irmãos ficavam dormindo em casa.

As pescadoras rememoram com alegria os tempos da “mocidade”, em que Léo e Leonor trocavam lenha e peixes secos por leite condensado. Elas ainda pequenas corriam para agilizar a mercadoria que seria negociada em Paranaguá com um imigrante europeu que morava na Ponta Oeste. Esse senhor as avisava com um dia de antecedência sobre a viagem que faria até Paranaguá. Elas, por sua vez, se punham a buscar lenha na mata e a pescar, já sabendo do resultado da troca, o doce de leite. Com o tempo, já na adolescência, a troca passou a ser feita por “fazenda,” tecidos para o feitiço de vestidos que eram costurados por Maria, a pescadora mais velha entre as mulheres.

Elas explicam que naquela época as crianças trabalhavam na pesca da mesma forma que os adultos e que também não havia discriminação de gênero na atividade. A pesca, portanto, como atividade familiar. O trabalho das crianças, porém, não era remunerado. Apenas aos dezesseis anos receberiam um quarto do quinhão dos dividendos da pesca; um pouco mais velhas receberiam metade e apenas na vida adulta, um quinhão inteiro.

Já Dona Dircéia conta que nos primeiros anos de sua adolescência começou a dar aulas no “grupo escolar”. Aprendiz e auxiliar do professor Castanho, ela lecionou para as séries iniciais na Ponta Oeste até o fechamento do “grupo”, na década de 80. Mesmo após o desligamento do grupo escolar, continuou a dar aulas nas comunidades do entorno da Baía de Paranaguá e em Brasília, um dos vilarejos da Ilha.

Nesses oitenta, a instalação da Estação Ecológica da Ilha do Mel culminou no fechamento pelo estado da pequena estrutura de atendimento público. A população então se ressentiu quando da supressão da escola e da Sede, já que a população nesse momento era constituída por muitos jovens e as mulheres ainda jovens, no caso minhas interlocutoras, almejavam continuar a estudar. Essa escola da Ponta Oeste só atendia as séries iniciais. Aos dezoito anos, aproximadamente, essas mulheres haviam cursado até a quinta série. O prosseguimento dos estudos só foi possível com navegações até Paranaguá. Assim foi até a conclusão dos cursos de graduação.

Se em um primeiro momento o desmonte da escola da Ponta Oeste pelo estado se tornou um problema para essas mulheres continuarem a estudar, em um segundo momento, para algumas delas, os casamentos também não as favoreceram. Elas relatam a contrariedade dos maridos em tê-las estudando. No entanto, entre homens e livros, elas escolheram os livros. Importante lembrar ainda que a responsabilidade da criação dos filhos recaiu sobre elas.

Sobre as memórias da pesca, Léo conta sobre a dificuldade de tirar sua carteira de pesca e narra o atendimento que recebeu ao tentar conseguir o documento. Segundo ela, era preciso informar há quanto tempo seu pai e seu marido pescavam, para aí sim ser reconhecida enquanto

pescadora. Ela ainda afirma que a carteira não veio com facilidade, apesar de ter feito o requerimento na instituição responsável pela emissão do documento. Ela não recebeu a sua carteira de pesca, motivo pelo qual teve que voltar outras duas vezes a Secretária de Pesca e Agricultura em Paranaguá. Léo entendeu a demora como um não reconhecimento de sua função pelo o atendente da instituição.

Gerber (2013) comenta em seu doutoramento que a carteira de pesca profissional para pescadoras apenas foi viabilizada em 2009 pelo governo Lula. Contudo, muitas dificuldades ainda teriam que ser superadas pelas pescadoras para o acesso ao documento que lhes garantiriam seus direitos trabalhistas. A autora descreve as exigências feitas pelo INSS, para a aposentadoria das pescadoras. A fim de obterem tal direito a mulher deve provar que é ou esposa ou filha de pescador, logo, “sozinha, como um sujeito, trabalhadora, ela não é”, isto posto, Gerber (2013) ainda afirma;

Para se aposentar com a denominação pescadora, a mulher deve estar inserida dentro do chamado grupo familiar, mas não porque, estando no grupo familiar, é prontamente visibilizada como uma pescadora daquela família. É aposentada como pescadora quando consegue provar que é filha, ou esposa, de um pescador. (p.353)

As memórias dessas mulheres da Ponta Oeste revelam, então, de quais formas a Estação Ecológica da Ilha do Mel afetou as vidas dos moradores locais. A tentativa do estado de desenraizar essas pessoas é sentida pela população principalmente pelo desligamento da escola. É pela busca da escolarização que o ir e vi da Ponta Oeste também se caracterizou. Muitas das famílias, em busca de escolas para seus filhos e melhores condições de vida, migraram para Paranaguá ou foram separadas por esse movimento migratório.

No entanto, mesmo diante de tantos impedimentos, Dona Dircéia prosseguiu seus estudos e se graduou em Pedagogia. Com o falecimento de seu irmão Ivo, uma liderança importante à comunidade, Dircéia e seus irmãos e irmãs decidiram fundar a “Associação dos Nativos e Pescadores da Ponta Oeste”. A organização dessa associação a obrigou ao envolvimento dos processos burocráticos que ensejariam os projetos de futuro da comunidade. Instigada pelas dificuldades vividas na Ponta da Coroazinha, ela se forma também em Contabilidade, formação que a auxiliou na gênese da Associação e na elaboração do projeto do cultivo de ostras junto a Emater.

Dona Leonor, por sua vez, graduou-se em Enfermagem e diante das novas demandas da Associação e do Cultivo de ostras, ilustrou-se em diversos cursos sobre métodos e formas de se cultivar ostras. Juntas a Léo, que casada continuou a viver da pesca, passaram a liderar a Associação de moradores e implantaram o cultivo de ostras.

2.2: Os homens sozinhos e a pesca tradicional.

A Estação ecológica também criou um paradoxo na Ponta Oeste. Enquanto as mulheres, por meio da mobilidade Paranaguá x Ponta Oeste se escolarizaram e passaram a dominar o burocrático mundo dos papeis, muitos homens, pescadores tradicionais da Ponta Oeste, não se adaptaram à vida da urbana Paranaguá, por encontrarem dificuldades em encontrar trabalho. Dessa forma, voltaram para a terra natal, a Ponta Oeste, onde ainda se era e é possível viver da pesca artesanal.

No entanto o motivo pelo qual suas famílias ficaram em Paranaguá é o mesmo o qual fez as maricultoras viverem o deslocamento necessário a permanência na Ponta Oeste: a escola.

Durante as minhas estadias na Ponta Oeste não pude deixar de perceber que a pesca artesanal da Ponta Oeste estava sediada no lado direito da praia. Era notório que ela era feita por diversos e pequenos coletivos de homens que passavam o dia na praia e no mar. Em alguns momentos de meus campos, tive a oportunidade de acompanhá-los em seus afazeres rotineiros. Como é característico da Ponta Oeste, todos eles já sabiam de minha presença e de minha pesquisa. Alguns foram bastante acolhedores enquanto outros pareciam desconfiar de minha presença e intenções no vilarejo.

Seu Lourival foi um dos primeiros pescadores a me receber em sua casa. Ele é um dos “pescadores sozinhos” e mora na Ponta Oeste apesar de sua esposa, a segunda, e sua ex -esposa morarem em Paranaguá. Ele me conta que mora sozinho na Ponta Oeste, e que sua mulher e filhos, ficaram em Paranaguá por dois motivos; primeiro porque em decorrência das proibições de cunho territorial a sua casa era um barraquinho de lona, e segundo porque os filhos ainda crianças precisavam estudar e na Ponta Oeste não havia escola. Lourival me conta ainda que durante um tempo chegou a tentar a vida em Paranaguá para ficar próximo à família, mas desempregado voltou à atividade que sempre lhe foi familiar, a pesca. Lourival disse ainda que durante a semana costuma ir a Paranaguá para ir ao médico, e me mostra a cicatriz que tem em seu peito. Ele se diz cardíaco e me confia que o coração só funciona bem na Ilha, por isso, não se demora em suas idas a Paranaguá.

No documentário “Argonautas da Coroazinha”³⁵, feito por Freitas e Harder em 2007, encontrei uma fala de Lourival que parece ilustrar o dilema vivido por muitos moradores da Ponta Oeste:

Não dá para fazer casa, não deixam fazer nada, tinha parado ali em casa de meu irmão um pouco de tempo, depois meu irmão também... aí ele foi mudado lá para Brasília né. Ai eu achei de fazer aquele barraquinho, vai fazer onze ano que eu moro naquele barraco de lona ali porque que eu não posso construir (...) nem para trazer meu filhos, tô sempre pra cá sozinho né, minha esposa “as vezes quer vim, minha família as vezes que vim mas não tem condição de trazer eles pra ficar ali né, daí fica tudo difícil. As coisas hoje em dia não tá como nos vivia livre antigamente. Não tô dizendo que o IAP é culpado, ele pode ocupar a área dele. Mas ele que deixe uma área para a gente sobreviver, que é o que nós precisamos né. Pescador Precisa do mar. Qualé o pescador que é pescador é não vive do mar? Ele não pode ser um pescador.

Já Cico, vizinho de Lourival, tive a oportunidade de conhecer enquanto sondava um enorme socó na árvore que fica em frente à sua casa. Minha curiosidade sobre o bicho iniciou uma conversa entre nós dois. Além de me contar sobre as histórias do pássaro, que segundo ele vive em seu quintal, já há algum tempo com a sua namorada – a socó, Cico me conta que divide sua vida entre a Ponta Oeste e Paranaguá, pois sua família mora lá. Portanto, somente nas férias escolares sua família vem à Ponta Oeste. Na maior parte do tempo, então, ele fica sozinho e conta com os rendimentos da pesca feita ali para somar aos ganhos da família.

Em outra estadia na Ponta Oeste, enquanto caminhava pela praia até a casa de Dona Dircéia, vejo dois pescadores em um rancho arrumando suas canoas. Eu já os tinha visto em outras estadias em campo. Porém, eles sempre se mostraram desconfiados à minha presença. No entanto, aproveito a oportunidade para conversar com eles. Me apresento a eles e eles revelam que já me conheciam “você é aquela menina que vêm naquele barco de Encantadas e fica na Leonor”. Laertes e Zé me contam que moram juntos, pois Zé perdeu sua casa para o tempo e sem dinheiro nunca pode reconstruí-la. Zé, assim como Lourival, também tentou a vida em Paranaguá enquanto casado. Porém, sem trabalho na cidade, volta a pescar na Ponta Oeste. Já Laertes se orgulha de nunca ter deixado a Ponta Oeste, mora na casa que foi de seu pai e sempre trabalhou com a pesca. Os dois me revelam que não são casados, são *sozinhos* e são *camaradas* de pesca.

Pergunto a eles sobre a pesca e Laertes me responde de pronto que não anda boa e que a pesca tem suas fases. Que o *fracasso* da pesca nada tem a ver com os navios, nem com a dragagem e que o IAP nunca lhe perturbou. Somente uma vez ao o abordarem-no sobre sua

³⁵ ARGONAUTAS DA COROAZINHA: Direção: Eduardo Harder, Ana Elisa de Castro Freitas e Doglair Albini Júnior. Ilha do Mel: 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/103663865>. Acesso em: 15 de agosto de 2018. O documentário foi gravado em 2007 e publicado em 2014.

casa, mas que o fiscal lhe garantiu que não o multaria, pois ele era pescador. Afirma que *pesca o que come* e que raramente pesca grandes quantidades para a venda. Até mesmo na época da tainha, momento em que grandes cardumes são pescados e vendidos pelos pescadores locais, Lartes e Zé contam que pescam a tainha que comem.

A pesca de subsistência feita por eles é relacionada a quantidade e qualidade dos petrechos de pesca. Redes de pesca são petrechos caros e barcos a motor exigem intensa manutenção, segundo eles me informam. Por isso, os dois contam com uma antiga canoa e com uma pequena bateia para as pescarias mar a fora.

Em um dos meus campos conheci brevemente Celso durante uma reunião com os professores da UFPR litoral. Ele se apresenta e conta a tentativa de prisão que sofreu pelo IAP por cortar um bambu. Ele revelou que mora em uma *chichote* com o seu cachorro e que sempre foi *sozinho, sozinho*. Ele afirma também que após as maricultoras assumirem a associação de moradores, o IAP os tem incomodado menos.

O meu nome é Celso, convivo na Ponta Oeste a 60 anos, to aqui ainda na frente de tudo vocês e to olhando, escutando tudo né, a palestra da rapaziada que conhece todo mundo aí. Eu to aqui conversando com vocês levando um pouco de desavença do IAP, desde que nasci aqui o IAP nunca fez nada pra nois aqui, os nativos que tão aqui tão de prova, o IAP nunca deu uma camisa para você, só desagravando nois. Eu escutando do IAP, faz ano, faz ano que eu to com 60 ano de idade, nunca abandonei a Ponta Oeste, daí eles vem aqui ô fulano, cliclano, beltrano ô me trancaram ai ô, me levaram até para a delegacia de polícia, fui lá para os homem dele di lá, os força verde, através da Dona Dircéia e da Dona Leonor eles não vem mais aqui, mas lá por lá, mil metro dois mil nosso (apontando para o mar) mais nois foi atacado pelo IAP. Aqui você não podia cortar um bambu, um bambu. Eu fui preso por causa de cortar um bambu, coisa que Deus deixou no mundo pra nois cortar. Fui preso pelo IAP, por um bambu. Ainda perguntaram:

- Você é nativo Celso?

- Ô rapaz eu sou nativo, quantos anos, 60 ano de ilha.

- Teu documento?

- Meu documento tá em casa, vou andar com os documento no mato? Vou andar com a carteira de pesca no mato?

Que as vezes trabalho no mar. Me levaram lá na minha casa, casa não, chichote, casa é de rico. Aí viram que eu era nativo “Há você é nativo”. Sou nativo, eu vivo aqui, eu não to roubando, não to nada, o ladrão rouba e vocês não prendem, agora porque vai cortar um bambu já prende a gente. Daí me soltou. Quer me levar pode me levar, eu to ai, deixo tudo eu vou embora, só leve meu cachorro para dar de comer, eu tenho um cachorrinho guapeca, não deixe meu cachorro ai, se não ele vai ficar passando fome, leva eu e meu cachorro junto lá para o quartel lá. Daí perguntem lá, quem é Celso da Ponta Oeste? Daí pediram desculpa para mim. Convivo aqui, 60 anos de ilha, fiquei sozinho. Sozinho. Só eu e os meus cachorro, fico vivendo aqui. Em Paranaguá eu remo, eu morava na casa de lá, moro a 60 anos aqui.

(Depoimento transcrito durante palestra de apresentação da comunidade aos alunos da UFPR litoral em saída de campo organizada pelos professores Eduardo Harder e Ana Elisa Freitas, em novembro de 2017)

2.3 A Estação Ecológica da Ilha do Mel, o conflito e os gêneros.

O que se nota é que apesar de pequena, a Ponta Oeste possui duas dinâmicas sociais perceptíveis: a família Pereira, que fica à esquerda da praia, e os pescadores que vivem “sozinhos”, à direita da praia. Os Pereira representam a associação de moradores e há tempos enfrentam as exigências do IAP. Possuem barcos próprios e cultivam ostra. Já alguns pescadores que vivem sós ou distantes de suas famílias acreditam que nem a Estação Ecológica, nem as dragagens do Porto e nem a fiscalização ambiental são responsáveis pelas mudanças vividas nos últimos anos na Ponta Oeste.

Essas diferentes dinâmicas ficam mais claras nas conversas corriqueiras do cotidiano da Ponta Oeste. Em uma conversa com Cico e Zé, eles contam que o “galo cantante” de dona Leonor virou uma panelada quando ela foi para Paranaguá. Os dois relatam que o galo velho cacarejava alto e longamente às quatro horas da manhã, um bom motivo para ir para panela. Mas que só o sacrificaram porque sabiam que Leonor não comia os bichos que criava. Dona Leonor, por sua vez, em outro momento, me conta que tinha um galo grande e forte e que quando voltou de Paranaguá ele havia sido morto “por eles de lá”. E que ela foi tirar satisfações sobre a perda de sua criação. A situação do galo acaba sem maiores desdobramentos, mas deixa nítido que a comunidade tem suas divisões que apesar de existirem, não os separam completamente. Ainda na praia, nos momentos de trabalho, é possível vê-los juntos e de forma cooperante. Laertes e Zé são inclusive convidados a almoçar e tomar o café da tarde com Dona Leonor depois do trabalho.

Como já dito aqui, os “pescadores sozinhos” em sua maioria são divorciados ou separados. A Estação Ecológica da Ilha do Mel parece também ter separado famílias. Como as crianças precisavam continuar a estudar, as mulheres passaram a morar em Paranaguá com os seus filhos. Os homens, por sua vez, ao não se adaptarem à vida da cidade, voltavam para a Ponta Oeste e para pesca artesanal. No entanto eles parecem permanecer “sozinhos”. A respeito de condições econômicas, sociais e psicológicas interferirem na constituição familiar, em “O Camponês e seu corpo” Bourdieu (2018) elabora uma etnografia em uma comunidade camponesa, na França, que, organizada pela primogenitura, vê aumentado o número de homens solteiros. A análise é feita durante os bailes que ocorriam no local. O autor nota, por exemplo, o comportamento dos homens solteiros que não sabiam dançar. Para ele, o camponês entende seu corpo enquanto um corpo rude e rústico, avesso à modernidade da cidade, modernidade essa atraente às mulheres ora mais afeitas aos modelos culturais citadinos. Aliado ao fato de

também, possuírem mais estudo, elas rechaçam o homem camponês, agora aquém das expectativas femininas.

O caso dos “pescadores sozinhos” pode, então, ser pensado a partir da análise de Bourdieu. Levando em conta não somente as ex-mulheres, mas também as ostreicultoras, nota-se que as mulheres que voltaram a Ponta Oeste tornaram-se lideranças e criaram estratégias rentáveis àquele modo de vida. Enquanto alguns pescadores sozinhos “pescam os peixes que comem”.

Em seu doutoramento, Carlos Sauthuk (2007), também relata a relação mulheres-escola e homens-pesca em uma vila de pescadores no Sucuruji-Amapá. O autor afirma que as mulheres são incentivadas pelos familiares a estudarem, enquanto os homens, apesar de também incentivados, são mais direcionados à pesca. Para Sauthuk, esse direcionamento está ligado à capacidade econômica de um núcleo familiar se sustentar. Enquanto os meninos podem somar a força de trabalho pesqueira, as meninas, por não afetarem de modo direto a economia da casa, são incentivadas a migrarem para cidade a fim de estudar.

Na Ponta Oeste, no entanto, apesar de as mulheres terem se tornado, de certo modo, cidadinas e verem concluídos seus estudos, ao que revelam em suas narrativas, parecem não ter sido incentivadas pelos pais a concluir suas formações. De fato, minhas interlocutoras revelam ter retomado os estudos, já aos 18 anos, em Paranaguá, por desejarem se educar e por também cuidarem de seus filhos sozinhas.

Dona Leonor conta que quando pequena, ao passear com seu pai em Paranaguá, passaram em frente a uma renomada escola. Ela então perguntou ao pai por que não poderia estudar naquele estabelecimento. Seu pai respondeu que aquela escola não era para pessoas como eles. Essa passagem, diz ela, reforça ainda mais seu orgulho por ter conseguido concluir seus estudos. Dona Dircéia, por sua vez, conta que vendeu sua coleção de livros para terminar os estudos. No entanto, apesar dessa leniência do pai, ele mesmo, no exercício de liderança política, acabou por incentivar as filhas a buscar o conhecimento.

Sauthuk (2007) ainda cita a discussão de Guedes (1991) a respeito das classes trabalhadoras urbanas que optaram por profissões que possuem algum envolvimento corporal, mesmo quando há outras opções. Assim como Sauthuk no Sucuruji, também noto na Ponta Oeste a escolha dos homens pela pesca, por se reconhecerem de forma identitária na atividade e por valorizarem o papel de provedor masculino enquanto pescador.

Na Ponta Oeste, em conversa com os pescadores e com as maricultoras, o ethos masculino parece estar vinculado ao movimento e a predação. Muito deles afirmaram não terem se adaptado ao cultivo por entenderem que a lida com as ostras *é muito parada* e por dar muito

trabalho. Uma referência à dinâmica séssil do trabalho do cultivo de ostras. Em um dos meus campos, conversei com Gabriel, que naquele momento estava ajudando Dona Leonor com o cultivo. Pergunto para ele se ele não sentia vontade de ter um cultivo de ostras e ele me respondeu:

Não, é que eu já me acostumei a pescar né. Depois meu irmão é sozinho, é ruim né, daí se ele for sair ele fica sem camarada e daí eu pesco com ele. Eu só to dando uma mãozinha para ela (Dona Leonor) aí só. Aí eu voltei a trabalhar com ele lá, fiquei com pena dele né. Pescar com anzol é perigoso, uma pessoa sozinha pescar lá no mar, lá tem que ser duas pessoas. (...) Pra isso (para lidar com o cultivo de ostra) tem que ter paciência. Tem que fazer a manutenção dele, limpar e limpa cada craca desse tamanho (faz um gesto mostrando com as mãos), cada craca grandona. Craca de costado de navio. Se não tiver paciência não trabalha com isso aí. Não trabalha porque dá muito trabalho. Trabalho mesmo é a manutenção dele. Isso aí tem que tar tirando, tirando as cracas (...) tirar as barba que fica ali, tirar tudo, tem que lavar tudo. Dá um trabalhinho. Pescar é...vem aí (no mar), durmo aí (em terra) e vai buscar o espinhel só amanhã né. Pesca dá um trabalho também. Procurar isca. Isca da trabalho, sai com rede aqui, põem num lugar não tem, tem que ir lá mais para frente. Esses dias foram três lanços pra poder pegar (...) tem dias que você se bate com a isca, tem vezes que é facinho.

Já as mulheres acreditam que o pescador não tem paciência para o cultivar das ostras que demoram alguns meses para maturação e colheita. Segundo elas, o pescador é imediatista, “quer agora”. Dona Dircéia me explica que:

Sabe, o pescador por natureza ela já é extrativista né, o agricultor não, ele planta e espera uma quantidade de meses para poder colher né, o pescador não ele é extrativista ele vai lá pesca e já dali vende e tal, então é giro rápido, então ele não tem essa disposição de ficar esperando seis meses, nove meses para fazer a colheita desde a primeira plantação. Eles participaram no início, mas depois abandonaram.

Por isso percebe-se que se o pescador da Ponta Oeste se reconhece no movimento da pesca. As maricultoras, por sua vez, identificam-se com a paciência necessária ao cultivo de ostras. Nota-se também que o trabalho no cultivo de ostra é relacionado ao plantio da terra, pois elas *esperam a colheita da primeira plantação* do cultivo, enquanto eles, impacientes, preferem a pesca.

Essa relação de “colher no mar” ou de agregar os dois domínios – mar e terra, parece remeter ao passado das mulheres da Ponta Oeste, da experiência da lida na terra. No entanto, apesar disso, essa relação não quer dizer que havia ou há segregação ou interdição de espaços territoriais por gênero, como notado por Bazzo (2010) em sua etnografia no Superagui, em que

nos dias de hoje³⁶ o mar é tido como um espaço eminentemente masculino. A autora revela que lá as mulheres não são autorizadas a pilotar as embarcações de seus maridos e ainda, quando gestantes, podem trazer mau agouro ao pescador. Assim como Bazzo (2010), Woortman (1991) revela que no litoral do Rio Grande do Norte, o mar também é tido como território masculino e em contraposição, a terra é de domínio feminino devido à prática da roça e da despesca.

Já na Ponta Oeste, o contrário parece acontecer. Nas conversas que tive com os nativos da Ponta da Coroazinha, o trabalho é descrito como uma atividade familiar, seja na terra ou no mar. As distinções de gênero mais marcantes, principalmente *no tempo dos antigos*, ficam por conta do preparo dos alimentos, sempre feitos pelas mulheres, quando essas são presentes nas famílias; enquanto o arregimentar famílias para a pesca e para a roça era um fazer masculino entendido de certa forma como uma tarefa política.

Desse modo, ainda que existam distinções na forma de homens e mulheres entenderem o trabalho no mar, não houve cisões ou interdições na prática laboral marítima. No entanto criaram diferentes formas de se fazer arranjos políticos. Devido à Estação Ecológica, o território da Ponta Oeste passou a ser controlado pelo estado. Com as proibições de cunho territorial, os pescadores tradicionais não puderam mais recrutar outras famílias para se engajar na pesca e na roça. A terra agora não pode ser mais compartilhada nem para moradia, nem para os cultivos da roça. Com o vilarejo em processo de desmantelamento, o continente acabou por apontar uma solução. Porém, a maioria volta só, casados ou não. A Ponta Oeste os tornara pescadores mais uma vez, no entanto, sozinhos.

Na corrente contrária, as mulheres voltam para o vilarejo da Ponta da Coroazinha, e como seus pais, referências masculinas, buscam camaradas para garantir o direito ao labor marítimo e ao território por meio de parcerias com pesquisadores e com alguns órgãos do estado. O fazer político feito pelo pai para arregimentar famílias de pescadores para as campanhas de pesca, agora aparecem na sabedoria refinada do acolhimento ao parceiro estrangeiro. Na impossibilidade de novas casas, os quartos disponíveis acolhem pesquisas, as fartas mesas de generosas refeições tradicionalmente preparadas pelas mulheres da vila, assim como nos mutirões, agora compartilham e cultivam a troca de saberes, de ideias de projetos de futuro que são ensinados, ao seu próprio modo aos netos e netas, a juventude frequentadora da

³⁶ Juliana Bazzo descreve em sua dissertação que a pesca no Superagui antigamente era feita pelos casais, logo homens e mulheres pescavam juntos em canoas a remo. No entanto, a introdução do barco a motor no labor pesqueiro permitiu que as violentas ondas da barra fossem transpostas pelos motores dos barcos. Diante do iminente perigo do naufrágio, as mulheres passaram a não participar mais das pescarias e em oposição a força das ondas e a coragem dos homens se tornaram fracas e frágeis, transformando assim o mar de fora em um espaço eminentemente masculino.

Ponta Oeste. Em vez de mandioca, a ostra. As cozinhas tornaram-se símbolo do acolhimento, da receptividade das maricultoras. Tornaram-se o local do fazer político.

Christine Scallier (1999), revela como as mulheres de pescadores da praia de Nazaré, em Portugal, estabeleceram importantes estratégias para se passar os momentos de maiores dificuldades econômicas. Entre o feitiço de artesanato, venda legal e ilegal de peixes e pelo turismo, essas mulheres passaram a ter o controle da economia do vilarejo local por irem vender e oferecer seus produtos no centro da cidade. A autora então afirma que se os homens são do mar, as mulheres são da terra e do dinheiro e descreve o turismo como uma atividade vinculada a essas mulheres. Na Ponta Oeste, assim como em Nazaré, são as mulheres que dão conta do turismo embarcado ao servirem as ostras produzidas por elas. Além do mais, são elas também responsáveis por criarem estratégias para o enfrentamento das dificuldades vividas pelo vilarejo. Em Nazaré os tempos difíceis se traduzem na falta de dinheiro, já na Ponta da Coroazinha são as incertezas jurídicas e políticas relacionadas as normativas estatais que os fazem viver dias difíceis.

Se a implantação da Estação Ecológica da Ilha do Mel produziu dicotomias e separações nas organizações sociais do vilarejo, o mar torna a uni-los. Homens e mulheres foram criados com os pés salgados e molhados do mar da praia da Ponta Oeste e ainda hoje assim o é. Apesar de pescadores e ostreicultoras ocuparem espaços distintos na praia, o trabalho no mar os aproxima. A pesca, atividade fundadora da Ponta Oeste, é ofício de todos e todas e sua principal característica ali é a cooperação. Quando necessário, alguns pescadores costumam somar esforços à lida do cultivo. Esse apoio é dado apenas temporariamente e dele é repartido o quinhão em dinheiro dos dias cooperados. É comum ver alguns deles dividindo o peixe ou a mesa no momento das refeições. Há cooperação também para os deslocamentos entre a Ponta Oeste e Paranaguá, momento em que caronas são fornecidas e para o empréstimo de petrechos de pesca.

A cooperação da pesca é notada também entre os pescadores e maricultoras da Ponta Oeste com outros pescadores artesanais “de fora”. Dona Dircéia e Gabriel me contaram a respeito de um barco que ao passar em frente à praia da Ponta Oeste encontrou um grande cardume de sardinhas xingó que rondavam os cultivos de ostra. Os pescadores embarcados tiveram a anuência dos trabalhadores e trabalhadoras da Ponta Oeste que estavam na praia e torceram para que eles conseguissem pescar o cardume. O que se conta é que apesar das várias tentativas, o cardume não foi capturado e que uma nova tentativa seria feita na manhã seguinte.

A cooperação parece então característica intrínseca à pesca artesanal, atividade fundadora da Ponta da Coroazinha. Um vilarejo que hoje conta com cerca de vinte e cinco

peessoas, homens e mulheres que dividem esse território, memórias e saberes que foram construídos e organizados pela via do parentesco. Por isso, pode-se afirmar que o mar domínio primordial da vida insular, acaba por organizar e reelaborar as socialidades existentes no vilarejo. O trabalho da pesca, e mesmo o da roça, tem como característica o labor coletivo e familiar. Nota-se que os pescadores costumam ter como camaradas de pesca seus irmãos e primos, o mesmo ocorre no cultivo das ostras que tem sua manutenção garantida por laços familiares entre as mulheres.

O trabalho no Mar na Ponta Oeste é ainda produto da tradição pesqueira local. Filhos e filhas de pescadores e pescadoras, a pesca tem sua prática como produto de uma sabedoria que é passada de pai para filho. Uma forma de conhecimento que vai além das técnicas de captura do peixe. Saber ler o mar, ambiente dinâmico e muitas vezes perigoso, exige um corpo atento e senciante (Rainho, 2015). Acompanhar as dinâmicas dos baixios de areia móveis submersos pelos mar de mares ainda não navegados é produto também das socialidades marítimas, da camaradagem do pescador desconhecido que divide o mesmo dilema, o de voltar para casa em segurança.

Segundo Furtado (1987) apud Ramalho (2012), a pesca tradicional “situa-se a lógica de transmissão do saber-fazer, seu sistema de organização e de cooperação produtivas típico de uma cultura do trabalho artesanal, que depende da renovação contínua das tradições orais” (p.87). É então diante desse universo de saberes, sempre em construção, que homens e mulheres organizam a vida social na Ponta Oeste. Compartilham de um território que guarda as memórias de um vilarejo pretérito que hoje negociam um futuro.

2.4 - A infância ilhéu, conhecimento e política.

Para se chegar ao vilarejo da Ponta Oeste, não se pode ter medo de água. Sem trapiche, apenas os barqueiros experientes conseguem colocar seus barcos em águas rasas, um esforçado gesto de gentileza ao visitante desajeitado, que mesmo com tal cordialidade nativa ainda chega na praia todo molhado.

Vencido o primeiro obstáculo, o curioso olhar do estrangeiro espreita a paisagem. Com os pés já na areia da praia banhada por águas calmas, a primeira coisa que se nota são os ranchos de pesca e de ostra que demarcam o final da praia e o início da restinga que some num pequeno corpo d'água vermelha-férrica. Sobre o pequeno rio e ao lado dos ranchos, longas e estreitas pontes de madeira levam o visitante para dentro do vilarejo que se esconde do olhar curioso.

Uma vez dentro do pequeno povoado, são as casas que agora surpreendem. Coloridas e em sua maioria feitas de madeira, elas se espalham pelo território, orientadas pela linha da praia, mas de maneira quase aleatória. Suas portas e varandas ficam todas de frente para o mar, enquanto os fundos dão para o *mato*: a Estação Ecológica da Ilha do Mel.

A primeira caminhada por dentro do vilarejo da Ponta Oeste nos dá pequenas pistas sobre a dinâmica da vida de seus moradores. Nota-se um certo silêncio que revela o intrínseco, o privado, o caseiro, o íntimo da vida rotineira da Ponta Oeste. Escuta-se alguma panela de pressão ligada, o barulho da lida dentro de casa, as marteladas do concerto da casa ou da canoa, os galos cantando, conversas de gente e de bicho, que se misturam aos timbres que o *centro da mata* ressoa a cada estralo de árvore torcida pelo vento. Mas, diferente dos outros povoados da Ilha, não se ouve barulho de crianças e de cachorros.

O olhar atento nota que entre as moradias existem pequenas e finas trilhas, marcas quase imperceptíveis, feitas dos deslocamentos dos moradores pelo vilarejo. Essas trilhas compõem diferentes arranjos de linhas no chão. São as linhas da sociabilidade, que, para minha surpresa, também se comunicam a imensas árvores que dividem o território da Ponta Oeste com seus moradores.

Essas árvores chamam a atenção pela altura e tamanho de suas copas. Olhando de longe parecem dar redes de pesca e balanços como frutos. O velho e frondoso sombreiro tem pendurados em seus galhos longas redes de pesca e balanços de corda. Caminhando um pouco mais a frente, vê-se outra casa de madeira, o quintal organizado, divide o espaço com enormes bichos coloridos; caranguejos, pássaros e jacarés confeccionados de pneus de carro, todos trazidos pelas marés na praia da Ponta Oeste. No meio desse jardim surrealista, uma árvore, e nela mais balanços.

A imagem dos bichos coloridos e das árvores cheias de balanços, mas sem crianças penduradas neles me trouxe um sentimento de estranha nostalgia. Claramente, crianças não moravam ou moram na Ponta Oeste, mas suas presenças estão lá, mesmo que marcadas pelas suas ausências. De fato, quando aportei na Ponta da Coroazinha, fui recepcionada pelas mulheres ostreiculturas e, ao ir conhecendo seus moradores, notei que a Ponta Oeste é território de avôs e avós. Os balanços nas árvores contrastam com a ausência do barulho de crianças e cachorros, tão comuns em outros povoados da Ilha. Mas as pequenas aparecem nas férias de julho e dezembro e nos feriados escolares. As crias chegam junto com as festividades que ainda ocorrem na Ponta Oeste durante esses períodos.

O fato de a população da Ponta da Coroazinha ter em média sessenta e cinco anos acabou por trazer a essa pesquisa uma rede de memórias que acionam, entre outros fatos, as infâncias

desses moradores. Essas reminiscências produzem diferentes realidades que se distinguem e se relacionam nesse território. Mas o contato com essas memórias me fez passar muito tempo olhando a infância como uma categoria do pretérito, um fragmento do tempo passado. Somente com a ida de minha filha Marina a Ponta Oeste, em um dos meus campos, a infância passou a ser uma categoria de análise para o presente e para o futuro.

Interessado em pensar sobre os processos de produção de conhecimento no mundo da pesca lacustre e costeira, Sauthuk (2015) guiou-se pela noção ingoldiana de Skill, um conceito que se orienta pelas habilidades apreendidas por meio de um campo de relações, as quais Sauthuk propõe que sejam, também, humanas e não humanas. Além disso, para falar sobre conhecimento e construção de pessoa, o pesquisador utiliza como referência as relações e o cotidiano das crianças e dos jovens da vila do Sucuruji para entender de quais formas eles são introduzidos, ou não, aos distintos tipos de pesca. Portanto, infância, construção de pessoa e conhecimento compõem, de certo modo, a base da análise de Sauthuk (2015).

Noto então que essa tríade analítica oferece bons arranjos para se pensar o futuro da Ponta Oeste. Em parte, porque ainda não tinha me dado conta o quanto a infância é parte da equação que pressupõe conhecimento e construção de pessoa como analisa Cohn (2013). Há então na Ponta Oeste duas infâncias latentes aos olhos dessa pesquisa. A infância das memórias do *tempo dos libertos* contadas a mim pelos pescadores e maricultoras e a infância dos seus netos e bisnetos vivida no tempo de agora. No entanto, apesar de cerca de meio século de diferença, essas infâncias se encontram no tempo presente pela construção de pessoa e pelas vias do parentesco. Desse modo, a presença infante no vilarejo me provoca a pensar o lugar da infância na Ponta Oeste, e mais, quais significados ela assume nos dias de hoje e nos projetos de futuro do povoado, pois hoje certamente os netos e bisnetos da Ponta Oeste estão crescendo em um contexto de *luta* pelo território que foi cenário da infância dos seus avôs e avós.

Além do mais, segundo os moradores da Ponta Oeste, o desligamento da escola do povoado foi o principal motivo da diáspora de muitas famílias e da separação de outras. A busca pelo conhecimento formal, escolar, para os filhos da Ponta Oeste no continente produziu novas dinâmicas familiares e territoriais que ainda hoje são notadas na forma social dos nativos e nativas se relacionarem.

Percebo isso ao notar que apenas conheci os netos e netas das maricultoras e não dos pescadores. Em parte, imagino que isso tenha ocorrido porque o cuidado com as crianças e com a casa é do fazer feminino. Já os pescadores sozinhos, não têm esse tipo de preocupação, pois seus filhos e netos estão com as mães e avós e ficam em Paranaguá. O que justifica o fato de

que poucos contam com seus filhos para a atividade da pesca, enquanto as maricultoras já introduzem suas crianças, mesmo que de forma breve, em suas práticas do cultivo.

Então, é com a chegada de minha filha na Ponta Oeste que a infância deixou de ser pretérita para se tornar um vislumbrar do tempo de agora, do futuro. Além disso, crianças e jovens da Ponta Oeste nos ajudam a entender, como mostrou Sauthuck (2015), de que modo esse universo insular constrói, também, pessoas. Não só pelo que podem vir a ser, mas principalmente pelo que são (Cohn, 2013).

Marina, minha filha de onze anos, devido as férias escolares participou de um de meus campos, o feito em julho. Ao aportarmos na Ponta Oeste, percebo que há na praia outras crianças brincando. Marina logo se interessa por um grupo de meninas que estavam sentadas em uma das pontes que ligam a cozinha de Dona Dircéia à areia. Acompanho minha filha até elas e descobrimos que estão caçando siris no pequeno rio que acompanha a praia da Ponta Oeste. Algumas estão dentro do córrego com a água até as canelas e com alguns copos na mão enquanto outras estão sentadas em cima da ponte observando e opinando sobre a ação das colegas. A ideia era prender os bichos dentro dos copos e até o meio da tarde muitos desses pequenos crustáceos seriam pegos e devolvidos ao rio por elas.

A tarefa parece simples, mas não era nada fácil, a água vermelha do rio é translúcida o suficiente para se ver o fundo que é composto de vegetação de restinga e de areia. Porém, entre os galhos não só siris se escondem. Em um outro dia, em mais uma caçada aos bichos, as crianças saem todas correndo e gritando do rio e da ponte. A caçada acabou por descobrir uma cobra. O encontro com o réptil, no entanto, não foi motivo para afastá-los do rio. No momento seguinte, todos estavam em cima da ponte cutucando os bichos com finos galhos. Alguns adultos assistiam a brincadeira, mas em momento algum os repreenderam³⁷.

Em outro momento, vejo Marina e Matheus brincarem nas canoas apoitadas na areia. Passaram a tarde toda subindo e descendo da canoa que estava na beira da água do mar, mas ancorada na areia. No balanço das ondas, o equilíbrio e a mobilidade dos dois iam ganhando segurança. Conforme a maré baixava, os dois desciam da canoa e juntos empurravam a ancora para baixo, para que a canoa não ficasse *no seco*. Matheus tem cinco anos e me contou que vai ser pescador, vai ter o seu próprio barco para levar e buscar e sua bizavô, maricultora, com quem quer trabalhar no mar.

³⁷ A presença de cobras na Ponta Oeste não parece amedrontar nem as crianças e nem os adultos, é comum, segundo um dos pescadores com quem conversei, encontrar jararacas enrolada nos geradores, nos barracos de pesca ou perto das casas. É por esse motivo que a varredura das áreas próximas as casas são frequentes, sem a serapilheira das árvores as cobras não se sentem protegidas para se esconder.

Nos dias em que Marina me acompanhou em campo, ela transitou por diferentes situações na Ponta Oeste. Quando entediada, ajudava Dona Dircéia a atender os turistas, levava as bandejas com as ostras até os quiosques, brincou com as crianças e se pendurou nos balanços e nos galhos das árvores. Além de estar sempre atenta aos fatos do campo, minha responsabilidade como mãe me deixou também atenta às andanças da Marina pela vila. É pelas relações dela que passo a notar com mais atenção as crianças da Ponta Oeste. Presentes nas férias, são elas, segundo as mulheres ostreicultoras, o motivo das festas juninas, das festividades da páscoa.

Quando na Ponta Oeste, as crianças ficam soltas pela praia e pela mata, passam o dia dividindo o tempo entre os mergulhos no mar, as brincadeiras na canoa, na ponte e as brincadeiras na praia. Às vezes são incluídas em uma outra atividade da lida do cultivo e o dia é vivido *liberto*, lá fora, na praia, no mar. Em um dos meus campos feitos em novembro, época das butucas, as crianças continuavam a brincar na praia e entre as casas como se as moscas não as importunassem. Apenas nessa situação notei as mulheres as chamando, inutilmente, a atenção para que colocassem roupas cumpridas ou entrassem em casa. Durante a noite as vi conectadas na internet ouvindo e cantando pop coreano, febre entre os adolescentes do continente. A brincadeira dura pouco, pois o sinal da internet na Ponta Oeste é ruim. Se distraem então vendo televisão enquanto o gerador ainda está ligado e, como todos, vão dormir cedo ao final da novela.

Ainda sobre os netos da Ponta Oeste, durante meu último campo eu e Lauro, meu parceiro, ficamos próximos de João, neto de Dona Dircéia. Em nossas andanças com ele pela Ponta Oeste, João nos ensinou muito. Sempre atento, nos apontava os peixes próximos de nós enquanto fugíamos das mutucas em banhos de mar. Por mais que ele nos mostrasse, apontasse e ensinasse a forma da água respingar, nós não ouvíamos e nem víamos os peixes, já João contava cardumes. Ótimo navegador e já familiarizado com a lida com os barcos e suas entranhas, ele quer ser mecânico de barcos. Neto de maricultora e filha de *barqueira*, a baía de Paranaguá é seu quintal de casa, pois como todos os jovens da Ponta Oeste, João estuda em Paranaguá, mas divide seu tempo também na Ilha das Peças, pois sua mãe é a mestre do barco de linha de Peças para Paranaguá. Aos finais de semana João costuma ficar com a avó. Agora aos seus catorze anos, nada mais naquele território parece lhe ser desconhecido, por isso sempre que pode, ajuda a avó na lida do cultivo.

Acompanhar as crianças e principalmente o João pela Ponta Oeste trouxe para essa pesquisa a possibilidade de se pensar sobre a construção de pessoa e o futuro da Ponta Oeste. Nos dias de hoje, impedidos pela lei, os filhos, já adultos, não podem morar ou herdar as casas

que são de seus pais e que estão na Ponta Oeste. Por isso, muitos deles moram em Paranaguá e ficam em constante trânsito entre o continente e a Ilha. Foram criados nesse ir e vir e agora também criam seus filhos nesse movimento.

Diferente dos pescadores que conversei, os filhos das maricultoras continuam a trabalhar com atividades que envolvem o mar. Sejam em travessias, portos ou na pesca, a maioria deles, assim como seus pais, são trabalhadores do mar. A relação com o mar parece então ser uma categoria para se considerar a cosmologia da Ponta Oeste. Nele se atravessa para ir e para voltar, se pesca e se cultiva. Portanto, é parte fundamental do *ser* insular, do morador da Ponta Oeste.

Diegues (1999) afirma que “se o mar é sempre nas representações do território, ele o é como fronteira e limite. Habitar uma ilha é viver numa terra irremediavelmente limitada”. Em oposição a essa afirmativa, o mar que cerca a Ponta Oeste não parece limitá-los, mas sim comunicar. Na Ponta Oeste o mar é meio e não fim. É pela imensa Baía de Paranaguá que seus moradores se especializaram no domínio da pesca, é por ela também que relações políticas vêm se desenvolvendo desde a troca das espécies de mandioca até a acolhida das pesquisas.

Por isso, as famílias ligadas à Ponta Oeste construíram ao seu próprio modo uma forma de *ser marítimo* que se relaciona com o conhecimento adquirido na lida da pesca, da roça e nos deslocamentos necessários à manutenção de suas vidas. É a mobilidade, sobretudo marítima, inerente à territorialidade do nativo da Ponta Oeste, que firma até os dias de hoje os projetos de futuro. Essa mesma mobilidade que é ressignificada por alguns segmentos do estado como aculturação. Como se em cada partida de um morador da Ponta Oeste, ou até mesmo da própria ilha, para o continente os descaracterizasse de sua identidade nativa. Uma forma de compreender uma mobilidade que, aos olhos desses segmentos do estado, só é feita de partidas e não de retornos. É o que se deixa para trás. Um discurso que quer tornar continental e urbano o itinerante ilhéu das Baías de Paranaguá, Lorangeiras e do Canal do Varadouro.

É então no movimento que a vida na Ponta Oeste foi e é fundada. Feito o Kula de Malinowski (1997), as trocas sociais e políticas ocorrem pela mobilidade de seres insulares, que por sua vez nunca estiveram isolados, ilhados. Nesse sentido acompanho a análise de Martins (2018) que ao pesquisar o fandango no litoral do Paraná revela uma Baía que comunica, fomenta a troca e une seus moradores.

Esse deslocar-se, essa mobilidade que produz coisas, também constrói pessoas. Os mais novos desfrutam de suas infâncias nas águas calmas da praia da Ponta Oeste, mas de certa maneira já acompanham nas idas e vindas as história e memórias que instituíram os *tempos de luta*. Durante uma noite, na qual Dona Leonor me contava sobre a história *da luta* para implantar

o cultivo, suas netas nos rodeavam na mesa. Era perceptível que a minha curiosidade sobre a história de Dona Leonor era o que as deixava curiosas. Enquanto acompanhavam a conversa, as meninas pegaram no sono ouvindo Dona Leonor me contar os fazeres da *luta*. João, por sua vez, me conta sobre a força que tem as mulheres da Ponta Oeste, e com orgulho fala sobre avó e sua mãe e tias, exemplos para ele. Vale lembrar que a mãe do João é a primeira barqueira mulher do litoral do Paraná.

A maritimidade é parte do nativo da Ponta Oeste e também relação com a terra. Ser ilhéu na Ponta Oeste é ser “marítimo-terra”, transitar entre o seco e o molhado sem dividir os domínios territoriais. Trata-se de uma territorialidade centrada entre o mar, *o centro da mata*³⁸ e o continente que compõe diferentes saberes negociados a cada nova geração. Filhos, netos e bisnetos da Ponta da Coroazinha, hoje, não possuem direitos sobre o território da Ponta Oeste, e, diferente das relações laborais que criaram com o oceano, não poderão contar com a tradição da roça para seu sustento, devido às proibições jurídicas de cunho ambiental. O território das três últimas gerações da Ponta Oeste é território transitório, lugar do incerto e da *luta*. Talvez por isso desenvolveram ao seu modo o seu saber fazer marítimo, seja na lida da ostra ou do pescado, na navegação ou trabalhando nas plataformas de petróleo. Um saber que se reinventou e que hoje tem como realidade não os mutirões ou fandangos, mas o turismo, a pesquisa, a pesca, a ostra e as oportunidades que o continente também pode oferecer.

O futuro na Ponta Oeste então é garantido pelos mais velhos. Matriarcas e patriarcas de famílias que se mantêm em trânsito para garantir esse território. Além do quê, alguns moradores da Ponta Oeste já são aposentados e do mar garantem não só sua segurança financeira como também a tradição do labor marítimo. Por sua vez, os mais velhos possuem, paradoxalmente, o tempo a seu favor. Sem a infraestrutura necessária, filhos e netos não têm como ficar na Ponta Oeste mais do que temporadas, principalmente porque as crianças precisam ir para escola e na Ponta Oeste o conhecimento infantil formal, desde a implantação da Estação Ecológica, é continental.

No entanto, se os saberes escolares ocorrem no continente, o conhecimento que constrói pessoa na Ponta Oeste se faz, também, no mar, por meio dos seus seres e na mobilidade que

³⁸ O “Centro da mata” aparece como uma categoria territorial na Ponta Oeste. Faz referência ao centro da Ilha e ao mesmo tempo é oposição ao mar. No “Centro da mata” memórias do tempo da roça são lembradas, assim como localização de alguns corpos d’água que se encontram dentro da floresta, hoje Estação Ecológica da Ilha do Mel. A mesma categoria é descrita na comunidade de Amparo, também localizada na Baía de Paranaguá. Em Amparo, segundo dissertação de Priscila Onório Figueira (2014) o “centro do mato” é a categoria que faz referência ao “sítio” e as memórias dos *caboclos*. Denominação nativa de Amparo que se refere a miscigenação entre índios, portugueses. Em Ponta Oeste, *caboclo* é o termo que se refere aos negros e indígenas que compõe a miscigenação dos antepassados da comunidade. *Caboclos* também pode ser uma referência aos escravos que habitaram a Ilha no passado.

promove, na praia, dentro e envolta das cozinhas. Com essa lógica me aproximo da ideia de Mantovanelli (2016) que utiliza as noções de casa, parentesco e comensalidade para pensar construção de pessoa nas mulheres Xicrin, da Terra indígena Trincheira- Bacajá. A autora revela que para os Xicrin – Mebêngôkre, a casa ultrapassa a noção de um espaço arquitetônico ou de um lugar utilizado só para habitação. Para essa etnia, a casa é um meio de formação, crescimento e nutrimento das pessoas, além de ser o local que circula valores e comportamentos.

Na Ponta Oeste, a infância e a juventude quando presente, circula em volta das mulheres, principalmente das avós, que por sua vez passam o dia transitando entre os cultivos e suas cozinhas. Esses lugares são marcados pela transformação do pescado ou da coleta de ostras em alimento. E é o alimento preparado e compartilhado por elas o motivo das mesas cheias de pessoas e parentes e é nesse momento que muitas discussões importantes ao povoado ocorrem.

Logo, nos dias de hoje após a proibição dos cultivos na terra, é possível afirmar que mar, praia e cozinha são ambientes e agentes fundamentais na construção de pessoa na Ponta da Coroazinha. São domínios femininos que por sua vez permitem que as crianças transitem libertas nesses espaços, de modo que possam descobrir as potencialidades de seus corpos nesse ambiente. Por essa perspectiva, o mar deixa de ser território eminentemente masculino, como visto em outras etnografias sobre a pesca, para ser também o ambiente onde mulheres e crianças produzem projetos de futuro.

2.5: Considerações finais.

Na Ponta Oeste as mulheres atravessam o mar para inventar novas formas de firmar território. Elas lutam e buscam pelo conhecimento. Conhecimento esse que antes, no tempo dos antigos, era signatário de uma fazer masculino, seja de cunho político ou formal. Porém, nos dias que correm, conhecer é ferramenta para luta. E essa relação é forjada no movimento, no mar, no ir e vir do ser ilhéu, que agora pós instalação da Estação Ecológica da Ilha do Mel, busca, leva e traz mais do que peixes e ostras. Por outro lado, se a instauração da Estação Ecológica acabou por produzir mais movimento entre as mulheres, entre os homens o empreendimento produziu outras configurações. A vida no continente os torna mais pescadores, mais ilhéus. Mas vivem sozinhos, longe de suas mulheres e filhos.

No entanto é na companhia de seus camaradas de pesca que reside alguma configuração de família. É no movimento do mar que homens e mulheres firmam

território na Ponta Oeste e superam o que os diferem. O mar na Ponta da Corozinha é signatário de cooperação, de trabalho, de família, de movimento e paciência. Por meio dele também as crianças, netos e netas, são introduzidas à vida na Ponta Oeste, seguindo os passos paciosos das mulheres que cultivam fazeres políticos.

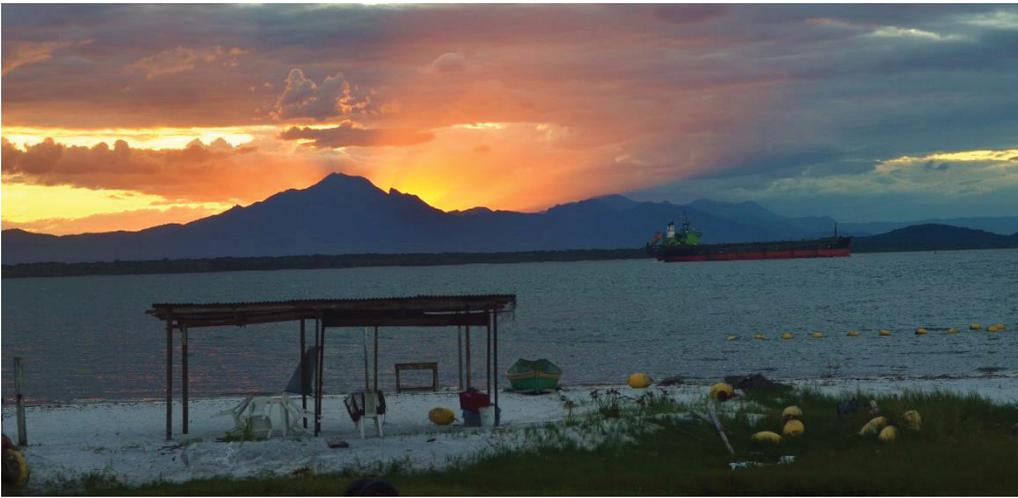
PRANCHA DE FOTOS 2:

Figura 10: Rancho das ostreicultoras. Ao fundo navio graneleiro.



Figura 11: Ao fundo a cozinha e no primeiro plano o rancho e a canoa das ostreicultoras.



Figura 12: Ranchos de ostras no primeiro plano e ao fundo ranchos de pesca.



Figura 13: Dona Leonor limpando uma tainha.



Figura 14: Na imagem superior, criança brincando na canoa e ao fundo cultivos de ostra. Imagem superior, simulação de pesca na ponte.



Figura 15: Ranchos de pesca da Ponta Oeste, à esquerda. À direita, Gabriel pescador tradicional.



Figura 16: À direita Rede de pesca secando ao sol. À esquerda, moradias dos pescadores.



Figura 17: À direita árvore com balanços. À esquerda, tronco ornamentado com o lixo marinho.



Figura 18: Imagem superior, maricultora com suas netas em seu rancho. Ao fundo plataforma da Techint. Imagem inferior, a draga em operação.

CAPÍTULO 3: MULHERES E OSTRAS.

3.1 - Ostra e memórias.

Cai a noite, os geradores da Ponta Oeste já estão ligados e fazem coro junto aos grilos. Como é novembro está calor e todos aproveitam a noite para relaxar, principalmente porque as butucas foram embora, motivo pelo qual todos passaram o dia ou dentro de casa ou se batendo incessantemente por causa delas. Estou voltando da casa de Dona Leonor e sigo na escuridão pela beira da praia até a luz da cozinha de Dona Dircéia. No meio do caminho, quando me direciono à ponte que conduz a cozinha, escuto uma gargalhada. Me assusto. Para a minha surpresa era João, neto de Dona Dircéia deitado em uma mesa de madeira no quiosque de ostra. Estava se divertindo assistindo a um vídeo pelo celular, de modo que era possível ver a luz do aparelho refletindo no rosto do menino no meio da escuridão. Cumprimento-o e escuto Dona Dircéia chamar. “Venham comer !!”.

Fomos os dois pela ponte e nos deparamos com a mesa posta. Há na mesa feijão, arroz, peixe frito e uma forma com muitas ostras gratinadas. Sentamos todos à mesa e espero que meus anfitriões se sirvam, Dona Dircéia insiste pra que eu me sirva de modo que começo pelas ostras. Gratinadas, elas são servidas dentro das conchas e cobertas por um molho que lembra cream cheese, preparadas por ela mesma o acompanhamento da iguaria, segundo ela, é segredo de cozinheira. Enquanto saboreava as ostras, não pude deixar de notar que João tirava com o garfo a ostra da concha e na mesma garfada a misturava com arroz e feijão. A forma como João comia me fez notar que a ostra era complemento do prato principal, portanto um alimento que compunha e compõe os hábitos alimentares do dia-a-dia dessas pessoas há muito tempo.

A ostra, o feijão e o arroz em uma mesma garfada de João, neto de Dona Dircéia, despertaram-me para pensar os preparos alimentares dentro das cozinhas pelas maricultoras. Como já mencionado antes, as cozinhas dessas mulheres são importantes domínios de produção de territorialidade e de construção de pessoa. Entre outros alimentos, são preparados pelas mulheres os peixes e ostras que são retirados ali mesmo da praia da Ponta Oeste. Para que se tornem saborosos alimentos, antes é preciso conhecer a ecologia desses seres para que possam ser predados e preparados. Conhecimento esse que acabam por revelar uma cosmologia que se perpetua desde as técnicas de pesca até as técnicas culinárias.

Por isso, para pensar sobre as estratégias de garantia desse território acredito ser importante olhar para o que as cozinhas e suas cozinheiras produzem e as diferentes formas de

consumir o alimento ali preparado. As formas de se consumir e preparar a ostra e outros alimentos despertam para as histórias e memórias vividas pelos moradores da Ponta Oeste. Dessa perspectiva, ostra é também cultura, conhecimento e ambiente. Espécie presente no limiar de ambientes aquáticos e terrestres dos territórios da Ponta Oeste, esse ser sempre esteve presente no dia -a – dia do nativo ilhéu.

O comer a ostra com arroz e feijão na mesma garfada refere-se às corriqueiras vivências alimentares típicas do cotidiano, diz respeito às lembranças dos preparos costumeiros feitos na banalidade do dia-a-dia ilhéu. Uma forma de alimentação diferente daquela que ocorre associada aos rituais, festividades religiosas e ocasiões comemorativas. Segundo Mintz (2001) apud Amon&Menasch (2008) “o comportamento relativo à comida revela repetidamente a cultura em que cada um está inserido”.

Diante disso, pretendo aqui uma análise a respeito da ostra, suas formas de consumo e preparo pelas maricultoras. Para isso, lanço mão da ideia de comida e de sua dimensão comunicativa, já aludida por Lévi – Strauss (1979) e Woortman (2013), mas abordada aqui pelo conceito de “descobrir-caminho” de Ingold (2005). Isso porque acredito que as cozinhas da Ponta Oeste são, também, extensões dos movimentos e deslocamentos vividos pela sua comunidade. O peixe que chega para ser preparado traz consigo a história do pescador e do mar, a ostra que assa no forno conta consigo a história do lugar de onde veio e de quem a coletou. Dessa forma a comida preparada nas cozinhas da Ponta Oeste recontam uma história de uma jornada e retraza seus passos, os passos dos ancestrais que efetuaram a jornada no caminho. (INGOLD, 2005). O antropólogo Tim Ingold (2005) em “Jornadas ao longo de um caminho de vida – mapas, descobrir-caminho e navegação” utiliza a ideia de história que conta caminhos para contestar a ideia de mapeamento que a cartografia ocidental empregou como método. Acredito então que o conceito elaborado por Ingold de *movimento e suas histórias* possa ajudar a mapear as memórias provenientes da comida e de todo o processo que envolve – do pescar, colher ou cultivar – até chegar ao prato de quem come para então “comunicar cultura”.

Fico sabendo assim, diante da forma de João comer a ostra, que antigamente na Ponta Oeste a ostra também era presente. Mesmo antes dos cultivos, os moluscos eram coletados das raízes dos mangues, principalmente do Rio do Hospital e do Rio Fundo e eram consumidos ali mesmo. Mas podiam também ser colhidas em quantidade para que fossem consumidas durante as refeições, gratinadas ou cruas as ostras eram “mistura” e garantia de comida na mesa. Sobre isso Dona Leonor me conta que tanto as ostras como sururus (pequenos mexilhões) eram espécies em abundância na Ilha do Mel. As conchas amontoadas ali perto da Ponta Oeste,

segundo ela, já provavam que se consumia esse tipo de molusco há muito tempo na ilha – eram os sambaquis.

Dona Leonor revela ainda que as ostras eram consumidas da mesma forma como João as comeu nas refeições do almoço e também no café da tarde. Mas que alguns acompanhamentos que hoje são presentes no preparo não existiam àquela época.

(Pegava ostra) para fazer no almoço, para tomar com café. Ostra assada para comer com café e farinha. É... ostra com farinha (de mandioca) e café. Muito gostoso (termina sua fala rindo divertidamente)”

Era diferente (de como se consome hoje). Para gente comer só cozinhava e assava. Passava ela no fogo (...) lavava bem e depois colocava na panela e depois naquele caldo colocava o arroz ali e colocava a ostra desmariscada (...) o queijo (referindo-se ao queijo ralado e ao molho de queijo que acompanha as ostras gratinadas feitas hoje) a gente tá usando agora com essa nova criação de ostra. Mas antigamente não se usava essas coisas não.

Além disso, Dona Leonor ainda revela que os almoços eram em família. Todas as crianças sentadas à mesa sob os cuidados do pai e da mãe que, por sua vez, sentavam-se cada um em uma ponta da mesa. O preparo da comida ficava ao encargo principalmente das mulheres, enquanto apenas “os homens sozinhos” preparavam seu próprio alimento. Ela se lembra ainda que começou a cozinhar aos doze anos, mas que nessa época ainda participava mais das pescarias e do trabalho na roça do que do preparo da comida. O hábito de sentar-se à mesa, porém, é lembrado em contraste com as refeições que eram feitas no chão, em volta da fogueira na casa de seu tio Domingos.

Na casa do meu tio Domingos era diferente. Era difícil eles sentarem ...Porque daí lá na casa dele era tudo banquinho né. Ai cada um sentava num banquinho assim, mas em volta do fogo sabe. O fogo dele era no chão. E daí tudo feito à mão: as bandejas para pôr farinha era tudo feito também de madeira né. Eles cavucavam com enxó e daí ali eles faziam as gamelas de madeira as tigelas. Ai ela colocava (...) aquela quantidade de ostra para assar. Ela colocava uma chapa (em cima da fogueira de chão) e daí colocava as ostras para assar. Daí era cada um com uma bandejinha daquela pequena e com farinha, a ostra e o café.

Para Benemann (2017), o ato de comer junto torna-se um ato social e produz comunhão entre diferentes e iguais assim como os saberes e sabores compostos pela técnica e experiência culinária formam modos de ser e estar no mundo. A autora ainda afirma ao citar Contreras; Gracia Arnaiz, (2004) que o ato de comer e de como comer marca diferenças sociais e étnicas em determinados grupos sociais.

O “comer no chão em volta da fogueira” é descrito também por Kraemer (1978) na comunidade de Prainha, hoje Encantadas.

As habitações dos pescadores da Prainha, têm, usualmente uma peça apenas, paredes de madeira, telhado de palha e piso de tábuas. O fogo é feito no chão, num canto da casa. Em torno deste fogo a família se reúne para as refeições, para conversar ou dormir no tempo de inverno. O mobiliário é muito reduzido; a casa típica não possui camas, nem cadeiras, nem mesas nem armários. Há apenas pequenos bancos feitos por eles, com 15 centímetros de altura que utilizam para sentar junto ao fogo. Sentam-se também no chão e dormem sobre esteiras. Os utensílios de cozinha são pendurados na parede próximo ao local do fogo. Não há forro e o teto de palha geralmente é preto de fumaça. Tudo na casa cheira a fumaça. (p.61)

Kraemer interpreta esse gesto como “pobreza” a falta de móveis para a pesquisadora parece dizer mais sobre uma condição econômica do que sobre a cultura. Pensando no conceito de “fogo doméstico” e “unidade de comida” como unidade sociológica descrita por Tempass (2010, apud Goody, 1995)³⁹, arrisco aqui apontar que o fogo no chão das casas dos pescadores da Ilha do Mel diga muito mais sobre as heranças culturais herdadas dos antigos habitantes da Ilha, os Carijós, do que sobre a pobreza. Nessa mesma linha vejo também alguma relação entre as diferentes técnicas de preparar a mandioca na Ponta Oeste com a cultura indígena descrita como local e também com a presença dos “caboclos” que, segundo memórias dos nativos da Ponta Oeste, ajudaram a construir a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres.

Sobre isso Dona Leonor conta que tanto a farinha de mandioca quanto o café que compunham as refeições eram todos produzidos na Ponta Oeste, quando ainda se podia ter roças. A Mandioca aliás era um dos alimentos principais da culinária local. Era base do preparo da Mandiquera, bebida preparada e servida por sua mãe nos fandangos. Gabriel, pescador tradicional nativo da Ponta Oeste, conta que lembra dos moinhos para o preparo da mandioca na Ponta Oeste e me conta que lembra que o pai de seu avô era “caboclo”, que trabalhava muito na Fortaleza a ponto de ter que lidar nas suas pequenas roças durante a madrugada.

Dona Leonor também lembra de um bolo de farinha de mandioca feito pelo seu pai

Meu pai fazia bolo de farinha de mandioca sabe. Ele pegava a farinha de mandioca (...) molhava com farinha, eu não sei (eu não lembro), colocava ovos e ficava tão gostoso. Ele assava tudo na cinza. Ele fazia o fogo e depois assava na cinza para nós tomar café. Mais ficava uma delícia! O bolo de farinha, só farinha assim com ovos (...) Ele só moldava na mão assim e colocava na cinza. Aí depois de assado ele só batia a cinza e pronto. Mas daí quando saía, saía fumaça assim sabe. A gente abria aquele bolo e saía fumaça.

³⁹ GOODY, Jack. *Cocina, cuisine comparada*. Barcelona: Gedisa, 1995.

As memórias de Gabriel e Dona Leonor demonstram que as formas de comer na Ponta Oeste também se modificaram. Certas técnicas de preparar o alimento não são mais feitas nas cozinhas da Ponta Oeste, principalmente daqueles alimentos que eram provenientes das roças da Ilha. A Mandiquera e o bolo de mandioca nunca mais foram refeitos, mas o Rio do Hospital a faz lembrar da receita da mãe e dos fandangos, assim como o braseiro das ostras deixa pistas a respeito da receita do bolo de mandioca do pai.

Desses preparos nenhum consta documentado em receitas escritas, são todos lembrados pelos nativos da Ponta Oeste de forma oral. Sobre isso Tempass (2010) diz que pratos cotidianos sejam preparados cotidianamente e por isso memorizados. A prática do preparo corriqueiro faz com que o cozinheiro memorize as técnicas para cozinhar, não havendo a necessidade de se documentar, escrever uma receita. O autor ainda faz uma relação entre os alimentos com receita, os poucos preparados, por exemplo, aqueles para festividades, e os alimentos sem receitas, de presença ordinária no cotidiano de determinado grupo e por isso memorizados.

Logo as memórias suscitadas pelos moradores da Ponta Oeste a respeito das formas de se preparar comida e de como comê-las acabaram por comunicar um pouco mais a respeito do “tempo dos antigos” na Ponta Oeste. Além disso essas memórias sobre comida também dizem respeito à cultura e à tradição da comunidade da Ponta Oeste. Contam ainda a respeito de lugares, pessoas e festas que hoje foram ressignificados para que possam continuar a existir. Ressignificação essa que também se manifesta na comida nativa.

3.2 - Ostra e turismo.

Nos dias de hoje a ostra da Ponta Oeste não é mais coletada dos mangues circundantes do Rio do Hospital e do Rio Fundo. Hoje as ostras são produto de uma parceria feita entre os nativos e a EMATER e são cultivadas em berçários artificiais flutuantes nas águas da praia da Ponta Oeste. São laboradas especialmente como garantia de renda, de alimento e de território para a comunidade. Também a nova forma de cultivar as ostras permite que sejam coletadas em grande quantidade dos berçários. Devido a isso garantem não só comida na mesa do nativo como também na mesa de quem é de fora, leia-se aqui turistas.

As ostras são preparadas nas cozinhas e servidas aos turistas nos quiosques. São vendidas em dúzias que equivalem a uma porção. São servidas ainda dentro de suas conchas, em natura acompanhadas de limão, gratinadas com creme de queijo, ao bafo ou ainda podem ser levadas para viagem. Cada porção pode custar até quarenta reais. Os turistas geralmente

degustam a ostra separadamente dos outros alimentos⁴⁰. Diferente do neto de Dona Dircéia que as consome também com arroz e feijão.

No entanto os turistas que frequentam a Ponta Oeste não são os mesmos que frequentam o resto da Ilha do Mel. Devido às proibições ambientais não é possível pernoitar na Ponta da Coroazinha, não havendo assim estruturas condizentes com esse objetivo. A praia da Ponta Oeste é então destino para o turista que está de passagem. Trata-se desse modo de uma gama seleta de turistas que aportam no vilarejo principalmente nos finais de semana, feriados e na época das férias escolares. Chegam para almoçar trazidos por barcos de passeio vindos de Encantadas ou por lanchas e jetskys particulares cujos donos não raro detêm maior poder aquisitivo e costumam também ser os mais assíduos. Eles ancoram suas lanchas e seguem a pé até os quiosques em frente às cozinhas das maricultoras. Esses quiosques são os mesmos que servem para a lida das ostras durante a semana. Geralmente já conhecem as maricultoras e costumam se referir à Ponta Oeste como “paraíso escondido” das “melhores ostras do litoral”. Ouvi de alguns turistas que mesmo tendo conhecido muitos lugares no mundo e comido em restaurantes caríssimos, a “ostra da Ponta Oeste” é de longe a melhor ostra já provada por eles.⁴¹

Além de a Ponta da Coroazinha ter a melhor ostra, os turistas relatam que a Ponta Oeste é o local que sofreu menos modificações na Ilha. Também “os nativos ainda são nativos tradicionais” e a comunidade é reconhecida por eles devido à hospitalidade. Há quem diga que passar a tarde na Ponta da Coroazinha é um privilégio, uma vigem no tempo, pois remete à Ilha do Mel de há trinta anos. Além do mais é de conhecimento dos turistas que a Ponta Oeste compõe hoje o que já foi o primeiro vilarejo da Ilha do Mel. Logo, para os turistas, seus moradores resistiram às influências vindas do continente, guardando assim a cultura original da Ilha. Essa visão remete às velhas noções de aculturação do nativo da Ilha do Mel, mais uma vez percebido por conceitos como pureza e originalidade tão vinculados à “tradição”.

A forma como o neto de Dona Dircéia compôs seu prato com as ostras me despertou para pensar como os modos de produzir e consumir a ostra produzem, também, realidades diferentes na Ponta Oeste. De uma maneira inusitada o que se percebe é que o turista que aporta na praia da Ponta Oeste, ao consumir as ostras, mostra também que consome a cultura local. As ostras preparadas nas cozinhas do vilarejo acabaram por reterritorializar a comunidade local, mesmo que simbolicamente, ao serem signatárias do discurso do turista que vê na comunidade

⁴⁰ Vale lembrar que as cozinhas também servem almoços e porções de peixe além de cerveja e refrigerante. Mas as “ostras da Ponta Oeste” se tornaram iguaria principal servida pelas mulheres e desejada pelos turistas.

⁴¹ <https://boteclando.blogosfera.uol.com.br/2019/01/09/vo-leonor-e-as-ostras/> Artigo a respeito das ostras preparadas na Ponta Oeste.

pelo menos parte da história do vilarejo. Se para o Estado os nativos da Ponta Oeste eram intrusos ou posseiros, as ostras para os turistas os tornaram população originária da Ilha e portadora da verdadeira cultura local. O discurso de aculturação dito por tantos aqui assume outras perspectivas ao afirmar por meio da especiaria o território da Ponta Oeste.

Concomitante, “o tempo da conservação” imposto ao vilarejo após a implantação da Estação Ecológica acabou por agregar um certo valor cultural ao alimento que passa pela própria noção dos turistas do que era a Ilha e seus nativos no passado. As casas de madeira sem manutenção e os rudimentares ranchos de pesca dão à Ponta Oeste a sensação de estar parada no tempo ao visitante estrangeiro. Logo, a noção de originalidade é na verdade produto da fiscalização ambiental que inviabiliza a manutenção material da vida do nativo da Ponta Oeste. Para o turismo, porém, torna-se produto a ser consumido.

Pode -se dizer então que a “Ostra da Ponta Oeste” se tornou emblema local para esses turistas. Segundo Gimenes-Minasse (2015) um prato ou comida típica, uma iguaria, pode reforçar a identidade de uma local e de seu povo, tornando-se uma espécie de insígnia local, fato que ganha importância em contextos de turismo.

As autoras ainda afirmam que a incorporação de elementos da culinária regional no contexto do turismo acaba por marcar tanto valores socioculturais elaborados pelo grupo social em relação às suas próprias práticas alimentares, quanto a produção de novos significados e representações atribuídos a estas mesmas práticas por outros sujeitos, tais quais os turistas.

A ostra produzida pelas maricultoras é conhecida hoje como a “Ostra da Ponta Oeste” e de uma forma singular comunica aos consumidores-turistas sobre o que eles acreditam que seja a cultura local. A ostra então é ressignificada: deixa de ser qualquer comida para representar as experiências vividas; representa o passado e, ao fazê-lo, coloca-o em relação com os que vivenciam o presente” (DE MORAIS,2008, p. 72 apud Gimenes-Minasse 2015).

3.3 - Ostra, conhecimento e território

Naquele dia, minha chegada coincide com a hora do almoço e Dona Leonor está voltando de sua casa com uma tainha fresca, recém pescada. É época de inverno, de pescar tainha, e vejo que ela foi até um dos quiosques de palha para limpar o peixe sobre uma mesa. Me conta que será feita para o almoço, enquanto conversamos não é possível deixar de notar a habilidade com que limpa o peixe. “ Essa tainha tá boa, nem precisa descamar, os botos já fizeram o trabalho” e então me explica que as tainhas costumam ficar de baixo dos cultivos de ostra comendo os substratos que ficam presos nas lanternas das ostras, e que os botos gostam de brincar com elas, “ ficam judiando da tainha, mordiscando elas, daí quando pegamos ela já vem sem escama”. Enquanto ela limpa o peixe, me aponta os órgãos dele, aquela era uma fêmea ovada, e a ova é muito apreciada para comer com farinha de mandioca. Seus

movimentos são tão rápidos que perco parte da explicação de como se limpa o peixe. Então ela o monta mais uma vez colocando cada órgão em seu lugar dentro do animal, “a moela”, o coração, os intestinos, as ovas. Termina de limpar e joga as tripas às gaivotas e às garças que cercando Dona Leonor reclamavam impacientes o seu quinhão da pesca. (Trecho de diário de campo).

Essa breve passagem do campo descreve bem as relações entre pessoas e os seres da Ponta Oeste. Peixes, ostras, pássaros e botos compõe o conhecimento do habitante que é engendrado naquele território. Saber esse que é estimulado principalmente pelas práticas de caça e predação, aqui dadas como práticas de certo modo coletivas, pois ocorrem de parcerias entre humanos e não humanos.

A interação entre animais e pescadores e maricultoras é corriqueira na Ponta Oeste. Mais de uma vez me foi apontado por seus moradores cardumes de tainhas se alimentando nos cultivos de ostra. Da cozinha de Dona Dircéia, Seu Zoel Pereira, sentado em seu lugar à mesa após um almoço, me apontava a presença dos cardumes de tainhas, enquanto as maricultoras que estavam presentes estimavam a quantidade de peixes que ali se alimentavam. Mesmo João, neto de dona Dircéia, me apontou diversas vezes a presença de pequenos cardumes de peixe enquanto nadávamos entre os cultivos em frente à praia.

Um exemplo aprendido com os pescadores tradicionais da Ponta Oeste é que pássaros que possuem íntimas relações de predação com o mar (mergulhões, gaivotas, algumas espécies de colhereiros e albatrozes) quando sobrevoam insistentemente um local no mar podem apontar aos pescadores a presença de peixes e cardumes. Na Ponta Oeste já me foi mostrado o sobrevoo de mergulhões em cima dos cultivos de ostra que, por sua vez, devido à microfauna aderida à sua estrutura alimentavam tainhas que acabavam como alimento para botos.

O que quero expor aqui é que a relação com o ambiente e seus seres na Ponta Oeste sofreu uma transformação depois da implantação dos cultivos de ostra. Isso porque antes as ostras disponíveis nos mangues dos Rios e nas encostas da Ilha, para serem coletadas passavam por outros tipos de técnicas de coleta, navegação e consumo. Tinham que ser arrancadas, principalmente nas marés baixas ou na transição da maré, das raízes dos mangues ou de rochas que as serviam como substrato de fixação. Além do mais nessa época a ostra significava também relação com os rios que brotam de dentro do “centro da mata” e desaguam nas praias da Ilha. Portanto, pode-se prever que havia e há aqui também toda uma territorialidade atrelada a esse ambiente de limiaridades entre o seco e o molhado, o doce e o salgado.

Hoje, porém a ostra sinaliza novas relações entre os habitantes da Ponta Oeste e seu território. Vislumbram-se agora outras maneiras de se construir territorialidade e de lidar

também com os outros seres que coabitam a praia e a mata da Ponta da Coroazinha. Antes coletadas, as ostras agora são produzidas em lanternas,⁴² distribuídas em *longlines*. Pode-se dizer que o cultivo atual é a domesticação desses seres filtradores que arrebanhados em gaiolas produzem mais do que alimento. A domesticação aqui enquanto conceito de análise é útil também para pensar a produção de ostras principalmente através da leitura que Carlos Sawthuck (2018) fez das reflexões a respeito do conceito nas obras de Ingold (1988) e Sugaut (1980). Esses autores por sua vez entendem domesticação enquanto uma forma de relação entre humanos e animais, mas defendem, cada um ao seu modo, que a domesticação deve ser pensada não no sentido do uso animal enquanto espécie cativa ao homem, mas a partir das relações produtivas que ligam animais e homens. Vale grifar que “produtiva” aqui extrapola o sentido econômico, mas abarca também sentidos materiais, culturais e espirituais. Portanto, veremos aqui que as ostras cultivadas na Ponta da Coroazinha produzem diferentes *modus vivendi*.

Na Ponta Oeste existem hoje três estruturas de cultivo: uma na frente do *campo* e outras duas em frente ao vilarejo. O cultivo do campo é o maior e é nele que as ostras se desenvolvem, enquanto os cultivos em frente à praia servem para manter as ostras já selecionadas para o consumo.

A seleção das ostras é feita nos ranchos que ficam na parte oeste da praia. Nele há uma mesa sobre a qual as ostras são depositadas e onde as maricultoras e seus camaradas selecionam as ostras que estão aptas ao consumo e que serão, portanto, deixadas nos cultivos da praia. A técnica empregada na limpeza das ostras exige maestria com as mãos e um refinado conhecimento ecológico sobre o animal filtrador.

Acompanhei Dona Leonor e Seu Antônio, parceiro de trabalho, em uma seleção das ostras no rancho da praia. A lida é bastante trabalhosa. Primeiro deve-se ir até o cultivo do *campo* de canoa, de lá são retiradas em média sete lanternas. Devido à profundidade do cultivo, faz-se necessária destreza no equilíbrio da canoa enquanto se puxam as pesadas lanternas do *longlines*. Após o recolhimento dos criadouros volta-se para a praia. Com a canoa apoiada no seco, retiram-se as lanternas que são colocadas nos carrinhos de mão que agora serão levados ao rancho. O trabalho é desamararrar a entrada da lanterna para que se possam retirar todas as ostras de seu interior. Feito isso, é hora de começar a selecionar as ostras saudáveis para consumo: aquelas que não abriram suas conchas e que não estão perfuradas por nenhum parasita.

⁴² As lanternas são uma espécie de gaiola redonda que possui diversas bandejas nas quais as ostras são depositadas. Já os *longlines* são cordas que sustentam as gaiolas e que ficam na superfície da água amarradas às boias de flutuação. A estrutura toda fica fixada em poitas de concreto no fundo do mar.

Cada ostra que sai da lanterna possui envolta em sua concha uma verdadeira microfauna marinha. Nota-se uma série de substratos aderidos à concha que por sua vez funciona como habitat para pequenos crustáceos e poliquetas. Por isso é preciso limpá-las manualmente. Em uma mão segura-se a ostra suja, enquanto a outra segurando uma faca, começa a lascar a sujeira, as cracas e parasitas que se aderem às conchas da ostra. O movimento é rápido e certo e lembra muito mais algo sendo esculpido do que limpo.

Além da microfauna aderida, pequenas novas ostras também incorporam-se à concha. Por isso, no processo da limpeza, separam-se os filhotes de ostra que deverão voltar ao cultivo do *campo* para continuar a crescer.

As ostras saudáveis que serão consumidas pelos turistas, então, voltam para o cultivo da frente da praia. Dali quando saírem novamente da água serão preparadas para o consumo do turista ou para compor a mistura da janta ou do almoço das maricultoras e de seus camaradas de trabalho.

Após participar da lida da limpeza das ostras junto a Dona Leonor, pergunto a ela o que é feito com as ostras mortas e com a “sujeira” que foi retirada. Ela explica que esse substrato retirado das ostras pode servir de *comedio* para os peixes ou pode servir para fortificar os pequenos cultivos de plantas em casa. Logo as ostras mortas são atiradas ao mar, e de fato o que se nota é que os seres marinhos que tiverem presentes nesse momento se aproximam para se alimentar. Peixes, siris e aves marinhas sondam as sobras das ostras para se alimentar.

Já Gabriel, pescador artesanal, revela que os cultivos de ostra foram responsáveis por incrementar a biodiversidade da Ponta Oeste. Instalados em três pontos distintos na praia os cultivos acabaram por agregar em sua estrutura uma microfauna de animais marinhos que por sua vez compõem a base da alimentação de peixes, botos, aves, moluscos e outros seres microscópicos. Se a dragagem leva os peixes para outros lugares, os cultivos acabaram por aproximar outros seres, de modo que esses também se tornaram familiares às mesas da Ponta Oeste. Tainhas, pescadinhas, membequinhas e sardinhas costumam sempre ser vistas entre os cultivos.

As ostras também servem de indicadores a respeito das mudanças do ambiente para as maricultoras. Dona Leonor revela que antigamente havia muitas ostras e berbigões no Rio do Hospital e no Rio Fundo, mas que hoje apesar de grande quantidade, há menos oferta do que antigamente. Para ela, as dragagens do Porto estão aterrando o mangue que fica na margem dos rios. Logo, devido ao acúmulo de areia, sobra menos espaço para os moluscos se desenvolverem. A maricultora comentou também que em uma das safras de ostra ela reparou que muitas cracas vieram aderidas às conchas das ostras. O fato ocorreu em um momento em

que as campanhas de dragagens haviam se intensificado, portanto para ela a dragagem remexeu o fundo da baía de Paranaguá deixando muitos substratos suspensos na água, logo incentivando a proliferação das cracas nas conchas.

Portanto, as ostras sempre estiveram presentes nas mesas da Ponta Oeste. Assim como os alimentos tradicionais consumidos tais quais o peixe, a mandioca o arroz e o feijão, a ostra tinha e tem seu lugar na alimentação e ora também é o motivo dos fazeres políticos das maricultoras. Digo das maricultoras, pois como já visto aqui, mulheres na cozinha na Ponta Oeste fazem mais do que comida.

Além das ostras criarem relações com seres não humanos e humanos, os cultivos também firmam relações de compadrio, troca e território. Como já abordado aqui, a Ponta Oeste hoje é conhecida pelos turistas devido ao turismo gastronômico mobilizado pelas ostras. Reconhecidas como “as ostras da Ponta Oeste”, o principal prato servido pelas cozinhas das maricultoras agora é signatário da cultura nativa local que acabou de um modo singular por afirmar aquele território, mesmo que simbolicamente.

3.4 - Ostra e o Estado.

Em todos os meus campos na Ponta Oeste houve um fato que se repetiu: demoradas e boas conversas à mesa durante as refeições com as maricultoras e suas famílias. As refeições, sejam almoços, jantas, ou cafés da tarde, eram o momento de colocar os assuntos em dia. Memórias de infância e a histórias corriqueiras do cotidiano da Ponta Oeste eram a tônica dominante. No entanto, passou a chamar minha atenção alguma constância no mencionar conflitos e resoluções que modificavam o cotidiano. Pude perceber, então, a presença do estado delineando novos contornos sociais e políticos. Nomes de diretores e técnicos, de secretarias e secretários, de governadores, juízes e fiscais elencavam essas conversas. Se algum nome lhes escapava à memória, o cargo, o problema a ser tratado e as figuras envolvidas contextualizavam quem era a pessoa. Não demorou muito tempo para que eu percebesse que essas histórias ou memórias a respeito das empreitadas para se formalizar documentos e pensar suas organizações sociais acabavam por compor, arrisco dizer, um mito fundador do tempo de luta vivido até os dias de hoje na Ponta Oeste.

A naturalidade com que esses nomes institucionais surgem às memórias dessas mulheres e dos moradores da Ponta Oeste refletem também como é morar em um lugar que é constantemente assediado por alguns órgãos do Estado. Dona Leonor me conta que em seu registro de nascimento constava como natural da Ilha do Mel. Ao emitir a segunda via, percebeu

em sua certidão que a haviam colocado como nascida em Paranaguá. Inconformada com o engano, reclamou à escritã do cartório de Paranaguá que relutou em arrumar. Diante da intransigência da escritã, Dona Leonor procura um juiz que lhe orienta a voltar ao cartório e exigir a correção no documento, que é feita não sem custos e morosidade.

Eu não aceitei aquilo, eu achei que eles tavam tirando minha identidade. Por isso que eu falei para o juiz. Porque eles estavam tirando minha identidade, entendeu. Ai eu fui lá falei: - teve o juiz dos direitos humanos e me falou para eu vir aqui que minha certidão tem que sair como nascida na Ilha.

Essa forma de resolver as injustiças é *modus operandi* das maricultoras. A não resolução de um determinado problema pede uma ação, uma nova abordagem. Para quem é da ilha esse tipo de expediente tem seus custos traduzidos em viagens, *andanças*, conversas com mais pessoas, contatos com novas instituições, o que demanda muita energia. Porém, a não resolução do problema no momento necessário não significa que não foi resolvido, mas que com o tempo será, dada a determinação dessas mulheres. Digno de nota também é a maneira pacífica como administram conflitos. Nunca as vi lidarem de forma agressiva, violenta ou alterada nas contendas que presenciei, nem tampouco ouvi relatos de más palavras no arrolar de suas memórias.

Entre ostras, cafés e bolos de banana, foi-me contado pouco a pouco a respeito dos fazeres políticos dessas mulheres. Vale sublinhar aqui que essas conversas ocorriam em diferentes cozinhas e todas as pessoas que participavam desses momentos, familiares ou vizinhos, somavam mais detalhes a respeito dessas memórias. É dessa maneira então que acabo conhecendo a história da construção da Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste, sempre apresentada em nossas conversas como um instrumento para a conquista das mobilizações sociais que culminaram na parceria com a Emater para os cultivos de ostra e também para a elaboração do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada, produto da parceria com a Universidade Federal do Paraná, mais especificamente pela pessoa do Professor Eduardo Harder.

A Associação de Moradores foi organizada pelos irmãos e irmãs Pereira como forma de conseguir alguma representação para se pleitear propostas da comunidade frente aos embargos do Estado. A organização surge em 1998, a priori, para solicitar a ligação de energia elétrica, diga-se, inexistente até os dias de hoje na comunidade, para pedir a abertura das antigas trilhas no território, além de pedir a regularização das casas existentes na Ponta Oeste.

Como sabemos, as solicitações não foram concedidas pelo estado. Mas agora a Ponta Oeste existe também juridicamente, via associação e obteve mais estrutura para reivindicar seus direitos. Se o estado do Paraná por meio do IAP e do Porto, duas forças teoricamente antagônicas, oprimiam a comunidade da Ponta Oeste por meio de multas e nefastos impactos ambientais, a Associação aparece como uma medida viável para contestar e para lutar contra as injustiças sofridas no vilarejo e sobretudo para produzir coisas no mundo.

O estatuto da associação tem como objetivo garantir o direito às moradias e à proteção ambiental do território da Ponta Oeste, assim como evidencia seu texto:

A Associação tem por objetivo, cooperar por melhores condições de vida de seus associados, e no que toca às respectivas providências judiciais e extrajudiciais, se necessário forem, na qualidade de substituta processual, de modo a assegurar o direito desses à moradia digna, à escola, à pesca como única opção profissional, à saúde, dentre outros previstos na Carta da República de 1988, bem como para proteger e preservar a fauna e a flora local, a limpeza e a conservação de suas praias, de modo a assegurar o direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

O estatuto afirma não só uma forma de se opor às injustiças vividas, como também de criar uma espécie de protocolo coletivo para instituir uma política nativa e pescadora. Chama a atenção que o Artigo 6, item “c”, discorre sobre o incentivo e apoio à criação de cooperativas pelos nativos da Ponta Oeste. O artigo “d” diz respeito à organização de mutirões para a manutenção dos prédios coletivos, como a escola, e para eventual construção de novas estruturas para a comunidade e por fim o artigo e prevê a realização de “*cursos com apoio de autoridades competentes, tais como técnicas artesanais, alfabetização, combate à poluição do meio ambiente, saneamento básico, ensino profissionalizante, medicina preventiva, etc*”.

Nota-se que há também na associação toda uma preocupação ambiental com a Ponta Oeste. Aqui acompanho o pensamento de Manoela Carneiro da Cunha (2009) ao afirmar que a conservação para povos tradicionais pode ser uma arma política em uma luta por liberdade e direitos fundiários. Além disso o estatuto da Ponta Oeste aponta para o compromisso da comunidade em manter seu território ambientalmente saudável. Essa vontade, acredito, não é um compromisso para poder barganhar com o estado, mas antes um compromisso sobretudo com a manutenção da cultura de pesca que é parte do ambiente (Ingold, 2012) que mantém também a cosmologia local viva. Mesmo com as proibições ambientais, a Ponta Oeste e seus moradores ainda celebram suas relações com a mata e com o mar, seja na forma culinária ou política.

As reuniões da Associação, quando ocorrem, acontecem sempre nos salões das cozinhas das maricultoras. Não por acaso, segundo Dona Leonor e Dona Dircéia, são os mesmos salões que foram desmontados pela fiscalização ambiental e que foram objetos de multas ambientais direcionadas às duas mulheres.

Nos dias que correm, Dona Leonor é presidente da associação sendo que a presidente anterior era a Dona Dircéia. Ambas multadas por diversos crimes ambientais⁴³ durante suas gestões. Tal gesto foi interpretado por elas como uma represália do estado às intenções de reconhecimento e regularização da comunidade pós instalação da Estação Ecológica. Ainda segundo Dona Dircéia “Fica *bem nítido mesmo por ser liderança, né? A liderança caindo cai todo mundo*”.

É também durante as refeições com as maricultoras, minhas principais interlocutoras, que me é contado a gênese da parceria entre a EMATER e a comunidade da Ponta Oeste. Segundo elas, os cultivos de ostra da Ponta Oeste foram implantados pela EMATER há cerca de dezesseis anos. As informações sobre o “Projeto de Apoio à Pesca Artesanal e à Aquicultura no Litoral do Paraná” da EMATER vieram de suas *andanças* e participações de reuniões no continente.⁴⁴ O projeto tinha como objetivo gerar alternativas de renda às famílias de pescadores artesanais através de incentivos à pesca artesanal, ao turismo comunitário e à maricultura (SILVA, 2014).

As maricultoras revelaram que na época durante uma reunião com a EMATER⁴⁵ sinalizaram interesse em implantar os cultivos de ostra na Ponta Oeste. Para tanto, deveria ser feito um projeto o qual ficou ao encargo do técnico responsável Astrogildo Gomes de Melo. Em contrapartida, as maricultoras deveriam informar e organizar a comunidade para a possível implantação dos cultivos; levantar a documentação necessária à elaboração do projeto pela EMATER e à participação da licitação para cessão das áreas de aquicultura⁴⁶. Como já existia

⁴³ Crimes ambientais tais quais; supressão de vegetação, reforma e construção de um banheiro.

⁴⁴ Em seu doutoramento o Professor Eduardo Harder (2014) relata a realização de uma oficina da Ponta Oeste a respeito dos direitos humanos. A oficina foi coordenada pelo próprio professor e pelo professor Luiz Fernando de Carli Lautert (Geografia). Além da oficina Harder relata também a realização de uma série de reuniões para “orientação e elaboração de relatórios e resultados de estudos sobre documentos oficiais, cartografias, normativas ambientais realizadas na própria universidade”. A oficina de direitos humanos acabou por gerar uma publicação de um relatório e na realização de uma audiência pública convocada pela Associação de Nativos da Ponta Oeste em novembro de 2007. Após esses eventos, segundo Harder, a comunidade da Ponta Oeste passou os próximos sete anos participando de mesas redondas, seminários e reuniões. O Professor também relata a participação do técnico de pesca da Emater Astrogildo de Melo na triagem e distribuição de um documento que descrevia as condições da Ponta Oeste, sob a perspectiva dos direitos humanos.

⁴⁵ O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

⁴⁶ A entrega oficial dos onze primeiros Termos de Autorização de Uso de Águas para a instalação de cultivos marinhos no litoral do Paraná, com licença de uso por vinte anos e a possibilidade de renovação por mais vinte anos, ocorreu apenas no ano de 2011. Entre os beneficiados estava a Associação dos Nativos e Pescadores da Ponta Oeste-Ilha do Mel (Silva, 2014)

a Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste, participar dos trâmites para implantação dos cultivos foi mais fácil, segundo as maricultoras. Soma-se aqui a grande facilidade que essas mulheres têm em lidar com papéis, protocolos, projetos e documentos: uma aptidão que foi construída em família como produto da relação com o estado e seus registros que indeferiam, multavam e autuavam.⁴⁷

Dona Leonor se lembra que entre reuniões com a EMATER e com os pescadores da Ponta Oeste, sete anos se passaram até os cultivos finalmente serem concedidos. Segundo Silva (2014), os cultivos demoraram a ser implantados devido à lentidão do Estado em aprovar a concessão de uso às áreas marítimas selecionadas pela EMATER para o cultivo. O processo moroso⁴⁸ para as concessões das áreas acabou também por ser responsável por parte do recolhimento da verba destinada à execução e à implantação dos cultivos.

Ainda segundo as maricultoras, os cultivos de ostra eram uma forma de fixar território, já que a concessão da área é de vinte anos.

Nós procuramos a Emater, foi nós que procuramos. Existia essa possibilidade de fazer um cultivo de ostra, entende, nós procuramos a Emater, claro que depois a Emater nos orientou como é que devíamos fazer, que existia um edital para licenciamento da área e as documentações todas ficaram por nossa conta, nós corremos atrás dos documentos que tinham que ser feitos, mas a Emater nos acompanhou e tudo (...) Veja bem, ali a concessão da área é por 20 anos, sabe então é uma coisa longa. (Fala de Dona Dircéia Pereira)

Dona Leonor lembra ainda que mesmo em 2003, ano em que começaram a dialogar com a EMATER para implantação dos cultivos de ostra, ainda havia visitas de órgãos do estado para avaliar a permanência ou não da comunidade da Ponta Oeste no território.

Dona Dircéia, por sua vez, afirma também que os cultivos surgiram como uma boa solução para a escassez de peixes, condição imposta a Ponta Oeste desde a implantação do canal

⁴⁷ As andanças e os papéis acabaram por levar a comunidade até o professor Eduardo Harder. Dona Dircéia Pereira conta a respeito do casual encontro com o Professor Eduardo quando estava à procura de um documento no ITCG. O professor Eduardo então passa a assessorar Dona Dircéia e inicia um trabalho de extensão universitária na Ponta Oeste. Este trabalho acabou por resultar em seu doutoramento e em um importante e caro vínculo com a comunidade. Eduardo atualmente é professor da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. Coordenador do Laboratório de Interculturalidade e Diversidade - LaID, Tutor do Programa MEC/PET Litoral Indígena e membro do Programa de Pós-Graduação em Rede para o Ensino de Ciências Ambientais - PROFCIAMB/UFPR. O professor também é advogado e trabalha com direitos humanos.

⁴⁸ Segundo Silva (2014) as solicitações para cessão deveriam ser feitas primeiramente na Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Paraná (SFPA/PR). Após análise prévia seguiam para o Ministério de Pesca e Aquicultura em Brasília – DF (MPA), para análise técnica, que por sua vez, encaminharia a solicitação para o IBAMA, à Capitania dos Portos e para Superintendência do Patrimônio da União (SPU). Caso fosse aprovado o pedido de cessão, seria lavrado o termo de entrega pela SPU para a SFPA/PR. Com os termos prontos, o MPA abriria a licitação para a cessão da lâmina d'água e finalmente concederia a cessão das áreas para os licitantes vencedores, que deveriam buscar posteriormente o licenciamento com o órgão ambiental do estado (IAP, no Paraná).

Sul da Galheta. As duas relatam ainda que, apesar de o cultivo surgir como uma solução viável aos problemas que a comunidade enfrentava com as rigorosas leis ambientais pós implantação da Estação Ecológica da Ilha do Mel e com a oscilação dos estoques pesqueiros, nem todos os pescadores tradicionais aderiram ao cultivo. E dos que aderiram apenas um se mantém na função, no caso, Seu Antônio, parceiro de Dona Leonor. Como já mencionado aqui, para os pescadores, o cultivo era muito trabalhoso e a eles interessava mais a pesca e sua dinâmica de predação e movimento.

A EMATER surgiu em 1977, no litoral do Paraná. Com sede em Matinhos, mais especificamente no Mercado Municipal de Pescados Manoel Machado. A instituição é uma ATER, ou seja, presta serviços de assistência técnica e extensão rural a agricultora de pequena escala. Em Ponta Oeste a Emater se apresenta por meio do técnico de pesca Astrogildo de Melo que, segundo as maricultoras, empenha-se para que a implantação do cultivo ocorra. (FERREIRA, 2016)

Os cultivos de ostra no Paraná começam a ser instalados na década de 90 dedicados principalmente a famílias de pescadores artesanais e são produtos das parcerias entre Universidades, prefeituras e Governo do Paraná. É nessa época que a grande maioria da malacultura existente em águas paranaenses é instituída. O argumento para essa iniciativa é o da sustentabilidade ambiental, pois com a maricultura os pescadores artesanais teriam renda assegurada e deixariam de praticar a pesca, atividade impactante dos habitats marítimos. (PEREIRA et al, 2017)⁴⁹

⁴⁹ Segundo Pereira et al (2017), os seguintes projetos para maricultura foram realizados na década de 90 no Paraná:

- De 1995 a 2002: "Desenvolvimento Sustentável em Guaraqueçaba". O projeto desenvolvia estudos experimentais de agrossilvicultura e aquicultura na costa paranaense e foi produto do Termo de Cooperação Conjunta, entre o Governo do Estado do Paraná (por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, a *Association de Recherche Interdisciplinaire pour L'Environnement et le Développement* (Holos) e a Universidade Federal do Paraná;
- Em 1995 :Projeto "Baía Limpa". Criado pelo Governo do Estado do Paraná. Tinha como objetivo a limpeza e despoluição das Baías de Guaraqueçaba e Guaratuba e a recuperação dos estoques de pescado, por meio da mobilização dos pescadores artesanais.
- De 1998 a 2006: Projeto "Paraná 12 Meses" ocorreu com empréstimo do Banco Mundial. O projeto fomentava a instalação de novos empreendimentos de ostreicultura. Eram doadas aos pescadores cadastrados estruturas de cultivo. No entanto, entre outros problemas, os ostreicultores continuaram a depender da extração de sementes de bancos naturais, o que causou o insucesso de grande parte dos cultivos.
- Em 1998, o Centro de Produção e Propagação de Organismos Marinhos (CPPOM) foi inaugurado, em Guaratuba. O Centro foi repassado pela prefeitura municipal de Guaratuba à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), que executou atividades de pesquisa e extensão na área. Em 2006, o CPPOM financiado pelo Governo do Estado do Paraná, passou a produzir sementes de ostras, por meio do projeto "Produção de sementes de ostra nativa *Crassostrea rhizophorae* em larga escala". O objetivo era dar conta "à demanda de sementes de parte dos ostreicultores, capacitá-los, desenvolver tecnologias locais e monitorar ambientalmente as áreas de cultivo". Junto a (Seti) Secretaria da Ciência,

Segundo matéria publicada pela Agência de Notícias do Paraná, o projeto para a implantação das ostras na Ponta Oeste foi criado pela Emater-PR em 2005. O documento elaborado pela instituição previa mais 25 possíveis áreas para implantação de maricultura nas baías do litoral do Paraná, a fim de serem geridas por famílias de pescadores artesanais. Para tanto, o planejamento feito pela EMATER teve que ser aprovado pela Secretaria de Pesca e Agricultura, que outorgou o uso das águas para os cultivos de ostras nativas. Inicialmente 11 projetos de maricultura foram autorizados, entre eles o da Ponta Oeste.

A publicação informa também que, segundo declaração de Luiz Muehlmann, na época coordenador estadual do projeto de aquicultura e pesca da EMATER, a implantação dos projetos de maricultura no litoral do Paraná eram positivos, pois tiravam o pescador que já trabalhava com os cultivos de ostra da clandestinidade, condição essa que os deixavam vulneráveis a autuações ambientais pelos órgãos fiscalizadores. Além do mais, os cultivos formalizados com o auxílio da EMATER agora poderiam acessar os programas de benefícios sociais e de crédito, garantidos na etapa inicial do projeto, principalmente pela Secretaria da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, por meio de convênio com a Fundação Terra que, por sua vez, repassou os recursos necessários para a instalação de metade da estrutura necessária que comporia os cultivos. Em contrapartida, os pescadores tradicionais contemplados pelos projetos deveriam replicar o conhecimento adquirido a outras famílias de pescadores, além de coletar dados técnicos a respeito da qualidade da água e dos cultivos para os técnicos da EMATER.⁵⁰

As maricultoras por meio dos cultivos passaram a identificar a EMATER enquanto produtora de políticas positivas. A instituição ganha esse estado em oposição às políticas ambientais conservacionistas que acabaram por impactar o território da comunidade. O projeto da EMATER foi responsável também pela garantia do território marítimo, caro à comunidade devido a suas relações laborais com o mar. A concessão por 20 anos sobre as águas da praia da Ponta Oeste apresenta uma perspectiva de futuro, não só às maricultoras, como a toda a comunidade da Ponta Oeste. Pode-se falar também aqui em um ganho ambiental e cosmológico,

Tecnologia e Ensino Superior, nos anos de 2007 e 2008, o CPPOM foi responsável pela distribuição de sementes aos ostreicultores da Baía de Guaratuba, Paranaguá e Guaraqueçaba.

- Entre 1999 e 2009, os projetos, “Ostreicultura e Meio Ambiente” e “Qualidade na Produção de Ostra em Área de Proteção Ambiental”, foram realizados pela UFPR com o apoio do Sebrae/PR e por meio do Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas (Patme). Os projetos capacitavam os pescadores que possuíam cultivos de ostras na Ilha Rasa - Baía de Guaraqueçaba. O objetivo era aperfeiçoar os sistemas de produção e comercialização.

⁵⁰ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ publicada em 16/09/2011 Link disponível <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=65643&tit=Pescadores-do-Litoral-preparam-venda-dos-primeiros-lotes-de-ostras>. Acessado em 09 de Nov de 2019.

já que, como citado antes, os cultivos se tornaram importantes a todos da Ponta Oeste, inclusive a pescadores, quando passou a trazer de volta os peixes e outros seres marinhos à praia. As ostras então garantem também o peixe do pescador tradicional.

Sobre isso, Astrogildo, na época, técnico da EMATER responsável pelos cultivos de ostra da Ponta Oeste, afirma que o projeto só ocorreu porque seria implantado em águas federais, “*Como era água federal, até 300m depois da costa, o IAP não tinha autonomia, eles (o IAP) só podiam ter a anuência. Aquelas águas pertencem ao Patrimônio da União e da Secretaria de Planejmaneto. Foi dessa forma que nós conseguimos inseri-los no projeto*”. Ele ainda revela que a EMATER já trabalhava em parceria com a comunidade da Ponta Oeste desde a existência da antiga ACARPA, a respeito disso ele afirma que

Como foi divulgado (o projeto de maricultura) eles tomaram conhecimento e vieram a nossa procura e daí contaram todas as histórias deles. Mas nós já éramos sabedores porque a EMATER (na época Acarpa) já trabalhava com eles. A Ponta Oeste até 1980 era uma das maiores localidades de pesca da Ilha (do Mel), talvez também do litoral. Eles tinham salga, eles plantavam, cultivavam arroz, banana, abacaxi. Aqueles Bijupirá, você já ouviu falar em Bijupirá? Um peixe que tem valor econômico muito alto, eles eram os maiores capturadores de Bijupirá. Eles salgavam. Daí com o advento da dragagem Encantadas – Ponta Oeste (Canal Sul) para passar os navios, aí alterou o ecossistema dele.

Ainda a respeito dos cultivos, Astrogildo conta que como a implantação de cultivos de ostras era um projeto pioneiro para as instituições executoras, 10 anos se passaram até de fato sua execução. Durante esse período, ele conta que *as meninas*, como chama de modo carismático Dona Dircéia, Dona Leonor e Crisleine, filha de Dona Dircéia, foram formadas pela primeira turma de aquicultura do Instituto Federal do Paraná, muito esforçadas tiveram grande responsabilidade no sucesso do projeto. Astrogildo ainda afirma que as mulheres sempre tiveram enorme participação nos cultivos. Segundo ele, era comum chegar na Ponta Oeste e ver *as meninas* carregando as pesadas lanternas das ostras, ou fazendo o serviço pesado. Que mais de uma vez ele pediu em reuniões com a comunidade, a participação dos homens na execução das tarefas do cultivo.

Para o engenheiro de pesca da EMATER, a assimetria nas funções laborais e de gênero no cultivo eram causadas também porque o projeto para implantação dos cultivos de ostra exigia que para receber os benefícios fiscais, como empréstimos, os pescadores artesanais deveriam se declarar maricultores e não pescadores artesanais diante do Estado. Para Astrogildo além da questão identitária, os pescadores colocariam também seus direitos trabalhistas, como seguro defeso e aposentadoria diante da mudança da categoria laboral. Já as mulheres não obtiveram

o mesmo problema, já que poucas conseguiram ter acesso a certa de pesca. Ser maricultoras para elas também era ter seus direitos como trabalhadoras do mar reconhecidos.

3.5 - Mulheres, cozinha, comensalidade e hospitalidade.

Após uma longa conversa com Dona Leonor em sua casa, caminho no escuro até a cozinha de Dona Dircéia. O que me orienta são as luzes da sua cozinha que estão acesas. O caminho é curto mas há muitos obstáculos que a escuridão esconde, uma pequena canoa cheia de flores, um barranco com um belo desnível que pode facilmente me fazer comer areia. Sigo reto e apreensiva à procura do pequeno risco no chão que marca as idas e vindas de quem faz esse percurso. Encontro e chego na cozinha. Quando abro a porta, as panelas estão no fogão, ostras assando e a mesa posta com muito capricho. Estão Lauro meu parceiro, Dona Dircéia, Dona Leonir e seu marido, Seu Lauro comentando as notícias do Jornal Nacional: os incêndios na Amazônia e a prisão do Lula. As más notícias acabam por aborrecer a todos e a tevê é desligada. Me sento à mesa e começamos uma conversa sobre os geradores. Seu Lauro me conta que para mantê-los ligados durante a noite custam a eles em torno de 700 reais de diesel trazidos do continente. É comentado que alguns moradores da Ponta Oeste ainda não têm condições de ter um. Usam baterias. A conversa continua a respeito dos cabos de energia que passam em frente Ponta Oeste: - “Era só ligar nesses cabos, mas eles não querem”. Nesse momento, no enquadramento da janela da cozinha de Dona Dircéia, passa um imenso navio cheio de luzes. Se desloca lentamente pelo canal da Galheta em direção ao Porto. Todos então observam o navio que lembra mais uma cidade neon flutuante no meio da escuridão. Dona Dircéia fala então sorrindo “Lá fora a riqueza global e nós ainda não temos nem luz!”. (Trecho de diário de campo).

Já faz alguns meses desde minha última estadia na Ponta Oeste. Por isso planejei meu campo com o intuito de ilustrar uma série de coisas as quais gostaria de somar aos textos da dissertação. Imprimi mapas, levantei tópicos para revisar e visitar em campo. Organizei minha saída para sair sábado pela manhã. Embarco na voadeira de Aguinaldo em Pontal cheia de coisas: câmera, gravador, caderno, canetas e revisando cuidadosamente todos os assuntos que gostaria de retomar. Ao chegar na Ponta Oeste, Aguinaldo apoita em porto seguro: próximo à cozinha de Dona Dircéia. Descemos todos da voadeira. Guina quer ver se consegue pegar algum peixe, mas o pescado do dia já foi todo vendido. Vamos então até a cozinha de Dona Dircéia que nos espera com café fresco e pão caseiro. Aguinaldo que é uma das lideranças em Encantadas senta à mesa conosco não sem antes elogiar o pão feito por elas.

Enquanto Dona Dircéia fatia o pão, Aguinaldo e ela começam uma conversa sobre os últimos acontecimentos da Ilha: o fechamento da praça do mar de fora em Encantadas, a reunião sobre uma possível terceirização da fortaleza pelo Estado, os encontros e desencontros nas últimas reuniões feitas com nativos e não nativos a respeito do plano diretor da Ilha. A conversa

dos dois parece tentar prever os próximos acontecimentos na Ilha, mas acaba com a mudança da maré, momento o qual Aguinaldo nos deixa para poder voltar em segurança para casa.

Dona Dircéia então me conta que muita coisa aconteceu nos últimos meses na Ilha e que temos muito a conversar. Nesse momento aporta na praia um de seus irmãos com sua mulher e filhos. Dona Dircéia levanta-se mais uma vez para pegar mais pão caseiro e passar uma outra garrafa de café. Me levanto e vou até a cozinha com ela para ajudá-la. Ela e Dona Leonir organizam em quatro ágeis mãos os preparativos do almoço, as duas irmãs falam entre elas e bailam entre panelas de óleo quente fritando peixes, panelas de arroz e feijão borbulhando e iniciando o preparo de um pirão. Enquanto isso no salão chega uma família de turistas que também deseja desfrutar do almoço, o que acelera ainda mais o movimento na cozinha. É nesse momento que me relatam que a praia da Ponta Oeste tem sido visitada por ONGs de Curitiba e Santa Catarina, todos com projetos de ajudar a Ponta Oeste de alguma forma, seja na coleta do lixo, na reciclagem, na instalação de painéis solares. A constância das visitas e das proposições para resolver os problemas vividos pela comunidade deixou todos um pouco apreensivos.

Além disso, ocorriam na Ilha muitas reuniões em que participavam os mais diversos segmentos do Estado. As últimas davam conta da terceirização da fortaleza e das possíveis formas de gestão do patrimônio cultural. Organizadas pelo Iphan, a ideia era pensar junto com os nativos a melhor possibilidade de gestão do patrimônio. Ocorreram também reuniões a respeito da revisão do plano diretor da Ilha, que até então havia revisto o tamanho do território da Ponta Oeste e concedido cinco hectares para a comunidade e outros nove para área de preservação e Educação Ambiental. Mas apesar das definições, a minuta da lei que oficializaria o feito tramita há dois anos. Reuniões a respeito da mitigação dos impactos da dragagem feitas pelo Porto aconteciam na mesma época. Havia os boatos, também, da possível terceirização dos barcos de linha (que até então são feitas por empresas nativas da ilha), da terceirização das áreas de preservação ambiental e do novo plano de governo que prevê o incremento do turismo na ilha e no litoral como um todo, além da possível implantação do novo Porto de João Ribeiro em Pontal do Paraná.

Diante de tantas mudanças, e agora acompanhada da presença de irmãos e sobrinhos de Dona Dircéia, passamos a tarde inteira sentados à mesa da cozinha de Dona Dircéia, – do generoso almoço aos bolinhos de banana do café da tarde – recordando, falando e repassando todas as novas informações. Revimos protocolos de documentos em trâmite e especulamos sobre as consequências de tantas novidades. As notícias a respeito das reuniões e conversas eram relatadas e, como de costume, seguiam-se os nomes dos novos personagens institucionais e *de fora* que agora também lutam por um pedaço da Ilha.

O mesmo relato me foi dado mais tarde por Leonor: há alguns meses muitas pessoas estranhas tem aportado na Praia da Ponta Oeste. Dona Leonor me conta que não são turistas, mas representantes de ONG'S que prometiam reciclar o lixo da Ponta Oeste. Segundo ela, enquanto conversavam, um drone sobrevoava a comunidade, e bandeirolas estampadas com marcas de grandes empresas eram fincadas na beira do mar. As pessoas que acompanhavam a ONG, puseram-se a catar o lixo que a maré trouxe e a ensacolar o lixo organizado pelos moradores em alguns lugares do vilarejo. Dona Leonor então pergunta se eu conhecia essas pessoas e de fato não me eram estranhas. Uma das ongs era de Curitiba e chegou à Ilha durante o festival de Jazz que ocorre no mês de agosto em Brasília e Encantadas. A ONG passou o mês coletando o lixo das praias da Ilha, mas no caso da Ponta Oeste, segundo os moradores, os integrantes só ensacolaram o lixo, mas curiosamente não levaram o resíduo embora.

As visitas das ONGs à Ponta Oeste parecem refletir em certo modo o movimento “Salve a Ilha do Mel”⁵¹, promovido por organizações ambientais e conservacionistas de Curitiba e que parecem ter mais reverberação no vilarejo de Brasília, por meio do apoio das grandes pousadas cujos donos são também curitibanos. O movimento Salve a Ilha foi criado por essas instituições para discutir e opor a implantação do Porto privado de Pontal do Paraná que prevê também a construção de uma estrada que deverá impactar uma vasta área de mata atlântica preservada. Atores da grande mídia somaram-se à campanha que passou a elaborar vídeos e clipes contando a história e as inconsistências legais para a instalação do Porto e dos muitos impactos ambientais e sociais que deverão atingir a Ilha com a instalação do megaempreendimento. Daí o mote “Salve a Ilha do Mel”, além de uma série de eventos, mesas redondas e até passeatas em Curitiba.

Na contramão do informe conservacionista que ganhou corpo com a aderência do público curitibano, o Porto privado de Pontal do Sul – o 3P - iniciou também uma massiva campanha⁵², principalmente no litoral do Paraná, onde já possui grande apoio para defender a instalação do Porto e com ele o desenvolvimento da economia do litoral. Desde então iniciou-se uma disputa de narrativas a respeito do empreendimento. De uma forma inusitada, o que parece é que a narrativa do porto que possui como um dos slogans “O futuro vem de navio” tem acessado parte dos nativos, enquanto o “Salve a Ilha do Mel” parece se comunicar mais com os turistas que frequentam a Ilha do que com sua população.

Prova disso é que na Ponta Oeste ninguém conhecia a campanha curitibana e em Encantadas ela foi pouca acolhida. Em parte, porque as narrativas empregadas até o momento

⁵¹ <http://www.salvailhadomel.com.br/>

⁵² <https://pt-br.facebook.com/portopontal/videos/443959169808001/>

pelo “Salve a Ilha do Mel” falavam mais a respeito da Ilha e de sua relevância ambiental. No início da campanha pouco se comentou a respeito dos aspectos sociais dos nativos da Ilha⁵³. Por outro lado, há quem diga que o Porto possui pessoas que participam das reuniões que ocorrem na Ilha do Mel e por isso acabaram por se aproximar mais da comunidade, principalmente no vilarejo de Encantadas. O fato é que os dias de hoje parecem reeditar as políticas que cercavam a ilha nos anos 80. Políticas desenvolvimentistas e conservacionistas parecem disputar o território da Ilha do Mel, mas mais uma vez sem ouvir os moradores da Ilha do Mel. O conservacionismo parece falar a respeito de um mundo subjetivo para os nativos que sentem na pele os impactos sociais das políticas de conservação do estado do Paraná. Já o novo Porto parece propor soluções rápidas para antigos problemas como desemprego, falta de saneamento e infraestruturas. O novo porto também responderia pelo desenvolvimento da Ilha por meio de investimentos via contrapartida social prevista nas mitigações dos impactos causados.

Portanto as ONGs que aportaram na Ponta Oeste, acredito, estavam também sob influência do fim do mundo (Danowski, 2019), anunciado pelas novas políticas ambientais que cercam o novo Governo do país e do Estado do Paraná. Quando contei aos moradores da Ponta Oeste a respeito da campanha conservacionista curitibana, eles pareceram curiosos e admirados que a Ilha do Mel tenha se tornado uma bandeira ambiental importante na cidade de Curitiba. Já um amigo nativo de Encantadas acredita que o “Salve a Ilha do Mel” nunca entrou de fato na Ilha para ajudar os nativos a salvarem o seu território. Para ele não há separação entre os nativos e o seu território.

O que percebo agora é que a Ilha do Mel é um importante símbolo de uma determinada parcela de Curitiba. Foi talvez o primeiro paraíso colonizado pelos urbanos curitibanos que

⁵³ Estive presente em uma aula pública feita pela campanha “Salve a Ilha do Mel”, no Teatro da Reitoria da Universidade Federal do Paraná de Curitiba, estive presente. Na ocasião um filme foi apresentado ao público estreando o clipe que era protagonizado por vários atores curitibanos que hoje fazem parte da grande mídia. O público presente era composto por moradores do litoral do Paraná e da Ilha do Mel a favor da Implantação do Porto e por proprietários curitibanos de pousada, alunos dos cursos de áreas ambientais além de outras pessoas interessadas à conservação da natureza. Após a exibição do vídeo, uma mesa redonda foi composta pelos presentes: Ministério Público do Paraná, o historiador Renato Mocellin, o geógrafo Daniel Telles, donos de universidades de Curitiba, representantes da associação de turismo do litoral, representantes da ala conservacionista, representante do P3 – Porto de Pontal do Paraná, uma liderança da comunidade do Maciel, uma dona de pousada (e representante da associação do vilarejo de Brasília) e uma proprietária de uma casa na Ilha do Mel. A palestra foi interrompida diversas vezes pela plateia pró porto que contrariava aos berros a fala de quem argumentava contra a construção do novo porto. Um dos momentos que mais inquietantes foi que durante a fala da Presidente da Associação de Brasília, quando os nativos da ilha se manifestaram fortemente contra a explanação da senhora. Mais tarde veio a ser de meu conhecimento, que aquela senhora é dona de pousada e é casada com um nativo, portanto não é considerada nativa por uma grande parcela das pessoas que nasceram na Ilha do Mel. Logo o que foi comentado por eles é que na palestra do “Salve a Ilha do Mel” não havia ninguém nativo da Ilha que tivesse legitimidade para representar os nativos.

costumavam aliviar a pressão e o frio da cidade com o clima brando e a paisagem exuberante da Ilha. Relacionando-se sempre com os nativos enquanto prestadores de serviços, a ilha é para alguns paranaenses a extensão do quintal deles.⁵⁴

No domingo daquele final de semana, Dona Leonor ainda contaria durante um café que o atual embaixador do ecoturismo, o biólogo e apresentador de tevê Richard Rasmussen, havia passado pela Ponta Oeste para gravar seu programa⁵⁵ e provar as ostras do cultivo. Muito bem acolhido, o apresentador conheceu os cultivos e provou das ostras enquanto especulava as possibilidades de exploração turística que a Ponta Oeste poderia oferecer. Mas aparentemente bem assessorado, durante a edição de seu programa na Ponta Oeste, a maricultora e suas ostras aparecem brevemente, diferentemente dos outros vilarejos da Ilha do Mel. Talvez, porque o turismo em grande escala ainda não seja autorizado pelos órgãos ambientais paranaenses.

De fato, as pessoas de fora que aportaram na Ponta Oeste trazem consigo, de certo modo, as influências dos novos planos de Governo para o Litoral. Ratinho Junior, o atual governador já anunciou em diferentes meios de comunicação que pretenderá investir no turismo. À Agência de Notícias do Paraná o governador afirmou que pretende transformar o Paraná em referência como destino turístico do Brasil e, portanto, a região litorânea se faz importante nesse processo. Ratinho ainda afirmou que: *“Teremos, na Ilha do Mel, trapiches muito mais modernos, com acessibilidade e conforto para receber os turistas (...) A Ilha do Mel é o nosso cartão-postal e precisa ser bem cuidada. Vamos começar com o receptivo aos turistas e, automaticamente, avançar em outros projetos importantes para o Litoral”*. Ainda segundo suas declarações, Ratinho acredita que os Portos do Paraná são importantes vetores de desenvolvimento para a região litorânea e afirmou: *“Eu quero o porto olhando cada vez mais para as cidades. Com isso, temos avançado bastante com bons projetos nas áreas sociais e ambientais”*.⁵⁶

Os ares desenvolvimentistas vindos do continente acabaram sendo responsáveis por um clima de agitação na Ilha do Mel. A Ponta Oeste acabou, de certo modo, por se tornar uma referência para outras lideranças nativas da Ilha. Isso porque os nativos do vilarejo se tornaram

⁵⁴ Na publicação “Memória da Ilha do Mel”, publicado pelo Iphan em 2012, encontram-se registros a respeito da memória dos turistas que frequentavam a Ilha entre os anos 30 e 50. A apresentação do livro traz o seguinte: “Os textos aqui publicados foram redigidos a partir de depoimentos orais coletados pela equipe técnica do Iphan e pela empresa Traço Cultura, contrata pelo Iphan para o projeto Memória da Ilha do Mel. Este projeto buscou não só trabalhar a memória oral, buscando informações sobre o contexto histórico-social de moradores e frequentadores da Ilha do Mel (...) mas ainda registrar o cotidiano do antigo “Balneário da Fortaleza”, local frequentado pela elite paranaense.”

⁵⁵ Link para o programa gravado por Richard Rasmussen veiculado no canal do youtube do Paraná Turismo. <https://www.youtube.com/watch?v=-USnGn1sIJQ>.

⁵⁶ <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=103326&tit=Autorizadas-obras-de-melhoria-em-trapiches-na-Ilha-do-Mel> Matéria publicada pela Agencia de notícias do Paraná, em 15/08/2019.

a primeira comunidade da Ilha do Mel a ter elaborado um Protocolo de Consulta Livre Prévia e Informada.

O direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado foi garantido na Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho e é uma ferramenta importante para a defesa dos povos, no caso brasileiro, tradicionais, quilombolas e indígenas, pois dá a eles o direito de se auto identificarem e acionarem suas identidades territoriais, previstos no artigo 1º item 2, e o direito ao manifesto frente aos empreendimentos estatais. (FUNAI/GIZ, 2013)

A consulta e o consentimento prévio, livre e informado tem como objetivo o reconhecimento dos direitos fundamentais de povos e comunidades tradicionais e na garantia da sua livre determinação. Logo, é conferido a esses povos o direito de decidir sobre seus futuros. No entanto, para que esse instituto tenha validade e seus objetivos sejam acatados, faz-se necessário que o Estado o reconheça e assuma o compromisso da consulta aos povos afetados por medidas administrativas e legislativas com força legal de alterar seus direitos. Muito embora, essa ainda não seja a postura adota pelo estado majoritariamente. (ROJAS GARZÓN, BIVIANY, 2016)

Os princípios dessa Convenção são importantes pois atentam para o direito à *autoidentificação* dos povos, conceito primordial no caso brasileiro para a garantia de direitos, principalmente territoriais, às populações abarcadas pela normativa. É por meio desse preceito que esses povos podem se diferenciar social, histórica e culturalmente. Por isso a Convenção também afirma que *medidas especiais* possam ser tomadas para salvaguardar sua cultura, instituições e meio ambiente, por entender que essas possuem especificidades culturais que podem ser diferentes das sociedades não indígenas e tradicionais (FUNAI/GIZ,2013).

No entanto, o direito a serem informados e consultados sobre os empreendimentos estatais é que se dá a agência dessa Convenção. É principalmente por essa medida que uma relação mais simétrica entre a população e o estado pode ser possível (Idem).

Segundo Duprat (2014), a consulta é dada no sentido de afirmar “o domínio desses povos sobre sua existência” (p, 64). Logo, “a consulta traz em si, ontologicamente, a possibilidade de revisão do projeto inicial ou mesmo de sua não realização” (p,64).

No caso da Ponta Oeste o Protocolo de consulta foi desenvolvido no ano de 2017. A declaração foi feita sob critério de emergência como uma estratégia para lidar com as pressões que estavam sendo exercidas em decorrência das decisões do estado no que toca o novo plano de gestão da Ilha.

O documento foi coordenado pela Associação dos Nativos da Ponta Oeste e foi elaborado com o apoio do Ministério Público Estadual e do LaID (Laboratório de

Interculturalidade e Diversidade da UFPR⁵⁷) em resposta à revisão da Lei n. 16.037/2009, prevista pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente que, por sua vez, diminui o território da comunidade de 31, 7763 hectares, previstos no Plano de Uso Original da Ilha do Mel, para 1,6 hectares.⁵⁸

Nesse encontro a comunidade relatou⁵⁹ ao ministério Público do Estado do Paraná, que diferentemente de todos os outros vilarejos da Ilha do Mel, os nativos da Ponta Oeste não haviam sido consultados e informados a respeito do projeto de lei que seria apresentado pela SEMA/PR como nova regulamentação da Ilha do Mel. (MARÉS et al, 2019).

A ideia era de que esse protocolo de consulta chegasse a SEMA antes da oficialização das oitivas previstas para comunicar a população da Ilha sobre as novas propostas do plano de gestão territorial da ilha. O protocolo, então, como um instrumento legal, reposicionaria a comunidade da Ponta Oeste no debate sobre o ordenamento de terras da ilha. Dessa vez, o Estado é convidado a ouvi-los antes das tomadas de decisões que implicam a garantia de direitos. Com o apoio do Ministério Público Estadual, a comunidade da Ponta Oeste exigia que fossem consultados conforme metodologia própria. (MARÉS et al, 2019).

O Protocolo de Consulta elaborado pela Ponta Oeste⁶⁰ então reordenou, de certa forma, o debate a respeito dos planos de gerenciamento territorial na Ilha. Tardiamente, a comunidade

⁵⁷ Segundo o Professor Eduardo Harder, o LaID auxiliou à comunidade com os procedimentos para gravação e transcrição. O LaID colaborou também para a redação final, texto o qual foi aprovado pela Assembleia. Os trabalhos foram coordenados pela Associação, com participação do Ministério Público e UFPR.

⁵⁸ Lei n. 16.037/2009 inciso IV, do artigo 7º, aponta que:

“Art.7º- Fica instituído o zoneamento ambiental do uso do solo na Ilha do Mel, composto por nove zonas a seguir descrito as no mapa constante no anexo desta lei:

AOPT – Área de Ocupação de População Tradicional Local corresponde a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, situada na Vila da Ponta Oeste, tendo como objetivos:

- a) Barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo quaisquer construções adicionais na região;
- b) Proibir qualquer tipo de ocupação e edificação que não tenha relação com os usos, costumes e tradições da população local;
- c) Preservar a fauna e a flora;
- d) Promover a manutenção da beleza cênica da ilha;
- e) Não reconhecimento de direito individual de uso.” (PONTES FILHO, KLUPPEL, 2012)

⁵⁹ “O que queremos? O reconhecimento e efetivação dos direitos da comunidade tradicional da Ponta Oeste. Que seja respeitado o seu território de 31, 7763 hectares, que injustamente foi reduzido a 1,6 hectares no ano de 2009, em desacordo com a “ Zona de Ocupação” prevista no Relatório n.2 de julho de 1981, confeccionado pela Comissão Especial para Estudos das Ilhas do Litoral Paranaense e que definiu o o primeiro Plano de Uso para a Ilha do Mel. Essa redução, além de injusta, é insuficiente e precária, pondo em risco o presente e o futuro do nosso modo de vida e gerando insegurança e incerteza quanto à nossa autonomia, pois a parcela reduzida de 1,6 hectares incide totalmente sobre a área marinha”. (COMUNIDADE TRADICIONAL DA PONTA OESTE, 2017)

⁶⁰Link de acesso para o Protocolo de Consulta da Comunidade da Ponta Oeste: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/protocolopontoaeste.pdf>

recebeu as visitas dos órgãos ambientais encarregados pela elaboração do novo plano gestor da Ilha que, como já dito aqui, afirmaram expandir o território da comunidade para cinco hectares, além de outros nove para serem usados para Educação Ambiental. A minuta de lei, porém, ainda está em tramitação de modo que a alteração do reconhecimento do território ainda não foi oficializada.

A comunidade da Ponta Oeste, portanto, acabou por apontar um norte às comunidades vizinhas na Ilha do Mel. O Protocolo de Consulta tornou-se ferramenta necessária à luta dos nativos. Em Encantadas, após o polêmico e conturbado fechamento da Praça de Alimentação da Praia do Mar de Fora pelo Ministério Público de Paranaguá, mais um conflito instaurou-se na Ilha entre nativos e Estado. A Praça que era garantidora da renda de muitas famílias nativas e utilizada, também, para as manifestações da cultura local acabou tornando-se o motivo pela busca da elaboração do Protocolo de Consulta. Como de praxe, a praça foi embargada pelo estado, segundo os nativos, sem muitas informações. O motivo veio a ficar claro somente após muitas reuniões que acabaram por informar também o desejo do estado em uma nova gestão para o Parque onde a comunidade está inserida.

Além disso, as reuniões que têm ocorrido na Ilha apontam para rearticulações políticas dos nativos. Entre encontros e desencontros, novas alianças têm se formado. Escutei de uma das lideranças de Encantadas que é preciso se organizar com urgência por que se não “eles vão passar por cima de nós”. Uma referência clara à “continentação” da Ilha do Mel. Ou seja, políticas públicas desenvolvimentistas feitas na velocidade do vento sul que partem do continente em direção à Ilha e a seus saberes de mundo.

Pode-se dizer que se curitibanos gritam “Salve a Ilha do Mel” e o Porto anuncia que o “desenvolvimento vem de navio” o mote dos nativos é “Estamos na luta!”, frase dita pelos nativos da Ilha em resposta às saudações de comprimento.

3.6: Considerações Finais.

Na Ponta Oeste, mulheres na cozinha produzem muito mais que comida. Gerenciadora dos cultivos de ostra, a cozinha acabou tornando-se extensão do labor marítimo e político. São nas cozinhas que as perspectivas de futuro são pensadas e que as ostras são servidas. Mulheres e ostras, então, são responsáveis pela reinvenção da cultura e da política por meio da comensalidade. Protagonistas de boas soluções, acabaram por firmar território ao comunicarem aos turistas a cultura local e a história do pequeno vilarejo e suas diferentes dinâmicas nativas.

PRANCHA DE FOTOS 3:



Figura 19: À esquerda ostras ainda sem limpeza e a esquerda ostras sendo limpadas.



Figura 20: Dona Leonor limpando as ostras retiradas do cultivo. Ao fundo os cultivo:



Figura 21:
À direita Dona Leonor limpando as ostras no rancho e a esquerda imagem sobre a técnica de limpeza dos moluscos.



Figura 22: Dona Dircéia cozinhando em sua cozinha.



Figura 23: À esquerda, o filho de Dona Leonor servindo os turistas nos ranchos e a direita lanchas dos turistas aportados na praia da Ponta Oeste.



Figura 24: Dona Leonor e seu Antônio retirando as ostras da canoa para preparar para lida no rancho.



Figura 25: Lanternas de ostra secando para serem limpas.

CONCLUSÃO:

Uma ilha é um mundo em transformação. As mudanças chegam por terra e por mar. Marcam o tempo da vida das pessoas da Ponta Oeste. A fixação da Estação Ecológica e o intermitente movimento do motor pulsante da draga levam roças e peixes embora da Ponta da Coroazinha. São os movimentos do Estado, por terra e por mar. Diante do território nativo, a disputa entre o Estado do Paraná e a comunidade da Ponta Oeste. Nos 1980 e agora em 2019. Do lado estatal cobiçam-se terras e florestas da Ponta Oeste, lugar de conservar o mato sem gente nativa dentro. Do lado nativo luta-se por liberdade, por identidade, por se poder viver a vida como antigamente, vida liberta para pescar. Mas agora, redes políticas pescam parcerias para poder viver o devir, para se garantir o direito ao território e a vida liberta.

As proibições do Estado aos usos do território ilhéu refazem as rotas de navegação dos nativos e nativas. As mulheres se educam e educaram formalmente seus filhos em terras continentais. Voltam de Paranaguá para o lugar de onde nunca saíram, para a Ponta Oeste, com novas formas de se engajar no mundo. Misturam em suas cozinhas política, família, crianças,

visitas e comida. No mar, conhecido por muitos como lugar do labor masculino, cultivam ostras e fixam feito poitas o território nativo. As ostras dádivas refazem o território nativo, seja simbolicamente pelo entendimento do estrangeiro, do turista *de fora*, seja na prática no labor de todos os dias. Aquele mesmo cultivo que, devido à estrutura material, devolveu às águas da praia da Ponta Oeste algumas espécies de peixes, crustáceos, mamíferos e aves que tinham partido incomodadas com o barulho e a poluição das dragagens.

As idas e vindas entre a ilha e o continente marcam trinta anos do tempo da *luta*. De lá para cá aprenderam a lutar conversando, perguntado, projetando em muitas mãos o futuro da pequena e resistente comunidade da Ponta Oeste. Apesar da gentileza e do acolhimento feminino nos fazeres políticos, seus corações carregam as dores, a arritmia e a pressão alta de se manter em vigília, de se manterem atentas às novidades, nem sempre boas, que chegam do continente, sem avisar. É a vontade dos homens de “continentar” a Ilha do Mel. Como método, produzem leis, documentos, mapas e histórias sobre o que é a ilha e o que é o nativo, narrativas que soam estranhas e injustas às pessoas que nasceram na Ilha do Mel.

Essa dissertação, portanto, nasce do esforço de se amplificar o significado de insularidade. Experiência nativa contada, apresentada, desenhada a mim pelos homens e especialmente pelas mulheres da Ponta Oeste. Uma forma de também se produzir documentos, histórias e quem sabe leis para Ilha do Mel. Agora, porém, espero, leis pensadas e elaboradas pelo pensamento do nativo da Ilha do Mel. E que esses registros possam ser, em alguma medida, esperamos, garantidores do território e da vida do nativo da Ilha do Mel.

Pois um conflito como esse é violento: arranca bruscamente da população ilhéu a paz de espírito necessária à saúde e ao bom viver. A não garantia de seus direitos e a deformação do território da Ilha, pelas leis e pela draga, parecem abreviar a vida ecossistêmica, companheira necessária à manutenção da cosmologia ilhéu, e alargar com vagareza o tempo de *luta*, fazendo os nativos suportarem angústias para garantir com coragem e com fé o devir. É preciso por isso falar na capacidade de resistir das pessoas que se esforçam para garantir suas terras, seus *territórios tradicionalmente ocupados* como diria Alfredo Wagner de Almeida (2005). Pois ainda são poucos os mecanismos e ferramentas criadas para uma simetria política. Nos dias de hoje, a OIT 169 e as Leis dos Povos e Comunidades Tradicionais são fundamentais para manter o vigor daqueles que lutam pelos seus direitos e territórios, mas que também se mostram frágeis diante dos desejos desenvolvimentistas e “continentadores” que surgem com força e afoiteza para a construção de mais portos, estradas e dragagens.

Como vimos aqui, o movimento se repete. De forma reeditada os anos 80, palco da disputa entre conservacionistas e desenvolvimentistas na Ilha do Mel, faz-se presente mais uma

vez nos dias atuais. Se antes urbanistas sonhavam em colonizar a Ilha com heliportos e campos de golfe, hoje é a tão possível construção do novo Porto de João Ribeiro que parece ameaçar a vida ilhéu. No entanto, diante de tamanha ameaça, fala-se em mais proteção e conservação, quando talvez a medida necessária fosse de participação e afirmação do pensamento e da cosmologia do nativo Ilhéu da Ilha do Mel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ publicada em 16/09/2011 Link disponível :<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=65643&tit=Pescadores-do-Litoral-preparam-venda-dos-primeiros-lotes-de-ostras>. Acessado em 09 de Nov de 2019.

ALBERT, Bruce. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. *Campos-Revista de Antropologia*, 2014, 15.1.

ALMEIDA, A. W. de. Conceito de Terras Tradicionalmente Ocupadas. (Seminário Sobre Questões Indígenas) 2005. Disponível em: <www.redeagu.agu.gov.br>. Acesso em 20 out. 2019

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. *Sociedade e cultura*, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008.

ANGULO, Rodolfo José; SOUZA, MC de; LAMOUR, Marcelo Renato. Coastal erosion problems induced by dredging activities in the navigation channel of Paranaguá and São Francisco do Sul harbor, Southern Brazil. *Journal of Coastal Research*, v. 39, p. 1801-1803, 2006

ASAD, Talal. ¿Dónde están los márgenes del estado? *Cuad. antropol. soc.*, Buenos Aires, n. 27, p. 53-62, jul. 2008. Disponible en <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2008000100003&lng=es&nrm=iso>. accedido en 03 agosto 2017.

BAZZO, J. Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagui, Guaraqueçaba, Paraná). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BEVILAQUA, Ciméa. Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas. *Campos-Revista de Antropologia*, v. 3, 2003.

BENEMANN, Nicole Weber. Histórias de cozinha: uma etnografia gastronômica. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

BRASIL. Lei 9985, de 18 de Julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação a Natureza e dá outras providências. <http://www.lei.adv.br/9985-00.htm>

BOURDIEU, Pierre. O CAMPONÊS E SEU CORPO. *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], n. 26, jun. 2006. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/8106/5723>>. Acesso em: 09 set. 2018.

CASTELLA, R. M. B. et al. Paraná mar e costa: Subsídios aos ordenamentos das áreas estuarina e costeira do Paraná. Curitiba: PNMA II, 2006.

CURITIBA: Secretaria do Estado da Cultura/Governo do Paraná, 1989 (Série Paisagens Paranaenses,I)

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias. Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 2, 2013.

COMUNIDADE TRADICIONAL DA PONTA OESTE, 2017. Protocolo de Consulta, Ilha do Mel, PR. Disponível em <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/Fili/protocolopontaoste.pdf>. Acessado em:13/12/2017

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografias comparadas. *Cuadernos de antropología social*, n. 27, p. 19-52, 2008.

DE SOUZA, ALINE VIEIRA. O direito ao espaço e o espaço do direito como dispositivo de controle,2013.Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=aline+de+souza+biopoder&btnG=&lr=> Acessado em :03 de Agosto de 2017

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira. NUPAUB-USP, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. Ilhas e mares: simbolismo e imaginário (Vol. 44). Editora Hucitec, 1998

DOS SANTOS JUNIOR, Oswaldo Dias. A Ilha Do Mel No Contexto Do Desenvolvimento Turístico, 2006. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c72bcab95.pdf>. Acessado em: 12 de Mar 2019.

DUPRAT, Deborah. A convenção 169 da oit e o direito à consulta prévia, livre e informada/ilo's 169 convention and the right to previous, free and informed consultation. *Revista Culturas Jurídicas*, v. 1, n. 1, 2014.

DANOWSKI, Déborah. Mundos sob os fins que vêm. In: *Conexões: Deleuze e Cosmopolíticas e Ecologias Radicais e Nova Terra e...*Org: DIAS O. Diana, WIEDEMANN Sebastian, AMORIM R. Carlos. p. 85, 2019

ENVELHECER NA INVISIBILIDADE. Direção de Denise Kelm. Produtora Harver, 2019, 12 min.

ESCALLIER, Christine. O papel das mulheres da Nazaré na economia haliêutica. *Etnográfica*, p. 293-308, 1999.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, 2015.

FERREIRA, Karina Maria Gomes. Estágio em serviço social como espaço privilegiado de interlocução com o fazer profissional: a experiência da emater no mercado de peixe Manoel Machado no município de Matinhos-PR. 2016.

FIGUEIREDO, José Carlos de. Contribuição à geografia da Ilha do Mel (Litoral do Estado do Paraná). Contribuição à Geografia da Ilha do Mel (Litoral do Estado do Paraná), 1954.

FIGUEIRA, Priscila Onório. Isso aqui pra mim é vida: memória, história, pesca e desastre ambiental numa configuração social (Amparo, Paraná, 1940-2010), 2014.

FUNAI/GIZ . A Convenção 169 da OIT e o Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada. YAMADA, Erika M.; OLIVEIRA, Lúcia Alberta Andrade de. (Orgs.). – Brasília:, 2013. 32p.

FUZETTI, Luciana; CORRÊA, Marco Fábio Maia. Perfil e renda dos pescadores artesanais e das vilas da Ilha do Mel–Paraná, Brasil. Boletim do Instituto de Pesca, v. 35, n. 4, p. 609-621, 2009.

GALEMBA, Rebecca B. Illegality and invisibility at margins and borders. PoLAR: Political and Legal Anthropology Review, v. 36, n. 2, p. 274-285, 2013.

GERBER, Rose Mary. Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, 2013.

GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta SG. PARA TURISTA VER (E PROVAR): dos usos do patrimônio gastronômico no contexto do turismo. Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 3, n. 2, p. 175, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Complexo Estuarino Cananeia – Iguape. Disponível em: < <http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/zonamento/zonamento-ecologico-economico/complexo-estuarino-cananeia-iguape/>>. Acesso em: 23 de Ago, 2018.

GOW, Peter et al. Of mixed blood: kinship and history in Peruvian Amazonia. Oxford University Press, 1991.

GUÉRIOS, Paulo Renato. As condições sociais de produção das lembranças entre imigrantes ucranianos. Mana, v. 14, n. 2, p. 367-398, 2008.

HARDER, Eduardo. A Constitucionalização dos direitos culturais no Brasil e os sentidos de uma perspectiva patrimonial. Tese (doutorado) – Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

HARDER, Eduardo; DE CASTRO FREITAS, Ana Elisa. Envelhecer na invisibilidade: tempo e narrativa na Ponta Oeste da Ilha do Mel, Paraná, Brasil. ILUMINURAS, v. 16, n. 40. 2015

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. Feminist Studies, v. 14, n. 3, pp. 575-599. 1988

HOLBRAAD, M., Pedersen, M. A., de Castro, E. V., Almeida, R. A., & Lewandowski, A. (2019). A política da ontologia: posições antropológicas (Tradução). Ayé: Revista de Antropologia, 1(1).

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes antropológicos, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Editora Vozes Limitada, 2015.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Parque Estadual e Estação Ecológica da Ilha do Mel - As Comunidades da Ilha. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/ucps/aviso.php?codigo=73>. Acessado em: 15 Ago, 2018.

INSTITUTO AMBIENTAL PARANÁ. Parque Estadual e Estação Ecológica da Ilha do Mel - Informações Gerais. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/ucps/aviso.php?codigo=72>>. Acesso em: 16 de Ago. 2016.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Plano de Manejo. Encarte 3. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Planos_de_Manejo/EE_Iha_do_mel/item3_encarte3.pdf Acessado em: 20 de Abril de 2019.

KRAEMER, Marília de Carvalho. *Malhas da Pobreza - Exploração do Trabalho de Pescadores Artesanais na Baía de Paranaguá*. São Paulo, 1v. (Dissertação-Mestrado), Pontifícia Universidade Católica, 1978.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras, 2016.

KLOS, Pamela Alice. *A tríplice responsabilidade pelo dano ambiental: análise do caso Vicuña*. Monografia. Curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, 2016

LAW, J. *After method: mess in social science research*. London, Routledge, 2004.

LAMOUR Marcelo.Renato. *Dinâmica sedimentar de Canal da Galheta, via de acesso ao porto de Paranaguá - PR*. 100 p Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000

LAMOUR, Marcelo Renato. *Morfodinâmica sedimentar da desembocadura do complexo estuarino de Paranaguá-PR*. Tese de Doutorado. Departamento de Geologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007

LEIRNER, Piero. *O Estado como fazenda de domesticação*. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 4, n. 2, p. 38-70, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O triângulo culinário*. In: SIMONIS, Yvan. *Introdução ao estruturalismo: Claude Lévi-Strauss ou “a paixão do incesto”*. Lisboa: Moraes, 1979 [1969]. p. 169-176.

LITTLE, Paul E. *A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas*. *Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, 2004.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*. *Anuário antropológico*, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Fredetico et al, Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. 268 p.

MANTOVANELLI, Thais. Casas de alvenaria e casa mēbêngôkre: concepções Xikrin sobre família dos brancos. *Alquimias do parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*, p. 167, 2019.

MALINOVSKI, Bronislaw. Os argonautas do pacífico ocidental. *Ethnologia*, nova série, n. 6-8, p. 17-38, 1997.

MARTINS, Patrícia et al. *Pelas cordas da viola, nas curvas da rabeca: uma etnografia dos movimentos de fazer musical caiçara*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

MARTINS, Patrícia. *Um Divertimento Trabalhado: prestígios e rivalidades no fazer fandango da Ilha dos Valadares*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

MATUELLA, Bruno de Andrade. *O efeito de um derramamento de óleo na abundância e estrutura populacional de *Excirrolana armata* (Dana, 1853) em duas praias da Ilha do Mel, PR..* Dissertação de Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos, do Centro de Estudos do Mar da Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2007

MOURA, E. A. *A Corozinha da Ilha do Mel: territorialidade de uma comunidade tradicional de pescadores (as) artesanais na Ponta Oeste, Paranaguá, Paraná.* .Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável–Universidade Federal do Paraná, 2016

MUNIZ, Lenir Moraes. *Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais*. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 6, n. 12, 2010.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. *Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na ilha do mel*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2015.

OLIVEIRA, Cássia Train de. *Variação da linha de Costa na Ilha do Mel–PR, Brasil*. Monografia de conclusão de curso em Oceanografia, Centro de Estudos do Mar, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Pontal do Paraná, 2016.

PAIFER, Bruno Mathias. *Comunidade de pescadores artesanais da Ponta Oeste Ilha do Mel-PR: conflitos e condicionantes*. Monografia de conclusão de curso em Gestão Ambiental. Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2013.

PALERMO, Luis Claudio. *Notas sobre o poder de agência dos atores sociais em Anthropology in the margins of the state*. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v. 4, n. 8, p. 57-86, 2015.

PEREIRA, L. A., & ROCHA, R. M. D. (2015). *A Maricultura E As Bases Econômicas, Social E Ambiental Que Determinam Seu Desenvolvimento E Sustentabilidade*. *Ambiente & Sociedade*, 18(3), 41-54.

PONTES FILHO, Almir; KLUPPEL, Cristina Carla. *Parecer Técnico Ponta Oeste – Ilha do Mel. Paranaguá-PR*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2012

POLI SPERB, Matias; QUEIROZ TELLES, Daniel Hauer. Gestão de Resíduos Sólidos e Turismo: O Tratamento Dado por Meios de Hospedagem e pelo Setor Público na Ilha do Mel, PR. Rosa dos Ventos, v. 6, n. 4, 2014.

PREFEITURA DE PARANAGUÁ. Guia de Turismo: Disponível em : <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/guia-turistico/ilha-do-mel>. Acessado em: 15 de Ago, 2018.

RAINHO, Ana Paula. A gente vive no Mar: Saberes oceanográficos na comunidade tradicional Barra do Ararapira. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, 43, n. 1, jan/jun, 2012, pp. 8-27

ROJAS GARZÓN, Biviany; YAMADA, Erika; OLIVEIRA, Rodrigo. Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. RCA e DPLF, 2016.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Aprendizagem como gênese. prática, skill e individuação. Horizontes Antropológicos, n. 44, p. 109-139, 2015.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Os antropólogos e a domesticação. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida. ABA Publicações, Porto Alegre, 2018.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel; STOECKLI, Pedro. O que é um humano? Variações da noção de domesticação em Tim Ingold. Anuário Antropológico, n. II, p. 227-246, 2012.

SERJE, Margarita. El mito de la ausencia del Estado: la incorporación económica de las “zonas de frontera” en Colombia. Cahiers des Amériques latines, n. 71, p. 95-117, 2012.

SILVA, Hugo Juliano Hermógenes da. O desenvolvimento recente da maricultura no Paraná: políticas públicas e perspectivas de sustentabilidade. 2014.

SOARES Carlos. Roberto.; LANA P.Cunha. Baía de Paranaguá: mapas e histórias. Curitiba, Editora UFPR, 98 p, 1994.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico e outros ensaios. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

SCHUCH, Patrice; FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. Comentário: multiplicando perspectivas e construindo verdades parciais. Ética e regulamentação na pesquisa antropológica. Brasília, DF: UnB: Letras Livres, p. 91-98, 2010.

SIGAUT, François.. 1988. "Critique de la notion de domestication". L'Homme, 28(108): 59-71, 1980

TELLES, D. H.Q. Análise sobre a situação sócio ambiental e atividade turística da vila de encantadas, Ilha do Mel – Paraná. Dissertação de Mestrado em Geografia. Curitiba: UFPR, 2007

TELLES, Daniel Hauer Queiroz; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Impactos socioculturais no processo de turistificação da Vila de Encantadas, Ilha do Mel, Paraná, Brasil. Turismo e Sociedade, v. 5, n. 1, 2012.

TEMPASS, Martín César. " Quanto mais doce, melhor": um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

WESTPHAL, Ezequiel. Para além do paraíso. 307p. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, 2014.

WOORTMANN, Ellen. Da Complementaridade À Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. Série Antropologia. Brasília: UNB. 1991

WOORTMANN, Ellen. A comida como linguagem. Habitus, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 5-17, jan./jun. 2013

ZHOURI, A., & LASCHEFSKI, K. Conflitos ambientais. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFMG. 2010.